

Contributos para a constituição de um Museu Municipal em Figueiró dos Vinhos

Miguel Soares Baptista Serra

**Trabalho de Projecto
de Mestrado em Museologia**

Outubro de 2013

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizado sob a orientação científica do
Professor Doutor Jorge Custódio.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a contribuição de algumas pessoas, a quem agradeço.

Ao Professor Jorge Custódio, por me ter aceite como seu orientando e à Professora Raquel Henriques da Silva por me ter apresentado ao meu orientador, à Professora Graça Filipe pelo apoio dado durante a visita ao Ecomuseu Municipal do Seixal e aos restantes professores do Mestrado.

Aproveito para agradecer a todos os responsáveis e colaboradores do Museu do Papel Terras de Santa, em Santa Maria da Feira, do Museu Marítimo de Ílhavo, do Museu Municipal de Santarém, do Ecomuseu Municipal do Seixal e do Museu Municipal de Portimão, pelo apoio durante as visitas aos museus, no esclarecimento de dúvidas e na disponibilização da documentação solicitada.

Quero agradecer também ao meu pai, à minha mãe, à minha irmã e à minha namorada, pelo incentivo e pelo apoio incondicional que sempre me proporcionaram e também à minha restante família, em particular ao meu primo Renato e a pessoas que considero como sendo da família, a “minha avó Bela” e a Graça e ainda à Dra. Elvira.

Por último, agradeço também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Eng. Rui Silva, por ter proporcionado as condições para a realização deste trabalho na parte relativa ao seu concelho, ao Dr. António José Silva e Lima, que infelizmente desapareceu muito recentemente, e que muito me apoiou na minha pesquisa, ao Dr. Fernando Pires e aos meus colegas Filipe e Luís, e aos restantes colaboradores da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, pela simpatia e disponibilidade sempre demonstradas.

Contributos para a constituição de um Museu Municipal em Figueiró dos

Vinhos

Miguel Soares Baptista Serra

Resumo

A primeira fase deste Trabalho de Projecto consistiu no estudo da génese dos Museus Municipais em Portugal, em definir a acção das personagens mais importantes do campo museológico setecentista português e em mostrar a evolução sintética dos museus municipais no nosso país, entre o liberalismo e o último quartel do século XX.

O retrato actual dos museus municipais é acompanhado de bastante informação estatística relativa aos museus de tutela municipal integrados na Rede Portuguesa de Museus (RPM).

A investigação a que se procedeu conduziu, também, à realização de cinco estudos de caso sobre museus considerados de referência no plano da museologia municipal portuguesa: o Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Santa Maria da Feira, o Museu Marítimo de Ílhavo, o Museu Municipal de Santarém, o Ecomuseu Municipal do Seixal e o Museu Municipal de Portimão.

A elaboração do Projecto do Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos exigiu, em primeiro lugar, o retrato geográfico, populacional, económico, histórico e patrimonial do concelho; em segundo lugar, o retrato das instituições culturais já existentes e, por último, a explanação da ideia e a justificação do mesmo projecto.

Ainda no mesmo âmbito, procedeu-se ao arrolamento dos instrumentos legais nacionais, locais e internacionais, à definição das funções e serviços museológicos, à análise das colecções museológicas a integrar, assim como a uma reflexão sobre o Plano, o Programa e os Projectos Museológicos.

Palavras-Chave:

Gabinete de curiosidades, museu público, liberalismo, municipalismo, museu municipal, Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Abstract

The first phase of this work project consisted in establishing the origin of the Municipal Museums in Portugal, the role developed by the most important personalities in the museological field in the portuguese eighteenth century and the portuguese municipal museums evolution.

The portrait of today's portuguese municipal museums is illustrated with a great deal of estatistic information regarding municipal museums which were part of the Portuguese Museums Network (RPM).

The investigation produced also led to the making of five case studies regarding five municipal museums, considered to be some of the most relevant in portuguese municipal museology: the Museu do Papel Terras de Santa Maria, the Museu Marítimo de Ílhavo, the Museu Municipal de Santarém, the Ecomuseu Municipal do Seixal and the Museu Municipal de Portimão.

The constitution of the Figueiró dos Vinhos Municipal Museum Project required the establishment of the town's portrait in such fields as geography, population, economy, history, monuments and cultural heritage and of previously existing cultural institutions as well as and the idea and justification of the project itself.

The building of this project also required the establishment of the most important elements of portuguese and international legislation aswell as the functions and services to be developed, the museum's collections and a reflection on the Plan, Program and Projects of the museum.

Key-Words:

Cabinet of curiosities, public museum, liberalism, municipalism, municipal museum, Figueiró dos Vinhos Municipal Museum.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Palavras-Chave:	iii
Abstract.....	iii
Key-Words:	iv
Índice	v
Lista de Abreviaturas (por ordem alfabética)	vii
Introdução	1
Estado da Arte	5
Capítulo 1. Génese e evolução sintética dos museus municipais em Portugal	11
1.1 Gabinetes de Curiosidades	11
1.2 Liberalismo e Municipalismo na génese dos Museus Municipais do século XIX... 18	
1.3 A 1ª República e os Museus Municipais	23
1.4 Os Museus Municipais ao longo do Estado Novo.....	25
1.5 A Revolução de 1974, a Nova Museologia e a Ecomuseologia.....	29
1.6 Os Museus Municipais Hoje	31
Capítulo 2. Museus Municipais - Estudo de Casos	37
2.1. Museu do Papel Terras de Santa Maria	38
2.2. Museu Marítimo de Ílhavo	47
2.3. Museu Municipal de Santarém	56
2.4. Ecomuseu Municipal do Seixal	63
2.5. Museu Municipal de Portimão	70
2.6. Estudo comparativo dos museus estudados.....	78
Capítulo 3. Um Museu para Figueiró dos Vinhos	85
3.1. Identidade e Memória de Figueiró dos Vinhos	85

3.2 Edifícios, realidades e projectos museológicos e para-museológicos do concelho de Figueiró dos Vinhos	98
3.3 A ideia de Museu Municipal para Figueiró dos Vinhos.....	102
Capítulo 4. Como fazer o Museu de Figueiró dos Vinhos?.....	107
4.1 Instrumentos Legais e Enquadramento institucional.....	107
4.2 Projectos e Documentos	111
4.3 Funções do Museu e a sua ligação à museologia municipal actual (públicos alvo).....	115
4.4 Colecções museológicas a integrar.....	118
Conclusões.....	123
Bibliografia e Fontes	127
Índice de Figuras	144
Índice de Tabelas.....	145
Índice de Ilustrações	146
Índice de Anexos	147
Anexos.....	149

Lista de Abreviaturas (por ordem alfabética)

ADAPLA - Associação dos Armadores da Pesca Longínqua
AEDPHCS - Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém
AMI - Associação de Amigos do Museu de Ílhavo
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
APA - Associação Portuguesa de Arqueólogos
APOM - Associação Portuguesa de Museologia
BNP - Biblioteca Nacional de Portugal
CDHA - Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu Municipal de Portimão
CDI - Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal
CDMMFV - Centro de Documentação do Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos
CDPB - Centro Documental sobre a Pesca do Bacalhau do Museu Marítimo de Ílhavo
CEE - Comunidade Económica Europeia
CERA - Centro de Estudos do Rio Arade
CIEMar - Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar do Museu Marítimo de Ílhavo
CMABF - Casa Museu Anselmo Braancamp Freire
CMFV - Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
CMI - Câmara Municipal de Ílhavo
CML - Câmara Municipal de Lisboa
CMP - Câmara Municipal de Portimão
CMS - Câmara Municipal de Santarém
CMS - Câmara Municipal do Seixal
CMSMF - Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
CPCIMS - Carta de Património Cultural Imóvel do Município do Seixal
CRCB - Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau
CSCE - Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
DGEMN - Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais
DGPC - Direcção Geral do Património Cultural
DPHN - Divisão do Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal
DPM-MMP - Direcção do Projecto Municipal-Museu Municipal de Portimão
DRE - Diário da República Electrónico
EDP - Energias de Portugal
EMS - Ecomuseu Municipal do Seixal
EPA - Empresa de Pesca de Aveiro
FCG - Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
GADEL - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
IAP - Indústria Aveirense de Pesca
ICOM - Conselho Internacional dos Museus
ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IFLA - Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IMC - Instituto dos Museus e da Conservação
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPA - Instituto Português de Arqueologia
IPCR - Instituto Português Conservação e Restauro
IPM - Instituto Português dos Museus
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico
MC - Ministério da Cultura
MCES - Ministério da Ciência e do Ensino Superior
MMFV - Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos
MMI - Museu Marítimo de Ílhavo
MMP - Museu Municipal de Portimão
MMS - Museu Municipal de Santarém
MPTSM - Museu do Papel Terras de Santa Maria
NMSA - Navio-Museu Santo André

OAC - Observatório das Actividades Culturais
OCR - Oficina de Conservação e Restauro do Museu Municipal de Santarém
PCI - Património Cultural Imaterial
PMS - Plano Museológico de Santarém
POC - Programa Operacional de Cultura
QREN - Quadro Estratégico de Referência Nacional
RMA - Rede de Museus do Algarve
RMM - Reserva Museológica Municipal de Santarém
RPM - Rede Portuguesa de Museus
SEC - Secretaria de Estado da Cultura
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USCI - Centro de Interpretação Urbi Scallabis
USFIG - Universidade Sénior de Figueiró dos Vinhos

Introdução

Este Trabalho de Projecto pretende contribuir para a passagem a museu municipal do Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos, concelho localizado na Beira Litoral, distrito de Leiria, sendo de salientar a proximidade das cidades de Coimbra, Figueira da Foz e Pombal.

A constituição do MMFV tem por finalidades a salvaguarda do património cultural do concelho, o que implica a preservação da memória e da identidade da sua população, da sua história, das suas tradições e do seu património material e imaterial.

A concretização deste projecto permitirá o estabelecimento de uma relação entre o museu, o território concelhio e aqueles que o habitam mercê do desenvolvimento das funções museológicas próprias de uma instituição deste tipo.

O projecto procurou também alicerçar-se num conhecimento sólido da história da realidade museológica de carácter municipal, da museologia e dos seus antecedentes em Portugal, particularmente desde o início do século XIX até à actualidade.

O presente Trabalho de Projecto assentou nos seguintes objectivos, metodologia e estrutura:

1. Captar a identidade e a memória e estabelecer um retrato geográfico, histórico e patrimonial do concelho de Figueiró dos Vinhos. Este retrato foi obtido através de um processo de estudo e investigação sobre o território, o relevo, a geologia, o clima, a hidrografia, o povoamento, a história do concelho, a população, a economia e as actividades económicas predominantes: a agricultura, a pecuária, a floresta, a indústria de mineração e manufactura do ferro e, mais recentemente, a recauchutagem de pneus, a serração de madeiras e o comércio de lanifícios.

2. Avaliar a riqueza patrimonial do concelho.

3. Conhecer e analisar o Projecto que esteve na base da criação do Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos, inaugurado a 24 de Junho de 2013, e os restantes equipamentos culturais do concelho de Figueiró: o Casulo José Malhoa, o Clube Figueiroense-Casa da Cultura, a Biblioteca Municipal, a Casa Municipal da Juventude e a Universidade Sénior, com a finalidade de definir aqueles que importa criar para o futuro do concelho.

4. Enquadrar o MMFV, na legislação local, nacional e internacional e definir as suas funções, os seus públicos-alvo e as colecções museológicas a integrar.

5. Definir a missão, a vocação e os objectivos do MMFV.

A metodologia que presidiu à realização deste trabalho baseou-se num processo de investigação que nos permitiu compreender o que de melhor existe actualmente a nível académico sobre a questão dos museus municipais, nomeadamente no campo da produção bibliográfica. O processo de investigação incidiu no conhecimento da bibliografia mais recente e mais actualizada sobre os gabinetes de curiosidades, os museus na época do municipalismo e a protecção do património, como factores que concorreram para a génese dos museus municipais em Portugal nos séculos XIX e XX.

Foi também necessário averiguar, no plano da discussão académica, como se processou a evolução dos museus municipais ao longo do século XIX e ao longo dos vários momentos do século XX, isto é, durante a 1ª República, o Estado Novo até à actualidade. No sentido de procurar ter uma ideia sobre a importância e o papel dos museus municipais nos últimos anos, não quisemos deixar de apresentar uma síntese da realidade museológica actual.

Neste sentido, para poder atingir os objectivos propostos foi também necessário adquirir um conhecimento mais profundo dos museus municipais mais significativos da actualidade. Neste ponto foram estudados *in loco* os museus do Papel de Santa Maria da Feira, Marítimo de Ílhavo, Municipal de Santarém, Ecomuseu Municipal do Seixal e Municipal de Portimão. Estes museus foram analisados de acordo com um conjunto de critérios que envolveram a localização, a história, a vocação, a missão, os objectivos institucionais, a identidade e a memória, o contentor arquitectónico, a estrutura funcional, as respectivas colecções, os instrumentos de planeamento e de programação, bem como o desempenho das respectivas funções museológicas.

O processo de investigação consistiu em trabalho de campo: visitas aos referidos museus, contactos com os seus quadros técnicos e pesquisa da informação considerada relevante, material que irá constar dos Anexos deste Trabalho de Projecto.

O estudo dos cinco museus municipais era fundamental para delinear o desenvolvimento da proposta de criação do MMFV. Por essa razão utilizámos o método

análogo para estabelecer as semelhanças e diferenças entre os cinco museus municipais de referência, podermos eleger as melhores práticas e contar com elas para o processo de construção do MMFV.

O estudo da realidade cultural do concelho de Figueiró dos Vinhos foi igualmente fundamental para a determinação das constantes da sua identidade e memória, extraídas dos estudos de história local e da observação objectiva do território e instituições culturais concelhias.

A metodologia seguida, documentada com imagens, documentos, tabelas e gráficos, permitiu-nos apontar para um modelo de museu municipal que pudesse simultaneamente corresponder aos anseios culturais da vida social e municipal, mas que também respondesse às expectativas e às mais modernas exigências da museologia contemporânea. O modelo apresentado no final pretende dar corpo aqueles anseios e expectativas.

O Trabalho de Projecto encontra-se explanado em vários capítulos.

O primeiro capítulo procura estabelecer a génese dos museus municipais em Portugal e está organizado em seis partes: A primeira incide sobre os gabinetes de curiosidades; a segunda aborda o papel que o liberalismo e o municipalismo desempenharam na origem dos museus municipais em Portugal e a protecção e salvaguarda do património cultural; a terceira procura traçar a evolução dos museus municipais, durante a 1ª República; a quarta incide sobre os museus municipais durante o Estado Novo; a quinta aborda o impacto da Revolução de 1974, da Nova Museologia e da Ecomuseologia nos museus municipais e a sexta aborda a situação actual dos museus municipais.

O segundo capítulo corresponde ao estudo dos cinco casos de museus municipais considerados relevantes. Estes museus foram analisados a partir de um questionário-base, essencial para averiguar os diversos critérios relevantes para a correcta identificação da problemática dos museus municipais. Do nosso ponto de vista são essenciais os critérios de identidade e memória, de estrutura funcional e arquitectónica assim como as colecções, os instrumentos de planeamento e programação, as funções museológicas e serviços estabelecidos em cada museu, para formar um conceito museológico mais adequado ao desenvolvimento ideal de um futuro museu municipal para Figueiró dos Vinhos.

O terceiro capítulo trata do desenvolvimento da ideia que concebemos para o museu a instituir naquele município, ideia que importaria transformar numa proposta concreta a apresentar à sociedade e às instituições locais, nomeadamente à Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (CMFV). Por essa razão, este capítulo teve de ser desenvolvido segundo dois registos: por um lado, a discussão da ideia com base nas hipóteses formuladas e, por outro, o confronto dos resultados da investigação museológica municipal com as realidades objectivas do concelho figueirense.

Finalmente, no quarto capítulo, desenvolvemos tudo o que pudesse dizer respeito às ferramentas essenciais para a criação do MMFV, atendendo aos respectivos instrumentos legais e aos princípios defendidos pelas recomendações e instituições internacionais, dando relevo à necessidade de constituir as bases para determinação das funções e instrumentos de gestão museológica, à sua ligação à museologia municipal actual (nomeadamente quanto aos públicos alvo) e à integração de colecções museológicas.

Trata-se de fazer corresponder a realidade cultural do município com a necessidade de uma instituição museológica que pudesse servir o concelho como um todo e ainda poder estar ao serviço do país, na parte relevante da história local e na valorização dos bens culturais determinantes quanto à sua identidade e memória.

Estado da Arte

Em 2001, os museus municipais, ou seja, os museus tutelados pela administração local, representavam cerca de 39% da totalidade dos museus (NEVES e SANTOS, 2001). A realidade museológica municipal revelava um grande vazio legislativo e de enquadramento legal quanto à criação, ao financiamento e à gestão de colecções e de acervos museológicos.

A implementação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) representou uma acção qualificadora dos museus portugueses e, em particular, de grande parte dos museus tutelados pelas câmaras municipais, significando um esforço de reflexão e de organização para definir o enquadramento orgânico, a regulamentação dos museus e dos serviços museológicos municipais, quanto à gestão e ao trabalho técnico (NEVES e SANTOS, 2001).

Hughes De Varine destacou, no período pré-RPM, o Ecomuseu Municipal do Seixal como um dos exemplos mais interessantes de museus de iniciativa autárquica, ressaltando a fragilidade e o carácter conjuntural dos meios e das energias que sustentavam os museus municipais naquele tempo (VARINE, 2003).

Ressalve-se o facto de muitos destes museus se basearem ainda no binómio colecção-edifício, sendo que o mais importante deverá radicar na relação do museu com a sua comunidade, com a sua identidade, o seu património, o seu território e as perspectivas culturais do desenvolvimento sustentável que fizeram parte do objectivo da sua constituição (VARINE, 2003).

O mesmo autor apresentou exemplos de museus em Portugal que promoviam a reconversão económica e social de sítios, como minas e outros locais industriais, que mobilizavam os recursos humanos e patrimoniais para dinamizar territórios desertificados, que incentivavam a capacidade criativa da população e que conciliavam a manutenção de actividades industriais, como a mineração, com a recuperação de paisagens poluídas, a preservação da memória das populações e das suas actividades económicas e a necessária rentabilidade económica dos projectos (VARINE, 2003).

O autor considera notoriamente positiva a ancoragem dos museus municipais na comunidade humana onde se inserem, através da realização de itinerários e programas de exposições temporárias incidindo sobre o património da região (VARINE, 2003).

Mas até que ponto este modelo do museólogo francês se pode adaptar a municípios que ainda não têm nenhum museu ou instituição similar?

Com a implementação da RPM, passou a dar-se primazia à função social do museu, ao reconhecimento da importância do património económico e industrial, em particular nos museus municipais e à ligação entre os museus e as comunidades e instituições locais, tais como as escolas e as universidades. Tal significa que os responsáveis pelos museus municipais deverão possuir formação específica em museologia e intervir mais directamente no intercâmbio cultural e social.

No âmbito da actividade programática da RPM, criada a partir do ano 2000, os museus passaram a ser avaliados segundo vários pontos de vista, tais como a designação, a tutela, o endereço, os contactos, o sítio em linha, as acessibilidades, o horário, a estrutura mono ou polinucleada, a responsabilidade técnica, a caracterização das colecções e do património, o historial, os serviços disponibilizados ao público, isto é, o acolhimento, a exposição permanente, o serviço educativo, as actividades desenvolvidas e os respectivos públicos-alvo, as edições, o centro de documentação, a biblioteca e o auditório (NUNES, 2007).

Os museus municipais passaram a ser credenciados, conferindo-lhes maior responsabilidade cultural e maior autonomia técnica e financeira, podendo assim beneficiar de linhas de apoio financeiro, quer do Estado quer da Comunidade Europeia (CE). Foram-lhes exigidos instrumentos de gestão, anteriormente inexistentes, autênticos documentos fundadores essenciais e obrigatórios para a sua inscrição num novo nível museológico, distinto do passado. Datam de então maiores preocupações com os regulamentos internos, a política de incorporações, a segurança das colecções, dos visitantes e dos trabalhadores e ainda a necessidade de disporem de ferramentas actualizadas para a sua melhor gestão, além de normas e procedimentos de conservação preventiva (NUNES, 2007).

Entre 2000 e 2005, a administração local assumiu com maior notoriedade a responsabilidade por grande parte dos projectos de criação de novos museus. Actualmente (2013) existem, pelo menos, cinquenta e oito municípios que possuem, no mínimo, um museu. Tornou-se notório um processo de qualificação no tocante à melhoria das condições de funcionamento das instituições museológicas municipais, muito por acção das câmaras e de empresas municipais.

Algumas das características mais relevantes da RPM foram a creditação - porque implicava uma exigência prévia de qualificação do museu - a cooperação e partilha de recursos entre museus e a criação de redes temáticas e/ou regionais.

Que poderá esperar-se da actual situação, atendendo ao quadro legal existente e à transferência de muitos museus para as direcções regionais de cultura?

Os projectos museológicos de natureza municipal devem sustentar-se em estratégias de construção identitária, de valorização do património, de desenvolvimento turístico e de qualificação urbana, em programas museológicos que definam a missão, a política de incorporações, as funções museológicas, os meios logísticos e os recursos humanos necessários à sua instalação. Devem também reconhecer-se como factores determinantes para a qualificação profissional, para a eficácia dos serviços do património, para a melhoria dos instrumentos de gestão e das atribuições funcionais.

Estamos em presença de uma concepção de museu que pretende documentar um território e que promove a requalificação e valorização urbanas. Estes projectos podem significar, em muitos casos, a reconversão museológica de monumentos e sítios e a musealização *in loco* de estações arqueológicas. Este aspecto permitiu arejar a instituição museológica municipal tradicional, onde predominava o edifício-contentor e as colecções, na maioria portadoras de uma confusão original (dada a antiga incorporação se processar a partir da reunião e diversidade de "curiosidades" municipais), em grande parte por registar, inventariar e conhecer.

A realidade museológica municipal revela, em Portugal, um contexto novo, em função da credenciação e da afirmação das realidades culturais autárquicas. Isto conduz à adopção de modelos de gestão inspirados na organização a que pertencem, ou seja, no município e na sociedade onde se integram.

Ao nível da gestão dos museus autárquicos três questões podem ser colocadas:

- a) Que tipo de gestão deve ser praticada?
- b) Quais os modelos mais adequados?
- c) Quais as metas que se pretendem atingir?

O museu municipal tutelado pela autarquia passou a ter um papel decisivo no contacto com as comunidades e com o seu território e na preservação dos bens culturais que representam essa sociedade no espaço e no tempo.

O contexto actual de constante renovação dos museus municipais vai ao encontro da defesa do património, da investigação histórica e do património locais, da inventariação sistemática do património documental, histórico, artístico, arqueológico e edificado e do conhecimento da evolução do território como um todo.

Em grande medida, o museu municipal deve ter como objectivos o conhecimento da evolução do povoamento, da fixação das populações no concelho, do reconhecimento do território, da salvaguarda do património concelhio, do desenvolvimento de programas culturais e educacionais, do contacto com as comunidades locais e da identificação das mesmas com o território onde habitam.

O programa museológico deve ter em conta o carácter mono ou polinucleado do museu, a abrangência do seu território, coincidente ou não com os limites do respectivo concelho, a recolha e a preservação das suas memórias, o reconhecimento da sua identidade e a presença da respectiva identidade e memória nas colecções museológicas. Por outro lado, importa ainda potenciar a intervenção patrimonial no concelho, a realização de exposições de longa duração e exposições temporárias, a edição de catálogos, de brochuras, de livros, de *dvd's* para divulgação dos valores locais e o desenvolvimento de projectos de estudo, de recuperação, de valorização e de divulgação do património cultural, material e imaterial, móvel e imóvel. Ressalva-se o facto de a legislação permitir actualmente às autarquias intervir na gestão do património num âmbito que se desejaria mais alargado.

A programação museológica deve ser integrada na programação cultural da autarquia, ser elaborada pela direcção técnica do museu e poder dispôr de uma dotação financeira adequada e autónoma, concertada com a gestão da autarquia. A gestão económica e financeira do museu deve ser da responsabilidade da autarquia e do museu.

Alguns dos melhores exemplos de museus municipais em Portugal são, actualmente, o Museu do Papel Terras de Santa Maria (MPTSM), o Museu Marítimo de Ílhavo (MMI), o Museu Municipal de Santarém (MMS), o Ecomuseu Municipal do Seixal (SEM) e o Museu Municipal de Portimão (MMP). Estes museus fazem um grande enfoque na reabilitação de património histórico, industrial e artístico, na relação

do museu com a cidade, na divulgação da evolução histórica, territorial e social da comunidade e na formação de novos públicos. Constituem, como no caso de Portimão, processos de reconversão de unidades industriais em museus procurando investigar, conservar, interpretar, divulgar e valorizar os testemunhos materiais e imateriais da história, do património, do território, da memória e da identidade da comunidade local e regional e a sua interacção com o mundo.

Os melhores museus municipais actuais dão grande importância à sua função social enquanto parceiros do desenvolvimento local e da democratização da cultura.

A proposta de criação do MMFV tem de estar integrada nesta reflexão actual da museologia municipal, tendo como referência o quadro teórico anteriormente indicado, de modo a beneficiar dos aspectos constantes da problemática social da criação de museus, nos locais onde eles não existem, e da sua correcta institucionalização.

Neste sentido, tivemos em consideração o estudo da realidade museológica municipal portuguesa, entre o século XIX e o início do século XXI. Para este estudo foi preponderante o conhecimento dos museus municipais de referência, nomeadamente, os citados MPSMF, o MMI, o MMS, o EMS e o MMP, sendo de salientar a importância da documentação que nos foi disponibilizada.

Pretendeu-se, deste forma, conhecer as tendências teóricas e práticas da museologia portuguesa, naquilo que é relevante para os museus municipais do país, com a finalidade de extrair resultados das boas práticas actuais.

Quanto à bibliografia monográfica local referente ao concelho de Figueiró dos Vinhos, tivemos em conta, não apenas os estudos mais antigos, mas também as obras e dissertações mais recentes. Na realidade, a edição local deste tipo de obras têm-se revelado essencial na perspectiva do estudo dos pintores naturalistas que viveram no concelho e que, em virtude da importância que vamos conferir aos aspectos da arte no concelho, não podiam ficar de fora da investigação prosseguida. Destacamos a dissertação de doutoramento de Nuno Saldanha, intitulada *José Malhoa, Tradição e Modernidade*, os catálogos das exposições *José Malhoa, 1855-1933, a Exaltação da Luz e Atmosferas, Pessoas, Narrativas, Um relance sobre a arte do ocidente (séculos XVII-XX)*, esta realizada no Clube Figueiroense-Casa da Cultura, de 20 de Junho a 31 de Outubro de 2009. Foram também publicadas obras que reflectem o gosto pelo estudo da história do concelho e das suas freguesias, tais como *Topografia Médica das Cinco*

Vilas e Arega, ou dos concelhos de Chão de Couce, e Maçãs de D. Maria em 1848, de António Augusto da Costa Simões¹ e a *Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, obra dirigida pelo geógrafo Jorge Gaspar e na qual participam Heitor Gomes, Ana Cláudia Vicente e Sónia Vieira,² entre outras obras de referência³. Salientamos, por último, o estudo *Sabores da Aldeia, Carta Gastronómica das Aldeias do Xisto*, que pretende promover o património e a riqueza gastronómica das Aldeias do Xisto e do Concelho.

A leitura de todas estas monografias foi essencial do ponto de vista da identificação das características geo-históricas e culturais deste concelho beirão e para a determinação - se é que tal possa ser feito no âmbito deste Trabalho de Projecto, de dois anos apenas de investigação - da identidade e memória do lugar, da sua especificidade e diferenças, motivos que possam aduzir a proposta de criação de um museu municipal.

¹ Edição fac-similada da Minerva Editora de Coimbra.

² Editada pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em 2004.

³ Nomeadamente, *Os Magalhães de Pedrogão Grande e Figueiró dos Vinhos*, de José Costa dos Santos (2004), *Figueiró dos Vinhos, Terra de Sonho*, edição da Câmara Municipal (2002), *Memórias de Trás da Serra, Minudências da Vida*, de José Lucas Pedro (2009), *Descalços e de Burel Vestidos, Convento de Nossa Senhora do Carmo em Figueiró dos Vinhos*, de Alexandra Bastos Rodrigues Sá Marques (2009), *Ilustrar Figueiró, Album Fotográfico, Uma Coleção de Imagens Vivas*, de Miguel Portela, (2008) e *Requiem, Padre António Estevam (1883-1950)*, de Miguel Portela e Margarida Herdade Lucas, (2008).

Capítulo 1. Génese e evolução sintética dos museus municipais em Portugal

A tese que se procura defender neste trabalho tem como objectivo contribuir para a constituição de um projecto de um museu⁴ municipal. A esse propósito, pareceu-nos importante escrever algumas páginas sobre a história dos museus municipais em Portugal. Importa estabelecer o papel dos museus municipais⁵ no actual sistema museológico português, bem como a forma que poderá assumir no futuro o caso do trabalho de projecto que se prende ao MMFV.

A evolução dos museus públicos⁶, em geral, e dos museus municipais ou das autarquias locais, em particular, acompanha as vicissitudes da História de Portugal nos seus vários aspectos, político, social, económico, filosófico e cultural, e é influenciada pelo contexto internacional, sobretudo europeu.

Atendendo à constituição das suas colecções, não podemos desligar a génese dos museus municipais do ideário e da experiência histórica dos gabinetes de curiosidade. Os museus municipais são a partir do século XIX uma outra coisa, que os afasta das colecções de curiosidades pese embora o facto de as elites sociais que estiveram na sua constituição não terem perdido a tradição da recolha de objectos que foram incorporadas nos primeiros museus municipais.

1.1 Gabinetes de Curiosidades

O século XVIII vai ser palco de uma progressiva evolução do conceito de Gabinete de Curiosidades e também de uma crescente distinção entre o conceito de museu e de gabinete. Por um lado, a distinção semântica: «Gabinete» como sinónimo do edifício onde se encontra a colecção e «Museu» significando a própria colecção. Por outro lado, começou a verificar-se uma cada vez maior diferenciação conceptual.

⁴Museu-Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição (ICOM, 2001)

⁵Um museu municipal é uma instituição pública de carácter museal, tutelado por uma câmara municipal que pode ter um acervo constituído por colecções de Arte, Arqueologia, História, Ciência, História Natural, Etnografia, Antropologia, Tecnologia e cujas colecções são representativas de um território específico (o município) cuja ligação a esse território se concretiza através de um conjunto de acções em articulação com a comunidade e outras instituições municipais.

⁶Museus Públicos – são museus que são propriedade ou que são administrados por outras autoridades públicas (Estados federados, províncias, municípios, câmaras, freguesias, etc.), ou por colectividades de carácter público como as sociedades, as fundações, as instituições escolares, as igrejas, etc. (SILVA, 2000)

O Gabinete é constituído de forma desordenada, sem uma preocupação de classificação ou de inventariação sistemática de cariz científico. Esta é uma preocupação que surgirá mais tarde com a instituição do museu, já uma instituição de natureza pública, com objectivos definidos no âmbito da pedagogia, do ensino e da educação.

Mais adiante salientaremos a importância de Domingos Vandelli na definição de museu e museologia e na evolução do conceito de museu face ao Gabinete.

Trata-se, no que diz respeito ao Gabinete, de uma colecção privada, que pretende demonstrar o prestígio social e intelectual e a capacidade financeira do coleccionador. Afirmar-se como um espaço que pretende sintetizar a arte e a natureza e onde se procura retratar a criação divina ao nível da natureza e do humano.

A colecção de antiguidades e numismática proposta pelo padre teatino Tomás Caetano do Bem no Colégio dos Nobres (BRIGOLA, 2009) constituída por medalhas romanas, gregas, góticas, árabes, livros, estátuas e imagens da antiguidade, manuscritos, impressões raras de mapas dos domínios de Portugal, de estampas e retratos de varões portugueses, é um bom exemplo de uma colecção de curiosidades, bem como a colecção oferecida por António Jacinto Araújo ao Museu da Ajuda, em 1798, constituída por porcelanas, conchas, madrepérolas, corais, ágatas, ametistas, topázios, esmeraldas, safiras, mármore, coco das maldivas, peixes curiosos do Brasil, cobras, entre outros (BRIGOLA, 2009) ou ainda o Catálogo do Museu de Antiguidades da Biblioteca Pública⁷ onde constam medalhas romanas imperatoriais, mapas ou cartas geográficas, plantas e perfis de edifícios militares e civis, estátuas fundidas em bronze, estátuas em cobre, estátuas gregas em barro, estátuas egípcias em barro, cabeças de relevo em mármore, camafeus antigos da Meia Idade Média e do tempo da Reforma das Artes, anéis e esporas, entre outros (BRIGOLA, 2009).

Podemos entender um Gabinete de Curiosidades como uma colecção ou conjunto de colecções de uma ou várias tipologias, que denotam o gosto e a personalidade do coleccionador, seja este um aristocrata, um clérigo, um erudito ou o próprio monarca. Em Portugal foram identificados diversos Gabinetes criados pela

⁷ Catálogo elaborado pelo director António Ribeiro dos Santos, actualmente no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (BRIGOLA, 2009)

aristocracia⁸ e pela classe eclesiástica⁹. Quanto aos coleccionadores eruditos, podemos relevar os casos de Domingos Vandelli¹⁰ e de Júlio Matiazzi. Para ilustrar o coleccionismo régio, é oportuno salientar o próprio rei D. João V.

Torna-se relevante estabelecer o enquadramento político, económico e social dos gabinetes, assim como saber a quem pertencia a iniciativa da sua constituição, quais as motivações que estão na sua origem, qual o objectivo das colecções, em que consistiam e também salientar a lenta transição de gabinete a museu, até à coexistência das duas iniciativas museológicas, mudança que se verifica a partir da segunda metade do século XVIII.

O Gabinete de Curiosidades foi, entre os séculos XVI e XVIII, um espaço despido de aspirações científicas e museológicas. Importa relevar a especialização do coleccionador. Neste sentido, podemos destacar o gabinete de História Natural e o Jardim Botânico do Marquês de Angeja e o Gabinete de Medalhas e Antiguidades dos Padres Teatinos.

O grande objectivo filosófico que presidiu à construção dos gabinetes foi a recriação do universo. Particularmente nos gabinetes constituídos por várias colecções, o coleccionador procura exhibir para o seu deleite privado as representações da produção da Natureza e da produção do Homem (BRIGOLA, 2003). Surgem então dois tipos essenciais, respectivamente a *Naturalia* e a *Artificialia*. Mas também a *Exotica* e a *Mirabilia*, o que faz dos Gabinetes de Curiosidades espaços dos saberes e de lazer dos coleccionadores. Um outro mundo é o da *Scientifica*, que se perpetuou também em alguns museus públicos oitocentistas.

⁸São exemplo os gabinetes do Conde da Ericeira, do Cardeal da Cunha, do Duque de Cadaval, do Marquês de Abrantes e ainda os de Angeja, De Visme, do Visconde de Balsemão, de Vasconcelos, de Cáceres, de Araújo, de Rey e Sampaio. (BRIGOLA, 2000).

⁹ Podemos citar também alguns exemplos de coleccionadores eclesiásticos, como os Padres Teatinos, D. António Caetano de Sousa, Frei José Mayne, Frei Manuel do Cenáculo (Bispo de Beja, e depois Arcebispo de Évora) e Frei José Mariano da Conceição Veloso (BRIGOLA, 2000).

¹⁰ Nasceu em Pádua, Itália, em 1735 e morreu em Lisboa, Portugal, em 1816. Domingos Vandelli foi convidado pelo Marquês de Pombal, possivelmente em 1764, para leccionar no Real Colégio dos Nobres. Ocupou posteriormente o lugar de lente na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra tornando-se também o responsável pela selecção do local da implantação do Jardim Botânico, do estabelecimento do Laboratório Químico e do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Em 1787 foi viver para Lisboa, onde se tornou o primeiro director do Jardim Botânico da Ajuda. Ver <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html> (consultado em Março de 2013)

Vejamos o que caracterizava cada um destes tipos de colecções:

Naturalia

A colecção a que se refere o título em epígrafe consistia na representação dos três reinos da natureza: o reino animal, destinado à representação de animais mortos e animais vivos, fósseis, ossadas, conchas; o reino vegetal, onde se exibiam plantas vivas, dispostas em hortos botânicos e herbários, plantas preservadas em laboratórios e, finalmente, o reino mineral onde se poderiam observar gemas, ouro em estado bruto, pedras preciosas e diamantes. A propósito dos *Naturalia*, podemos referir uma das colecções de Vandelli, composta por elementos dos campos mineral (terras, calcários, mármore, gessos, xistos, calcedónias, lápis-lázuli, quartzos, minérios de mercúrio e minérios de ferro); vegetal (plantas fósseis e herbário) e animal (animais marinhos, conchas e insectos) (BRIGOLA, 2009). O coleccionador procurava armazenar os exemplares de plantas, de animais, de fósseis, de conchas, de rochas, de gemas e de pedras preciosas mais difíceis de encontrar. Todos estes objectos são reunidos segundo critérios de raridade, de beleza e de valor monetário. Daí que os Gabinetes de Curiosidades traduzam, por um lado, uma mentalidade medieval e renascentista de entesouramento de preciosidades, como forma de armazenamento e acumulação de riqueza, mas também uma busca do belo, do exótico e do extraordinário.

Artificialia

A segunda ordem das colecções dos gabinetes primitivos destinava-se à representação das mais variadas formas de arte e do engenho ou fabrico humano, como a pintura, a escultura, a tapeçaria, a armaria, a numismática, a ourivesaria e a relojoaria. A propósito de *Artificialia* podemos citar o exemplo da colecção dos Condes da Ericeira, uma das referências do coleccionismo privado seiscentista e setecentista, que era composta por 200 pinturas de mestres espanhóis, italianos, franceses, flamengos e holandeses, por uma livraria composta por 18.000 volumes, por uma colecção de cartas de marear, e ainda de peças numismáticas, de armas e de antiguidades (BRIGOLA, 2009).

Exotica e Mirabilia

Outras denominações a fixar são a *Exotica*, ou seja, a colecção de animais e plantas exóticas, como é o caso dos viveiros de aves e feras africanas e brasileiras que

D. João V reuniu no Paço da Ribeira e em Belém, ou dos jardins e hortos botânicos de Tomás Rodrigues da Veiga, de Garcia da Orta ou de Jacob de Castro Sarmiento (FIGUEIREDO e VIDAL, 2005). Quanto à *Mirabilia*, a expressão era sinónima da cultura da curiosidade e do entesouramento de objectos raros e monstruosos.

A propósito da *Naturalia*, é útil desenvolvermos um pouco o contexto económico, cultural e político da época. Portugal, tal como outras nações europeias, é um império ultramarino. As vastas e longínquas regiões do império português, na África, na Ásia e na América do Sul são uma fonte inesgotável para o trabalho de naturalistas, de botânicos e de médicos entre outros académicos. É do Brasil, de Angola e da Índia que vêm as espécies vegetais, animais e minerais que alimentam as riquíssimas colecções da aristocracia europeia. Estabelece-se assim uma rede comercial que enriquece os comerciantes e uma rede de contactos diplomáticos e culturais no plano europeu que assegura a transmissão do conhecimento e a circulação das peças para colecções entre França e Florença, Milão, Veneza ou Roma.

Scientifica

É também importante salientar o género da *Scientifica* (BRIGOLA, 2003), pela sua importância na génese do interesse pelas colecções da Ciência e da Técnica. Por um lado, neste universo assimilável ao progresso da civilização humana, as colecções incluem instrumentos científicos tais como relógios, astrolábios, quadrantes, microscópios, lunetas e instrumentos médicos, mas também se articulando com toda a actividade científica desenvolvida pelas universidades nos jardins botânicos. Podemos, a este propósito, citar o exemplo dos Gabinetes de Física, dos Laboratórios de Química e dos Observatórios Astronómicos e dos compradores e coleccionadores de “instrumentos e machinas de observação”. Para o médico António Ribeiro Sanches, os Gabinetes de Física, tal como os Gabinetes de Curiosidades, tinham um papel muito importante na educação universitária (BRIGOLA, 2009).

Os Gabinetes de Física eram lugares separados dos Gabinetes de Curiosidades, espaçosos, onde se acomodavam as bombas pneumáticas, os telescópios, modelos de moinhos de vento e os relógios. No entender de Ribeiro Sanches, o convívio dos alunos e professores universitários com estes objectos deveria formá-los nas propriedades dos Elementos, da *Optica*, da *Mechanica* e da *Statica* (BRIGOLA, 2003).

Torna-se evidente o esforço financeiro e logístico associado à constituição destas colecções. Podemos citar, nesse sentido, o projecto museológico do Marquês de Angeja. As somas necessárias para a aquisição das peças, para a contratação de académicos especializados, necessários ao aconselhamento na escolha e selecção das colecções, o envolvimento de mercadores e intermediários, e o facto da maior parte das peças ser oriunda das regiões ultramarinas do império ou da Europa, revelam bem que o gosto e a pulsão coleccionista estariam apenas ao alcance dos mais privilegiados.

É importante realçar que no plano do coleccionismo régio, ao longo de todo o século XVIII, e a bem do enriquecimento das colecções, vai-se criar uma teia de contactos diplomáticos e comerciais com vista à aquisição dos exemplares do reino vegetal, animal e mineral.

Os Relatos dos Viajantes Estrangeiros

Os relatos do viajante estrangeiro, inglês, francês ou castelhano, por ocasião de ocupação militar ou enquanto diplomata, escritor ou naturalista, são uma das fontes escritas que temos sobre a constituição destes Gabinetes. São descrições preciosas que nos ajudam a compreender melhor a constituição dos gabinetes e dos hortos botânicos, os métodos de classificação, as espécies exibidas, a importância das colecções e os responsáveis pelos gabinetes e pelos museus.

Esses relatos realçam o valor monetário, científico e de raridade das colecções dos reis. Quanto à natureza das colecções régias, é importante ressaltar, no plano da *Naturalia*, a existência de viveiros de animais exóticos, exemplo de *Naturalia* e de *Exotica*, e também a presença de hortos botânicos, que são uma outra faceta do fenómeno dos gabinetes. Estes hortos e herbários têm, na maior parte dos casos, propósitos medicinais e estão associados aos gabinetes privados mas, principalmente, à actividade das Faculdades de Medicina, no sentido do que defendia Ribeiro Sanches.

Será também importante relevar o papel que Jacob Sarmiento, Luís Verney e Ribeiro Sanches tiveram na filosofia e na ciência dos museus e também no significado que os gabinetes e os museus vão adquirir durante esta época.

É obrigatório, no que ao sábio judeu Jacob de Castro Sarmiento diz respeito, salientar o seu papel dinamizador e renovador da ciência dos museus. Por um lado, o «Museu» passa a estar equiparado à «Biblioteca», enquanto fonte de conhecimento. Por

outro, o reconhecimento científico da existência de determinado animal ou planta passa a estar muito mais dependente da sua presença real, inventariada e catalogada numa exibição museológica privada ou pública, do que na sua descrição em livro.

Para além disto, Jacob Sarmento, tal como Ribeiro Sanches, soube reconhecer a importância dos hortos botânicos associados às universidades como instrumentos pedagógicos e didáticos ao serviço de alunos e professores. O seu contributo, embora não reconhecido de imediato, vai influenciar sobremaneira a ciência dos museus.

Este desenvolvimento da ciência dos museus, e naquilo que toca ao alvo do nosso estudo, os Gabinetes de Curiosidades, é particularmente importante. A atitude do coleccionador, progressivamente mais imbuída de uma curiosidade científica e a importância significativa das colecções albergadas nas salas ou espaços contentores levam a um desenvolvimento de várias ciências, como a Biologia, a Zoologia ou a História Natural.

Por outro lado, são personalidades como Jacob de Castro Sarmento, Luís António Verney, Ribeiro Sanches e Domingos Vandelli, que vão contribuir, de forma decisiva, para a construção do museu actual, em grande parte a partir do conhecimento produzido através dos gabinetes de curiosidades.

Um exemplo actual deste tipo de museus é o Museu das Curiosidades da Quinta do Romeu¹¹, em Mirandela, que expõe objectos curiosos do quotidiano dos finais do século XIX e princípios do século XX, como caixas de música, máquinas fotográficas ou de projecção de cinema, máquinas de costura, de engomar, além de telefonias, de bicicletas, de carros de cavalos, de automóveis e um carro de bombeiros.

O Museu Público

O Museu é entendido como um espaço de dimensões adequadas ao trabalho e à exibição museológica, dotado de uma equipa de profissionais e de investigadores, permanentemente aberto ao público, suportado pelo erário régio, normalmente propriedade do Estado, de que é exemplo o Gabinete de Medalhas e Antiguidades da Livraria Pública¹².

¹¹ <http://www.quintadoromeu.com/index.php?p=paginas&op=museu&idioma=por>, (sítio em linha do Museu das Curiosidades da Quinta do Romeu consultado em Setembro de 2012).

¹² Foi fundado por João Vidal da Costa e Sousa, surge citado pela primeira vez em 1788 no *Almanach* de Lisboa de 1788 e estará desde a sua fundação associado à Academia das Ciências de Lisboa, possuindo

O museu público demonstra já grandes diferenças conceptuais em relação ao gabinete de curiosidades: museu é uma instituição de natureza pública, aberto ao público, com objectivos definidos no âmbito da pedagogia, do ensino e da educação, em que a constituição das colecções, a sua inventariação e classificação e a aquisição de novos espécimens obedecem a determinados pressupostos científicos e académicos (BRIGOLA, 2000).

A acção de Domingos Vandelli

Como ficou referido atrás, Domingos Vandelli desempenhou um papel muito importante na definição do museu e da museologia setecentista. A instituição museu e a ciência museológica passam a ser encaradas como instrumentos ao serviço da Instrução Pública, existindo uma preocupação com o inventário ordenado e metódico de todas as espécies coleccionadas, para além de uma tendência para a especialização das colecções e uma predilecção para as colecções de origem naturalista. A Vandelli devem-se também a criação de um projecto museológico que privilegiasse a recolha e a conservação de produções naturais e de artefactos etnográficos, o desenvolvimento de estudos naturalistas, o empreendimento de viagens filosóficas que promovessem o reconhecimento da flora, da fauna e da riqueza mineral do império português. A influência será manifesta no estudo, na ordenação dos espécimens recolhidos em colecção, na sua análise física e das suas propriedades, na sua classificação taxonómica e na divulgação do conhecimento produzido. As colecções recolhidas por Vandelli vão ser a base da constituição do Museu de História Natural.

A propósito dos Gabinetes de Curiosidades é também importante destacar o papel de Domingos Vandelli (BRIGOLA, 2009) como organizador dos gabinetes régios da Ajuda.

1.2 Liberalismo e Municipalismo na génese dos Museus Municipais do século XIX

O nascimento do museu está profundamente relacionado com os processos de construção de identidade nacional que começaram a surgir na Europa Ocidental a partir do século XVIII. O museu enquanto instituição pública é uma criação do Estado e o seu aparecimento coincide com o auge do liberalismo e com a emergência da burguesia

um espólio sobretudo de natureza numismática e que reflecte as influências de Frei Manuel do Cenáculo sobre o seu fundador. (BRIGOLA, 2000).

enquanto nova classe dominante no plano político, económico e cultural. O museu público é um reflexo dos ideais e valores do liberalismo e da burguesia, apresenta pretensões democráticas e pretende ser um espaço aberto a todos.

Os processos políticos, sociais e económicos que enquadram a formação do museu público em Portugal são semelhantes aos do resto do continente europeu. A formação dos estados liberais e a emergência da consciência liberal baseada nos valores do nacionalismo e do constitucionalismo moldaram o museu público.

O aparecimento do museu enquanto instituição pública em Portugal está intimamente ligado ao triunfo definitivo do liberalismo em 1834 e à afirmação de uma consciência social e política liberal baseada nos princípios do nacionalismo, liberalismo e constitucionalismo. O espírito anti-clerical do liberalismo e a extinção das ordens religiosas serão também factores marcantes do sistema museológico português (PIMENTEL, 2005).

A evolução dos museus municipais neste período fez-se, em grande parte, por influência das ideias municipalistas de Félix Henriques Nogueira (SILVA, 1976), um dos ideólogos da reforma administrativa municipal. As suas ideias sobre o que deveria ser o município novo levaram-no a afirmar que todos os municípios deveriam possuir determinados equipamentos culturais como uma escola, um teatro, uma biblioteca, um clube, um arquivo, um jardim botânico ou zoológico e, mais particularmente, um museu. Este autor defende que o museu municipal deverá apresentar os principais produtos da natureza e da arte: produções naturais, instrumentos de física e química, máquinas e instrumentos de agricultura, utensílios fabris, artefactos, quadros, estampas e antiguidades e ser fundado, sustentado, auxiliado e conservado pela câmara municipal (NOGUEIRA, 1856).

Alexandre Herculano (CUSTÓDIO, 1993), tal como Henriques Nogueira, também atribui responsabilidades aos municípios portugueses no âmbito da preservação do património cultural português em risco de dispersão ou destruição após a extinção das ordens religiosas.

O movimento impulsionador que deu origem aos museus municipais partiu das elites locais. O Museu de Santarém permite estabelecer um exemplo no que toca aos grupos sociais que estiveram na origem dos museus municipais. A primeira comissão administrativa do então Museu Distrital de Santarém, que funcionou de 1876 a 1880,

era composta por João Dally Alves de Sá, que pertencia a uma importante família nobilitada do país, os Alves de Sá, Rui Pinto Basto, Visconde de Atouguia, Jacinto Falcão, grande agrário da região de Santarém, Francisco Menna, professor de liceu, Alexandre Júnior, cujo pai fundara a Associação Comercial de Santarém, entre outros. A lista apresenta-nos elementos da nobreza, da burguesia agrícola e comercial e personalidades de formação académica superior (CUSTÓDIO, 1994).

A questão da tutela municipal e a municipalização dos museus surge no contexto do desenvolvimento e afirmação da política do municipalismo que se verifica nas últimas décadas do século XIX em Portugal. O Museu de Santarém é disso um excelente exemplo. A Câmara de Santarém iniciou um processo de municipalização do museu em finais do século XIX, que se traduziu na tomada de posse do museu e na transferência das competências para a edilidade (CUSTÓDIO, 1994).

Entre os diferentes exemplos históricos de museus locais, pode referir-se o Museu Portuense, criado no Porto. Trata-se de um caso singular, porque também pode ser considerado como o primeiro museu público do país, embora ele venha a ter o figurino de museu municipal uns anos depois, nos inícios da segunda metade do século XIX, precisamente em 1852 (PIMENTEL, 2005). Chamou-se-lhe «Museu Portuense». Uns anos antes, um burguês de origem inglesa, amante do coleccionismo à boa maneira dos gabinetes de curiosidades, João Allen, estabeleceu, no Porto, um museu privado¹³, cujo acervo era constituído por colecções de conchologia, de mineralogia, de geologia, de pintura, de numismática, isto é, uma série de diversas curiosidades e respectiva biblioteca (PIMENTEL, 2005). O museu estava aberto ao público durante alguns dias da semana. Mas, com o desaparecimento do seu instituidor, houve quem se preocupasse com a dispersão do património móvel que tinha sido reunido e disponibilizado à visita pública. Esta reacção gerou um movimento que tendeu para a protecção das colecções por parte do município portuense.

O Museu Portuense foi, pois, uma obra das elites culturais do Porto, que pressionam o município a adquirir a colecção, não só para que ela pudesse manter a sua integridade, mas em função do seu carácter público. A colecção de João Allen acabou

¹³Museu Privado – Museus que são propriedade de particulares, de organismos privados, ou que são administrados por colectividades de carácter público tais como, sociedades, fundações, instituições educativas, igrejas (SILVA, 2000).

por ser adquirida pela Câmara Municipal do Porto, em 1850. O Museu volta a abrir ao público em 1852¹⁴.

Como acabámos de ver, a génese do museu privado e depois a sua transformação em museu público e municipal ocorreram num contexto de crescente afirmação da burguesia urbana e dos ideais do liberalismo, do nacionalismo e da democratização no quadro da Revolução Liberal e da instauração definitiva da monarquia constitucional na sequência da Guerra Civil de 1834. O novo regime revelou-se o contexto fértil para a transformação do antigo quadro museológico do século XVIII. O museu deixa de ser visto como uma colecção privada, mais ou menos desordenada, sem grandes preocupações de inventariação e classificação e renasce como uma instituição pública, um instrumento de difusão dos novos ideais políticos, de democratização e de instrução pública. O museu público em geral, e o museu municipal em particular, vão adquirir este papel de ferramenta ao serviço dos ideais políticos, não só durante o século XIX, mas também ao longo de todo o século XX.

O Museu de Santarém é um excelente exemplo de museu municipal da segunda metade do século XIX. O Alvará de 16 de Fevereiro de 1876 dá origem ao Museu Distrital de Santarém, no âmbito de uma iniciativa do Governo Civil do Distrito, tendo como objectivo ser um museu arqueológico e uma exposição permanente dos produtos das indústrias de Santarém (CUSTÓDIO, 1994). A transição deste museu para a tutela municipal, de particular importância para o nosso estudo, ocorre por intermédio do Decreto nº 295 de 28 de Dezembro de 1892 cujo nº 6 do artigo 13º determina que serão “entregues à Câmara Municipal de Santarém o Museu Artístico Archeológico instalado no respectivo concelho”¹⁵.

O Museu Municipal da Figueira da Foz, fundado em 1894, mercê da vontade e dinamismo de António dos Santos Rocha é um outro exemplo de museu municipal fundado na segunda metade do século XIX, tal como o Museu Municipal de Bragança, fundado em 1896.

¹⁴ Refira-se que este museu teve um *Regulamento para o Museu de Pintura e Gravura*, redigido por João Baptista Ribeiro, membro da Real Academia do Comércio e Marinha. (PIMENTEL, 2005)

¹⁵ Esta alteração de tutela – de distrital (poder central) para municipal – foi determinada pelo governo (do Ministério dos Negócios do Reino, Direcção Geral de Administração Política e Civil, 2ª repartição), no quadro da crise, política, financeira e económica pós Ultimatum inglês.

Os museus eram essenciais à preservação do património do país, mas permitiam também um enorme alargamento do conhecimento e do potencial de pesquisa arqueológica em todo o território português (GOUVEIA, 1997).

A cobertura museológica do país era essencial à implementação de um plano de estudo arqueológico do país, de salvaguarda da riqueza do património local, evitando transferência dos bens culturais para o exterior, a sua degradação ou perda, assegurando portanto, a defesa e a conservação deste património pelos próprios municípios.

O museólogo deverá dar também crucial importância ao estudo das indústrias locais, pelo que será essencial o museu possuir secções dedicadas a esta temática. Os municípios, juntas de freguesia e governos civis, que são as entidades tutelares dos museus regionais, locais e municipais até à implantação da República, deveriam ser obrigadas a “inscrever verbas, maiores ou menores” (GOUVEIA, 1997), destinadas à manutenção dos museus.

O regime de tutela municipal dos museus implica, muitas vezes, algumas dificuldades relacionadas com as verbas, com o desinteresse manifestado pelos órgãos camarários e também alguma falta de articulação com as sociedades científicas locais.

José Leite de Vasconcelos (1858-1941) construiu uma base e uma conceptualização teórica para o museu municipal dos finais do século XIX e início do século XX. Este devia ser uma instituição onde se conjugavam a arqueologia, a etnografia, a antropologia e a história natural. Para além de ser um espaço lúdico, a usufruir pelos munícipes, turistas, viajantes, etc, o museu também deveria ser um espaço de investigação útil ao estudioso e ao académico. Embora seja um museu municipal, a sua acção não deverá estar restrita ao território concelhio. Pelo contrário, a fim de promover a salvaguarda do património e o alargamento da proveniência de novas incorporações deverá estender a sua acção à sua região (GOUVEIA, 1997).

A instituição museológica municipal, segundo Vasconcelos, tem três grandes objectivos: a salvaguarda do património local, a educação das populações e o estudo e a investigação da região. Nesse sentido, deverá primar pela preservação dos artefactos arqueológicos e etnográficos e divulgar o conhecimento da evolução histórica local e regional (GOUVEIA, 1997). Todavia, quando Leite de Vasconcelos se preocupou com a caracterização do museu municipal, enquanto museu local, na linha de estudos

desenvolvidos a nível internacional, já alguns museu de carácter local, municipal ou distrital tinham sido constituídos em Portugal.

O quadro museológico português do século XIX, no tocante ao seu carácter descentralizado, vai acompanhar o reforço do municipalismo, surgindo um outro exemplo relevante de museu local já no final do século, em 1896, em Bragança (SILVA, 2000). O Museu Municipal de Bragança foi organizado por Albino Lopo (PIMENTEL, 2005) e composto por duas secções, a primeira de Arqueologia e a segunda de História Natural¹⁶. Segundo Albino Lopo, estas colecções deveriam incluir elementos arqueológicos, antropológicos e etnográficos, tais como objectos pré-históricos, esculturas, brasões de armas, inscrições, instrumentos agrícolas, trajos, instrumentos musicais, de pesca e caça, crânios, esqueletos, colecções de cabelo, amostras de madeira, produtos agrícolas, minerais e animais embalsamados. O museu foi fundado no dia 4 de Novembro de 1896 e instalado num espaço temporário arranjado para esse fim no interior do edifício da Câmara Municipal de Bragança, onde foi aberto ao público.

A este propósito é importante relevar a iniciativa de personalidades cultas dos concelhos na definição dos projectos dos museus, mas também a importância que as colecções de arqueologia e de etnografia vão adquirir na composição dos museus municipais, a partir de finais do século XIX e ao longo de todo o século XX.

1.3 A 1ª República e os Museus Municipais

A revolução republicana de 1910 vem trazer algumas alterações ao panorama museológico português. A separação entre o Estado e as Igrejas e a consequente nacionalização do património eclesiástico, vem reforçar a necessidade de legislação que protegesse todo o património artístico, arquitectónico e cultural de que a Igreja era proprietária e que cabia agora ao Estado salvaguardar, tal como acontecera aquando da implantação do liberalismo e da extinção dos conventos e mosteiros no século XIX.

A legislação republicana, no campo museológico, vem reforçar o cariz centralizador da estrutura museológica em Portugal, com a criação de três Conselhos de

¹⁶ Museus de Arqueologia, distinguem-se pelo facto de as suas colecções terem origem, em grande parte ou na sua totalidade, de intervenções arqueológicas de prospecção ou escavação ou de troca de artefactos inter-museus. Quanto aos Museus de História Natural, são instituições museais consagradas às temáticas relacionadas com uma ou mais disciplinas das ciências naturais, tais como a biologia, a geologia, a botânica, a zoologia, a paleontologia e a ecologia (SILVA, 2000)

Arte e Arqueologia sediados no Porto, em Coimbra e em Lisboa (PIMENTEL, 2005). O artigo 25º do Capítulo IV do Decreto n.º 1 do Governo Provisório de 26 de Maio de 1911, referente à reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, define, no que concerne aos museus municipais, que eles ficam subordinados aos Conselhos de Arte e Arqueologia das respectivas circunscrições e sob a superintendência da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Nacional. O artigo 2.º do mesmo Decreto estabelece também que compete aos Conselhos de Arte e Arqueologia definir a política de incorporações dos museus, a organização das exposições, proceder à aquisição das colecções e superintender sobre a preservação e conservação dos acervos.

Os artigos nº 35 e 36º do Decreto n.º 11445 de 13 de Fevereiro de 1926, publicado um pouco antes do golpe de estado militar e do fim da 1ª República, estabelece como competência dos Conselhos de Arte e Arqueologia, a inspecção e a fiscalização dos museus de arte e arqueologia, nos quais se incluem os museus municipais, devendo assegurar o seu bom funcionamento, segurança e boa conservação dos valores artísticos. Os artigos 40.º e 41.º definem que os directores e conservadores dos museus serão nomeados pelo Governo sob proposta dos Conselhos de Arte e Arqueologia. Tal como disposto pelo artigo 45º do mesmo decreto, competia ao Ministério da Instrução Pública estabelecer os pressupostos dos regulamentos dos museus. O texto legislativo refere-se especificamente aos museus municipais, nos artigos 74º e 75º, nos quais são definidos os critérios de exportação de bens culturais e artísticos, estabelecendo a impossibilidade desta circulação para objectos artísticos, arqueológicos e históricos já incorporados em museus municipais.

No plano municipal, e tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 94º de referido decreto, devia também ser estimulada a criação de comissões locais de amigos dos monumentos que complementem a actuação das instituições oficiais na defesa, na inventariação e na fiscalização dos monumentos.

A história do Museu Municipal de Santarém vai também reflectir a evolução no campo museológico que se verificou durante a 1ª República. O museu integra-se na nova orgânica de desenvolvimento e valorização cultural dos Conselhos de Arte e Arqueologia muito devido à acção de Laurentino Veríssimo (funcionário da Câmara Municipal de Santarém, conservador do Museu Municipal de Santarém entre 1915 e

1936 e membro da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém) (CUSTÓDIO, 1994).

1.4 Os Museus Municipais ao longo do Estado Novo

A política museológica do Estado Novo desenvolveu-se em três planos fundamentais: conceptual, legislativo e estabilização entre as décadas de 30 e de 50 e o período de renovação que culmina em 1965. (LIRA, 2011)

Os museus, e no caso particular deste estudo, os museus municipais foram instrumentos da acção política e ideológica do novo regime (LIRA, 2011), passando a estar organizados e classificados em museus nacionais, regionais e municipais, sendo os seus directores de nomeação governamental, o que traduz a relevância dada aos museus pelo novo regime político. (LIRA, 2011)

Tal como os restantes museus, os municipais eram instrumentos de propaganda do regime, do cariz nacionalista e do sentimento de orgulho no passado que este veiculava. (LIRA, 2011)

No plano legislativo, o novo regime político vai criar um conjunto de leis que definem e regulamentam o sistema museológico português. Ainda em 1932, a denominada Carta Orgânica dos Museus (PIMENTEL, 2005), depois em 1945, as Normas Gerais para a Organização dos Museus das Casas do Povo¹⁷, e já nos anos sessenta, no que será um período de requalificação e de renovação do sector museológico em Portugal, muito devido a João Couto, com o Regulamento Geral dos Museus de Arte e Arqueologia.

O Decreto-Lei nº 20:895 publicado no Diário de Governo no dia 7 de Março de 1932, também conhecido como “Carta Orgânica dos Museus” (PIMENTEL, 2005) procede à extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia. Por outro lado, é criada no texto da lei a figura das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia (PIMENTEL, 2005), nas quais teriam assento os directores dos museus municipais (LIRA, 2011) e que se constitui como órgão consultivo na gestão dos museus municipais, no planeamento cultural dos espaços concelhios e na organização de iniciativas culturais na região circundante.

¹⁷“O Museu da Casa do Povo tem por fim recolher, conservar e agrupar artisticamente todos os elementos etnográficos, indispensáveis para caracterizar o trabalho, a arte e a vida da população rural de cada região do país”. (PIMENTEL, 2005)

A iniciativa museológica fica a cargo dos “homens bons” (PIMENTEL, 2005) do concelho, conceito algo indefinido na própria letra da lei da Carta Orgânica dos Museus, mas que deveria corresponder às elites culturais que deveriam proceder à recolha do património de interesse relevante e que devesse ser preservado em espaço museológico, à propaganda, à salvaguarda do património artístico e arqueológico, a pequenos trabalhos de protecção, conservação e limpeza dos monumentos classificados.

O Presidente da Câmara Municipal e o Director do Museu integram as comissões municipais de arqueologia¹⁸, denotando o carácter corporativo da lei e a moldação das elites locais à ordem corporativa.

O artigo nº 49.º e 52.º do acima citado decreto estabelece que os museus municipais e as suas colecções são superintendidos pelo Ministério da Instrução Pública, sintoma da centralização que já se verificava durante a 1ª República.

As Normas Gerais para a Organização dos Museus das Casas do Povo vão conceder competências museológicas a estas instituições. Na prática, isto implica que deveria passar a existir um museu etnográfico¹⁹ em cada freguesia, e que cabia a estas instituições recolher todo o material de importância para a caracterização do folclore, da etnografia e da tradição concelhia e regional.

Os museus, tal como se verificara anteriormente, materializavam a ideologia nacionalista e corporativa do regime, procuravam difundir e reforçar uma identidade rural e arreigada às tradições do povo português, bem como servir a construção de uma identidade cultural nacional que projectasse as virtudes do regime político.

Esta política tem como consequência o crescimento desmesurado de unidades museológicas, sem grande cuidado com o estudo, a investigação, a classificação e a catalogação dos objectos museológicos, nem com a criação de espaços arquitectonicamente planeados de raiz para a prática museológica.

A partir dos anos sessenta surge um movimento de renovação museológica (PIMENTEL, 2005), em grande medida obra de museólogos como João Couto, caracterizado pela criação da disciplina da Museologia enquanto ciência universitária, pela criação da Associação Portuguesa de Museologia e, no plano internacional, pelo

¹⁸ Tal como nos é referido no Capítulo III do Decreto nº 20:985 de 7 de Março de 1932

¹⁹ Museus de Etnografia, são museus que expõem materias que se relacionam com a cultura, com as estruturas sociais, com as crenças, com os costumes e com as artes tradicionais. (SILVA, 2000)

aparecimento de entidades que regulam a actividade e formação museológica, como a UNESCO e o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), nas quais Portugal participa. (LIRA, 2011)

Este movimento integra uma nova classe de museólogos, com formação superior, influenciados pelas práticas que levavam a cabo no estrangeiro e que procuram oferecer ao trabalho museológico em Portugal um novo cunho, mas que não implica, no imediato, uma alteração do cariz regionalista e municipalista da realidade museológica portuguesa. A concepção de museu municipal, tal como os restantes museus, sofre um grande desenvolvimento, passando a ser definido como instituição que deve expôr, valorizar e divulgar as suas peças. O legislador indica mesmo que o museu deve ser uma instituição com finalidade conservadora mas também um organismo cultural ao serviço da comunidade (LIRA, 2011).

Podemos também salientar o contributo de João Couto, um dos grandes museólogos portugueses do século XX, na definição do Museu Municipal. Numa conferência proferida em Lisboa, ainda nos anos quarenta, a propósito da constituição do Museu da Cidade de Lisboa, defende que os museus das cidades eram até então, sobretudo de natureza histórica e artística. Couto estabelece um paralelismo com Museus Municipais de grandes capitais europeias como Madrid e Paris (COUTO, 1943). João Couto entende que deve existir um novo critério que esteja na génese da constituição dos museus locais, sejam museus de cidades ou de outros aglomerados populacionais de menores dimensões. Estes critérios são a conservação dos testemunhos da arte decorativa, da etnografia, da história da cultura, da ciência, do meio geográfico e das investigações pré-históricas. São estes testemunhos que deverão constituir a exposição permanente do museu municipal. Quanto às exposições temporárias, elas devem abordar as manifestações da vida cultural e artística do presente dos municípios e das suas populações, devem dar a conhecer as obras locais de pintura, de escultura, de arquitectura, das artes decorativas, da indústria local, como os utensílios, o mobiliário, os lanifícios. Estes museus devem também incluir salas de concertos e de conferências, uma biblioteca, uma escola de arte e escritórios de informações. Deverá ser um museu-escola, vivo e em permanente contacto com o público (COUTO, 1943).

O pensamento museológico de João Couto incide também na necessidade de atracção e educação dos públicos, devendo tornar-se indispensáveis às populações.

Neste sentido, é crucial o conhecimento do meio geográfico e climático onde surgiu o aglomerado urbano, o seu processo de formação desde os tempos mais remotos e a organização dos serviços municipais (COUTO, 1943).

Tudo isto deverá ser tido em conta na criação do plano arquitectónico do edifício, na distribuição das secções, dos serviços de conservação e depósito, na organização e exibição das colecções, na escolha do local onde o museu deve ser construído, do conjunto de colecções que deverá constituir-lo e da estrutura orgânica pela qual deverá ser regido. O plano arquitectónico deve prever, sempre que possível, o alargamento e possíveis acrescentos ao edifício. O Museu deverá estar equipado com vestíbulo, auditório para conferências e concertos, biblioteca, serviços administrativos, oficinas de montagens e reparações e salas destinadas a albergar as secções de história e geografia locais. As exposições permanentes devem incidir, sobretudo, sobre uma personagem, um monumento ou uma indústria local. O Museu deverá estar enquadrado num espaço ajardinado e arborizado, por forma a protegê-lo do ruído e do fumo circunvizinhos. O jardim poderá ser embelezado com fragmentos arquitectónicos e arqueológicos (COUTO, 1943).

O Decreto-Lei nº 46758, de 18 de Dezembro de 1965, que publica o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, é também bastante importante no sentido de compreender a forma de financiamento dos museus municipais. O Artigo 2.º deste Decreto estabelece mesmo que os encargos financeiros respeitantes à manutenção dos museus podem ser parcialmente suportados pelas câmaras municipais. São até citadas algumas câmaras municipais com essa obrigação: Abrantes, Braga, Castelo Branco, Guimarães e Leiria, a que correspondem, respectivamente, os museus, D. Lopo de Almeida, D. Diogo de Sousa, Francisco Tavares Proença Júnior, Alberto Sampaio e o Museu de Leiria.

O Museu Municipal de Santarém irá também reflectir a política museológica do Estado Novo, em particular através da acção de Zeferino Sarmento (Conservador do Museu Municipal de Santarém entre 1937 e 1968) (CUSTÓDIO, 1994) que vai procurar exercer uma renovação inspirada em exemplos de outros museus nacionais, especialmente do Museu Machado de Castro, em Coimbra. Esta renovação consistia numa nova solução museográfica para a Igreja de S. João do Alporão, na criação do

Museu dos Coches, dos Arreios e Armaria, fundado em 1941 e na elaboração de um plano museológico da cidade.

A inauguração do Museu Municipal de Ílhavo em 8 de Agosto de 1937 (LEBRE e GARRIDO, 2007) é também um excelente exemplo de museu oriundo do período histórico correspondente ao Estado Novo. A ideia surgiu nos anos vinte do século XX, procurava criar um museu dedicado aos usos, aos costumes e tradições locais conforme um preceito etnográfico de matriz romântica que visava preservar, guardar e exhibir a alma do povo ilhavense.

1.5 A Revolução de 1974, a Nova Museologia e a Ecomuseologia

A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a libertação democrática que o povo impôs vem também trazer alterações ao sistema museológico nacional, que é refrescado por um debate sobre a política museológica do país, conduzido por figuras como José-Augusto França, pela influência das novas correntes ideológicas da museologia como a Nova Museologia e a Ecomuseologia e até pela entrada do país na Comunidade Económica Europeia, em 1986.

O período político iniciado em 1974 proporcionou uma nova forma de encarar e fomentar o aparecimento de estruturas museológicas a partir dos novos poderes autárquicos (CAMACHO, 1999).

A Constituição de 1976 obriga o Estado a preservar, defender e valorizar o património cultural e concede autonomia administrativa às autarquias, o que origina um processo de reestruturação das câmaras municipais no plano cultural, patrimonial e museológico (CAMACHO, 1999).

A deslocação a Portugal do museólogo sueco Per-Uno Agren enquanto consultor da UNESCO/ICOM traduz uma preocupação do Estado com o panorama museológico local embora sem grandes resultados imediatos (CAMACHO, 1999).

A Museologia local de tutela municipal apresenta ainda um número de museus pouco expressivo apesar dos esforços da APOM. A Casa-Museu Anjos Teixeira, o Museu Ferreira de Castro, em Sintra e o Museu de Alhandra, em Vila Franca de Xira são alguns dos escassos exemplos de museus municipais deste período (CAMACHO, 1999).

A Área Metropolitana de Lisboa (AML), regista o surgimento de novos museus: o Museu Municipal do Seixal, posteriormente designado Ecomuseu Municipal do Seixal, o Museu Municipal de Loures, o Museu Municipal de Almada, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Mar (CAMACHO, 1999).

Os museus são encarados com crescente importância socio-política pelos órgãos municipais. A sua criação implica, em muitos casos, a aquisição de um imóvel pela autarquia, levantamentos patrimoniais e dinamização da população e reflecte o empenhamento político ao nível autárquico, muitas vezes sem grande apoio técnico e logístico por parte do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) (CAMACHO, 1999).

Entre 1986 e 1990 surgem novos museus municipais na AML: o Museu do Brinquedo, em Sintra, o Museu do Mar em Sesimbra, o Museu Municipal de Alcochete, o Museu da Música Portuguesa, em Cascais e o Museu do Automóvel Antigo, em Oeiras (CAMACHO, 1999).

Os museus autárquicos desta altura revelam ainda deficiências no plano da organização e regulamentação interna, não constituindo ainda unidades orgânicas individualizadas na estrutura municipal. (CAMACHO, 1999).

A revolução não implica um rompimento imediato com a tradição corporativa que caracterizava a estrutura museológica portuguesa. Aliás, como é defendido por José-Augusto França, a renovação museológica deveria ser construída sobre a estrutura descentralizada já existente. No meu ponto de vista, são as novas correntes museológicas, como a *Nouvelle Museologie* e a Ecomuseologia, que vão ter mais impacto na renovação do panorama museológico português, por um lado, porque são mais relevantes no plano internacional a partir do pós-guerra, em virtude também da sua rápida adopção pelo ICOM e, por outro, porque vão encaixar bastante bem na estrutura museológica já existente.

Os princípios base da Nova Museologia, registados na Declaração de *Quebec* de 1984 e as ideias de museólogos como Hugues de Varine²⁰ e George-Henri Rivière²¹, vêm ajudar a renovar o sistema museológico português.

²⁰Segundo Hugues de Varine, Ecomuseu é “um museu interdisciplinar da ecologia e do ambiente natural e humano de um território definido e orientado para a comunidade”. (PIMENTEL, 2005)

A política museológica acompanha a evolução dos tempos e o museu público local passa a ser um instrumento dos novos ideais democráticos e da implantação popular do regime. A Nova Museologia e a Ecomuseologia acabam por se tornar sinónimos dessa nova perspectiva sobre os museus locais e influenciariam também a concepção dos museus municipais.

O museu local deve ser uma instituição destinada a desempenhar as funções museológicas, servir uma nova mentalidade de enquadramento no seu meio económico, político, demográfico e cultural, representar um repositório da memória da população e do concelho que serve e ser um instrumento ao serviço da dinamização cultural do concelho e do desenvolvimento de trabalho de investigação sobre o património móvel e imóvel da autarquia. O museu municipal está integrado num território e a sua acção abrange todo esse território. A criação, gestão, administração e programação dos museus deve ter em conta o saber tradicional da população e ser fruto do conhecimento técnico e da capacidade financeira e de gestão do órgão tutelar, ou seja, a câmara municipal.

O movimento de afirmação autárquica irá favorecer os inventários patrimoniais, o contacto com as populações e a intervenção museológica segundo os princípios de território, património e população. (CAMACHO, 1999)

A vontade política, a colaboração com grupos de população e associações de defesa do património, a formação académica dos técnicos e o pensamento museológico renovado são os principais factores de sucesso das novas experiências museológicas municipais (CAMACHO, 1999).

1.6 Os Museus Municipais Hoje

Existe hoje um grande número de museus municipais em Portugal. Uma parte está integrada na Rede Portuguesa de Museus (RPM), outra não. Seria muito difícil estabelecer um retrato de todos eles. Decidi por isso basear-me apenas na informação disponível sobre os museus municipais integrados na Rede.

²¹ Segundo G. H. Riviére, por sua vez, Ecomuseu é “um instrumento concebido, moldado e operado conjuntamente por uma autoridade pública e a população local. O envolvimento da autoridade pública é feito através dos peritos, das facilidades e dos recursos que fornece, o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e perspectivas individuais.” (PIMENTEL, 2005)

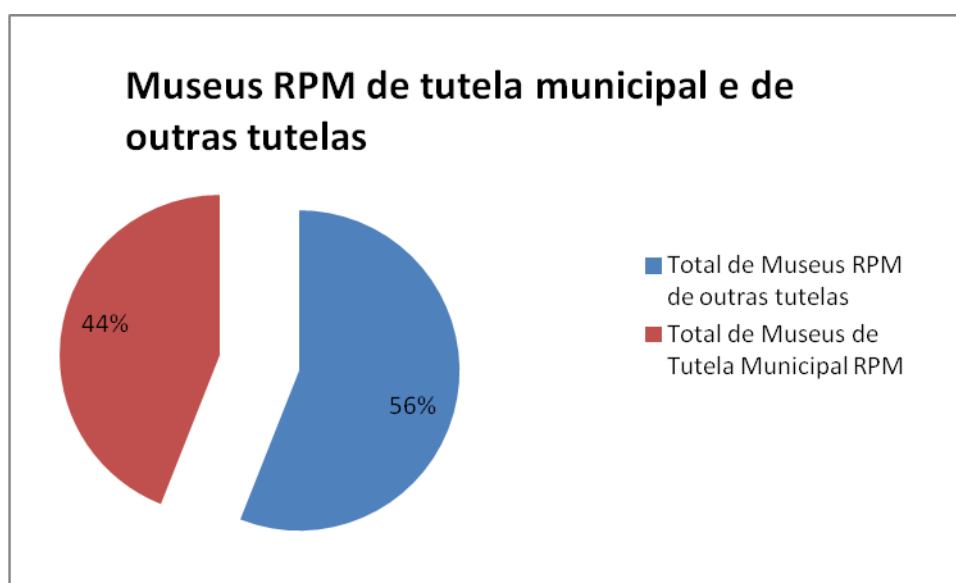


Figura 1 - Museus RPM de tutela municipal e de outras tutelas²²

A RPM integra hoje 137 museus²³. Destes, 60 têm tutela municipal representando cerca de 44% do total (Ver Fig 1). É também relevante indicar que existem no território português 308 municípios. Pese embora o facto de existirem museus municipais não integrados na RPM e de existirem municípios com mais do que um museu integrado na referida Rede, podemos indicar que apenas cerca de 15% dos municípios portugueses têm pelo menos um museu integrado.

A distribuição destes museus pelo território nacional não é uniforme. Verificamos que a região Norte possui 19 museus municipais (Ver Fig. 2) distribuídos por 16 municípios²⁴. Salientam-se alguns factos: três destes municípios tutelam mais do que um museu: Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão e Santa Maria da Feira. A região norte apresenta 19 museus para 85 municípios e para 2 403 333 habitantes, o que

²² Ver <http://www.ipmuseus.pt/> (consultado Setembro de 2012)

²³ Idem

²⁴ Os municípios são: Vila Nova de Famalicão, que tutela o Museu Bernardino Machado e a Casa de Camilo; Santa Maria da Feira que tutela o Museu Convento dos Loios e o Museu do Papel das Terras de Santa Maria; S. João da Madeira que tutela o Museu da Chapelaria; Matosinhos com o Museu da Quinta de Santiago; Vila Real com o Museu de Arqueologia e Numismática; Barcelos que tutela o Museu da Olaria; Vila do Conde com o Museu de Vila do Conde; Viana do Castelo que tutela o Museu do Traje e o Museu de Arte e Arqueologia; Santo Tirso com o Museu Municipal Abade Pedrosa; Amarante, com o Museu Municipal Amadeo Souza Cardoso; Esposende com o Museu Municipal desta vila; Póvoa de Varzim que tutela o Museu Municipal de Etnografia e História; Penafiel que tutela o Museu Municipal de Penafiel; Gaia, que tutela a Casa-Museu Teixeira Lopes; Paredes de Coura, que tutela o Museu Regional de Paredes de Coura; Bragança, que tutela o Museu do Abade de Baçal. <http://www.ipmuseus.pt/> (consultado em Setembro de 2012).

significa um rácio de 0.22 museus municipais por total de municípios, um museu para cada 126 491 habitantes. Este é o segundo maior número absoluto de museus municipais da RPM, logo atrás da região de Lisboa e Vale do Tejo, que representa cerca de 32% (Ver Fig. 3) do total de museus municipais da RPM.

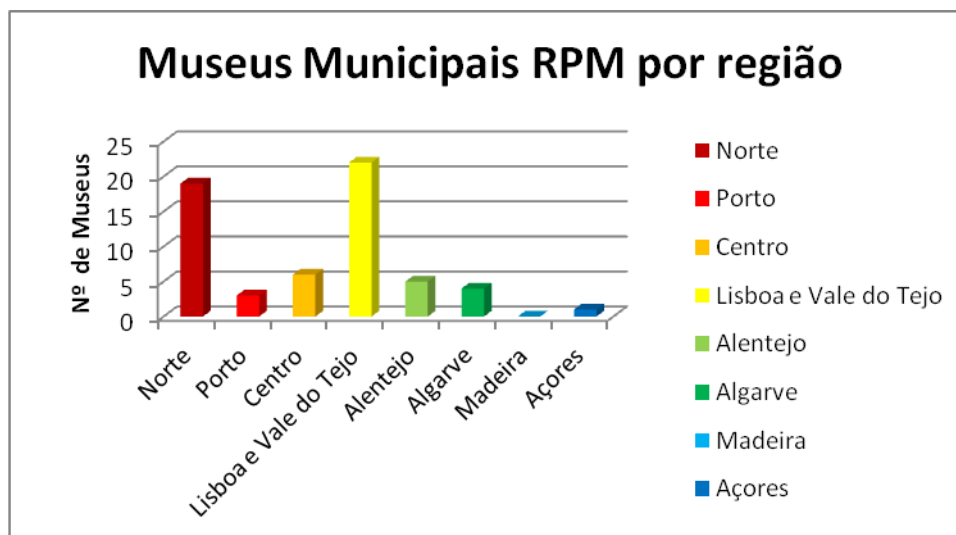


Figura 2 - Museus Municipais RPM por região²⁵

A região do Porto tem três museus municipais²⁶, todos tutelados pela Câmara Municipal do Porto. É a região com o menor número absoluto de museus municipais. No entanto, a cidade do Porto é, logo a seguir a Sintra, o concelho com mais museus municipais juntamente com Cascais. A cidade apresenta três (Ver Fig. 2) museus municipais da RPM para 237 584 habitantes, ou seja um museu para cada 79 194 portuenses, apresenta um rácio de três museus por concelho, ou seja, o melhor rácio quando comparado com as outras regiões, beneficiando do facto de estar apenas em causa um concelho. Representa cerca de 5,5% (ver Fig. 3) do total dos museus municipais da RPM.

A região centro apresenta seis museus municipais (Ver Fig. 2) tutelados por seis municípios²⁷, tem 2 327 580 habitantes e 75 concelhos para 6 museus municipais integrados na RPM, ou seja, apresenta um rácio de 0.08 museus por município e um

²⁵ Ver <http://www.ipmuseus.pt/> (consultado Setembro de 2012).

²⁶ O Museu da Cidade do Porto, a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio e a Casa-Museu Guerra Junqueiro.

²⁷ O Museu da Imagem em Movimento, em Leiria; o Museu da Pedra, em Cantanhede; o Museu da Villa Romana do Rabaçal, em Penela; o Museu de Aveiro, em Aveiro; o Museu Marítimo de Ílhavo, em Ílhavo e o Museu Municipal de Coimbra, em Coimbra.

museu para cada 387 930 habitantes. Representa cerca de 11% (Ver Fig. 3) do total dos museus municipais incluídos naquela estrutura da DGPC.

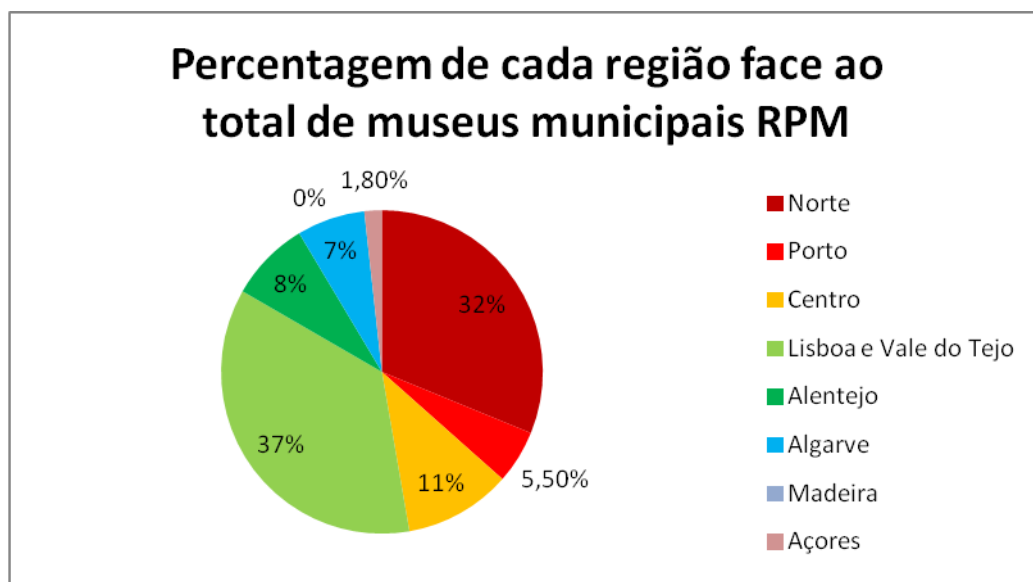


Figura 3 - Percentagem de cada região face ao total de museus municipais RPM²⁸

A região de Lisboa e de Vale do Tejo possui 22 museus municipais²⁹ (ver Fig. 2) integrados, distribuídos por 14 Câmaras Municipais. Salienta-se o facto de ser a região com mais museus municipais integrados na Rede, cerca de 37% (ver Fig. 3) do total. Para além disso, revela ter o maior número de municípios com mais do que um museu municipal integrado na Rede, ao todo quatro. Recordamos que para o mesmo número de câmaras municipais, a região do norte apresenta 19 museus e que tem apenas três municípios com dois museus na RPM. Esta região apresenta 22 museus para um universo total de 51 concelhos e 3 652 331 habitantes, ou seja um rácio de 0.431 museus por concelho e um museu para cada 166 015 habitantes.

²⁸ Ver sítio em linha da Direcção Geral do Património Cultural (DGCP): <http://www.ipmuseus.pt/> consultado em Setembro de 2012.

²⁹ A Casa-Museu Leal da Câmara, o Museu Anjos Teixeira, o Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas, o Museu de História Natural de Sintra e o Museu Ferreira de Castro, tutelados pela Câmara Municipal de Sintra; o Ecomuseu Municipal do Seixal; o Museu da Música Portuguesa-Casa Verdades de Faria, o Museu do Mar Rei. D. Carlos e o Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães, tutelados pela Câmara Municipal de Cascais; o Museu da Pólvora Negra tutelado pela Câmara Municipal de Oeiras; o Museu de Arte Pré-Histórica e do sagrado no Vale do Tejo, tutelado pela Câmara Municipal de Mação; o Museu Municipal de Loures e o Museu de Cerâmica de Sacavém, tutelados pela Câmara Municipal de Loures; o Museu do Trabalho Michel Giacometti e o Museu de Setúbal, tutelados pela Câmara Municipal de Setúbal; o Museu Municipal Carlos Reis, tutelado pela Câmara Municipal de Torres Novas; o Museu Municipal de Alcochete; o Museu Municipal de Benavente; o Museu Municipal Coruche; o Museu Municipal de Santarém; o Museu Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu Municipal de Torres Vedras .

Para isto contribuí o facto de existirem quatro municípios com mais do que um museu de tutela municipal: Sintra com cinco, Cascais com três, Loures e Setúbal, ambos com dois.

A região do Alentejo tem cinco câmaras municipais que tutelam cinco museus municipais³⁰ (Ver Fig. 2), apresenta o quarto maior número absoluto de museus municipais integrados, representando cerca de 8,3% (ver Fig. 3) do total de museus municipais da RPM do país e não apresenta nenhum município com mais do que um museu municipal. O Alentejo tem 47 Municípios e 757 190 habitantes. Significa isto que a região apresenta um dos mais baixos rácios de museus municipais por município, cinco museus municipais para 47 municípios, ou seja apenas 0,106 museus municipais por total de municípios e apenas 5 museus municipais para 757 190 habitantes, ou seja um museu por cada 151 438 habitantes.

A região do Algarve, por sua vez, tem quatro museus localizados em quatro municípios³¹ (Ver Fig. 2) e tem o quinto maior número absoluto de museus por região, logo a seguir às regiões de Lisboa e Vale do Tejo, do Norte e do Centro e Alentejo. Apresenta quatro museus para 16 municípios e para 451 005 habitantes, ou seja, um rácio de 0.25 museus por total de municípios e um museu para cada 112 751 habitantes. Representa cerca de 7% (ver Fig. 3) do total nacional dos museus municipais integrados na RPM.

Os Açores encontram-se representados por apenas um museu municipal³² integrado na RPM, logo um museu (ver Fig. 2) para 246 746 habitantes e 19 concelhos, ou seja, um rácio de 0.05 museus por concelho, o que representa 1,8% do total (Ver Fig. 3) dos museus municipais da RPM em Portugal.

A Madeira não tem nenhum museu municipal integrado na RPM, sendo portanto a área administrativa a apresentar os piores índices neste campo. (Ver Fig. 1 e 2)

O estudo da situação actual dos museus municipais em Portugal permite-nos afirmar, em conclusão, que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem o maior número de museus municipais integrados na RPM e a região do Porto, ou seja, a cidade do Porto, é

³⁰ O Museu de Mertóla, o Museu Municipal de Aljustrel, o Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, o Museu Municipal de Santiago do Cacém e o Municipal de Estremoz.

³¹ O Museu Municipal de Portimão, o Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, o Museu Municipal de Faro e o Museu Municipal de Tavira.

³² O Museu Municipal da Ribeira Grande tutelado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande

a mais bem servida por museus municipais da RPM. Por outro lado, o concelho de Sintra é o que possui mais e se encontra melhor servido por museus municipais da RPM.

A distribuição dos museus municipais pelo território português é bastante desigual, apresentando maior concentração no continente face às regiões autónomas, no litoral, face ao interior e dos grandes centros urbanos como Lisboa, Porto, Sintra, Cascais, Loures, Setúbal face aos concelhos rurais. O maior número de concelhos, com mais do que um museu municipal, encontra-se na região de Lisboa e Vale do Tejo. A região autónoma da Madeira apresenta os piores resultados, sem qualquer museu municipal integrado na RPM

Os museus municipais, de que são importante exemplo os que iremos estudar de seguida, adquiriram enorme importância e significado no serviço às populações dos concelhos, em termos democráticos, enquanto promotores do diálogo e da cidadania, da liberdade e da responsabilidade no campo da cultura, bem como na salvaguarda do património. Actualmente, é relevante defender uma maior distribuição de museus municipais pelo país e daí a necessidade de criá-los nos municípios que ainda os não tenham, desde que correctamente constituídos e em termos de sustentabilidade e capacidade de gestão.

A realidade actual dos museus municipais reflecte também a acção da RPM no sentido da sua qualificação, organização, enquadramento orgânico e regulamentação. Os museus passaram a dar primazia à sua função social e cultural, ao reconhecimento do património, incluindo o económico e industrial e à sua ligação com as comunidades. Os museus municipais são hoje instituições com maior autonomia técnica e financeira, estruturados de acordo com estratégias de construção identitária e de valorização do património.

Os museus tutelados pelas autarquias são instrumentos de defesa do património e de investigação da história local, que visam preservar a memória e a identidade do concelho e da comunidade humana onde se inserem e que possuem uma programação museológica integrada na cultural da autarquia, em virtude do seu próprio programa de actividades e de serviço público.

Capítulo 2. Museus Municipais - Estudo de Casos

O Trabalho de Projecto incide sobre o estudo de cinco museus, dando-se corpo à necessidade de conhecer um pouco do que de melhor há no campo da museologia municipal portuguesa. O nosso estudo incidiu sobre os seguintes museus: Museu do Papel Terras de Santa Maria (MPTSM), Museu Marítimo de Ílhavo (MMI), Museu Municipal de Santarém (MMS), Museu Municipal de Portimão (MMP) e o Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS).

Considerou-se que o conhecimento destes cinco museus, tidos como de referência no panorama da museologia portuguesa, seria de particular importância para traçar o projecto de um eventual Museu Municipal para Figueiró dos Vinhos (MMFV) e os aspectos correlacionados com a produção intelectual do *Plano Estratégico, Programa e Projectos Museológicos*.

A investigação feita sobre estes cinco museus procurou patentear os aspectos essenciais de realidade museológica, seja ela de natureza nacional, regional e municipal, a saber: vocação e missão, identidade e memória, instalação e arquitectura de museus, estrutura funcional, colecções, funções e serviços museológicos e os respectivos instrumentos de planeamento e de programação. Estes aspectos foram considerados como critérios para a análise das suas semelhanças e diferenças.

A realização dos estudos de caso teve como objectivos ganhar a percepção dos melhores exemplos da realidade museológica municipal e das boas práticas aí executadas, bem como construir um modelo aplicável a Figueiró dos Vinhos.

O aprofundar do conhecimento sobre estes museus, referidos detalhadamente em seguida, baseou-se em visitas orientadas, entrevistas com funcionários e pessoal dirigente e investigação da documentação, da bibliografia e das fontes a eles respeitantes.

Os cinco museus foram estudados de forma comparativa, independentemente da análise de cada um deles, de modo a obter as analogias e as diferenças entre si. Para além da comparação entre os museus, procurei reflectir sobre o modelo que poderia servir como base para o projecto a desenvolver em Figueiró dos Vinhos. A estrutura deste modelo terá em conta os pontos comuns e as diferenças entre os vários museus.

2.1. Museu do Papel Terras de Santa Maria



Ilustração 1 - Fotografia do MPTSM³³

O MPTSM foi inaugurado a 26 de Outubro de 2001, tendo sido integrado na Rede Portuguesa de Museus (RPM) em 2002. É propriedade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF), estando organicamente integrado na Divisão de Acção Cultural e Turismo da autarquia. Assume-se³⁴ como museu industrial, com aspectos de actividade em demonstração, como produção manual de papel no “Antigo Engenho da Lourença” e com um espaço industrial onde se mostra o processo de fabrico em contínuo na “Casa da Máquina” (MPTSM, 2011) É um museu ímpar no plano da museologia industrial portuguesa, sendo o primeiro a ser construído em Portugal inteiramente dedicado à história do papel. A sua excelência foi atestada, antes de mais, pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), que lhe atribuiu o prémio de Melhor Museu Português em 2011. O Museu está localizado na Rua de Rio Maior, 338, 4535-301, Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, Portugal³⁵. O MPTSM está integrado na Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira (RMMSMF), juntamente com o Museu Municipal Convento dos Lóios e o Museu de Santa Maria de Lamas.

³³Ver: http://www.rotadoperegrino.com/wp-content/uploads/Museu-do-Papel-Sta-Maria-da-Feira_Fachada.jpg (consultado em Abril de 2013)

³⁴ Ver sítio em linha do MPTSM <http://www.museudopapel.org/> (consultado em Dezembro de 2012).

³⁵Contactos: telefone 351 22 744 29 47, fax 351 227 459 932, email: geral@museudopapel.org e sítio em linha: www.museudopapel.org .

O espaço está aberto ao público de Terça a Sexta-feira das 09h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00 e de Sábado a Domingo das 14h30 às 17h00. Todas as visitas ao MPTSM são guiadas, o que as torna mais agradáveis e, principalmente, pedagógicas, como tive oportunidade de comprovar pessoalmente. As visitas guiadas estão disponíveis de Terça a Sexta, às 10h00, às 11h00, às 15h00 e às 16h00 e de Sábado a Domingo, às 15h00 e às 16h00. O MPTSM encontra-se encerrado à Segunda-feira, nos feriados, na Terça-feira de Carnaval, no Domingo de Páscoa e nos dias 24, 26 e 31 de Dezembro.

A CMSMF reconheceu a importância histórica e cultural da indústria do papel e avançou para um projecto de musealização que a levou a adquirir (SANTOS, 2003), durante os anos noventa, três unidades papleiras localizadas na freguesia de Paços de Brandão: a Fábrica do Engenho Novo, fundada em 1795 e destruída em 1958, a Fábrica de Custódio Pais, fundada em 1822 e a Fábrica dos Azevedos, fundada em 1825, as duas últimas estiveram activas até aos anos oitenta do século passado.

Após a aquisição, os dois últimos imóveis foram sujeitos a um processo de recuperação e de reconversão para a função museológica, também a partir de 1992, tendo sido efectuadas intervenções na cobertura dos edifícios. O processo de musealização foi antecedido de trabalhos de campo, de inventariação das fábricas existentes no concelho e de investigação sobre a história da indústria papleira e dos edifícios, que passaram a ser propriedade municipal.

Em Outubro de 1998, teve lugar o início do projecto de musealização da Fábrica de Custódio Pais, para que pudesse constituir-se como o núcleo principal do MPTSM e albergar o espólio industrial aí existente. A Fábrica dos Azevedos, por seu lado, passou a dispor de estruturas museológicas de apoio. A respectiva musealização consistiu na recuperação de artefactos, da maquinaria e na definição de um programa museológico com vista a adaptar os espaços fabris à nova função cultural, mantendo as suas características originais. Foi também planificada a exposição permanente e a temática do museu que incide sobre a história do papel, nos seus múltiplos aspectos.

O MPTSM integra também a Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira (RMMSMF), onde constam o Museu Convento dos Lóios e o Museu Santa Maria de Lamas e já recebeu, desde 2001, mais de cem mil visitantes.

O MPTSM procura alargar o espectro de acção ao território nacional e não apenas à região onde se insere, enriquecendo o seu acervo com aquisições e doações de Fábricas de Papel de todo o país, de que se destaca a região de Tomar.

A actividade do MPTSM está também patente na participação em eventos culturais, como a “Viagem Medieval em Terras de Santa Maria” e o “Moinho de Papel Terras de Santa Maria” e na realização de colóquios e jornadas de que são exemplo o colóquio “Iconografia do livro impresso”, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em 10 de Maio de 2011 e as “IX Jornadas do ICOM: Museus e Memórias”, que tiveram lugar no Museu das Comunicações, em Lisboa, a 28 de Março de 2011.

O circuito da água entre o açude, as levadas, a roda hidráulica que mantém o moinho das galgas em movimento, a pila holandesa e a roda do tanque do maxão permite ao visitante verificar as várias etapas do fabrico do papel. Este é aliás um dos grandes factores diferenciadores deste museu.

No plano do estudo das colecções, o MPTSM desenvolve actualmente três projectos, a saber: “Projecto Conhecer o Papel”, “Projecto de Investigação Marcas de Água” e “Memórias do Papel na Primeira Pessoa”.

A Loja do MPTSM comercializa uma linha de produtos artesanais criados pelo museu em papel reciclado, de que são exemplo as peças intituladas “Ramo Pequeno”, “Solitário”, “Solitário Grande”, “Caneta Flor e Rolinho de Papel”, “Blocos” e “Flores”.

Identidade e Memória

O MPTSM tem por missão preservar e divulgar as memórias da história do papel em Portugal, fomentar o conhecimento do património e dos valores históricos, culturais, sociais e económicos da indústria papelreira em todo o país, e em particular, durante os três séculos da sua existência no concelho de Santa Maria da Feira, desde a fundação da Real Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, em 1708, pelo genovês José Maria Ottone (MPTSM, 2011).

Definiu-se como vocação do museu a conservação e recuperação do património industrial relacionado com as memórias da indústria papelreira da região, o desenvolvimento de uma política cultural de acordo com as expectativas da comunidade que serve e apoia a salvaguarda, o estudo, a investigação e a divulgação do património industrial papelreiro, no plano local, regional e nacional.

Faz parte dos seus objectivos preservar e conservar os dois edifícios que constituem o museu, proceder ao estudo da documentação, à conservação, à inventariação e à divulgação das colecções que compõem o seu acervo, o enriquecimento do património mediante a incorporação de arquivos familiares e empresariais e de peças que se revelem importantes para a história e a arqueologia industrial do papel, conforme o estabelecido na sua *Política de Incorporações*, bem como promover a investigação sobre a história do papel em Portugal através do Centro de Documentação e da Biblioteca especializada em história e no fabrico do papel e das marcas de água. Pretende ainda editar trabalhos de investigação sobre a mesma temática e sobre o quotidiano do papel, celebrar protocolos e parcerias com museus, associações papeleras, instituições de solidariedade social nacionais e internacionais, promover as boas práticas museológicas, conceber espaços e projectos educativos que permitam diversificar os públicos, nomeadamente aqueles com necessidades especiais e incentivar iniciativas culturais e científicas em Santa Maria da Feira e na sua região.

Estrutura Funcional e Arquitectónica

O espaço do museu está estruturado na Antiga Fábrica dos Azevedos, na Fábrica de Papel de Custódio Pais, envolvendo um arranjo paisagístico exterior. O Museu como um todo está organizado em quatro pisos, -1, 0, 1 e 2. O piso -1 e 1 estão localizados na Antiga Fábrica dos Azevedos. O Piso 0 estende-se pela Antiga Fábrica dos Azevedos, pela Fábrica de Papel de Custódio Pais e pelo espaço exterior e o piso 2 está localizado apenas na Fábrica de Papel de Custódio Pais³⁶.

Passamos a descrever o espaço arquitectónico por piso e por edifício:

No piso -1 encontramos a oficina de produção manual de papel e o espaço multiusos da zona da pedreira. No piso 0 situa-se a entrada da antiga Fábrica dos Azevedos, a área de acolhimento e recepção, com correspondência com o arranjo paisagístico exterior, a Casa do Cilindro e o sistema de transmissões de refinação da pasta de papel, o primitivo Engenho da Lourença, onde se processava a produção manual de papel e a Casa das Galgas, onde é feita a escolha e a trituração do papel velho. Tem-se acesso, pelo lado exterior, à roda hidráulica de modo a poder observar-se o seu accionamento e produção de força motriz e à roda do maxão, onde é efectuada a bombagem da pasta de papel, aspectos essenciais à compreensão da Casa da Máquina,

³⁶ Ver visita virtual do MPTSM em <http://www.museudopapel.org/>, consultado em Dezembro de 2012.

onde se processa a produção industrial de papel. No Piso 1 estão localizadas a Sala Polivalente, os Serviços Educativos e os Espaços Multiusos. No piso 2, a área de produção dos cartuchos de embalagem, ou seja a sacaria, a Casa do Lixador, local onde se fazia a escolha e se embalava o papel e a Casa do Espande, onde se secava o papel.

No edifício da Fábrica de Papel de Custódio Pais podemos encontrar, portanto, a exposição permanente, organizada nos seguintes núcleos: “Engenho da Lourença”, “Casa da Máquina”, “Casa do Espande” e “Casa do Lixador”. No segundo edifício, encontramos a recepção, as áreas de apoio ao visitante, a loja, as oficinas pedagógicas, o Auditório e o Centro Documental.

No caso do edifício da Fábrica dos Azevedos, o espaço fabril reconstituiu-se, atendendo ao edifício de planta rectangular, construído em três pisos com as suas respectivas funcionalidades industriais. No primeiro piso, ao nível do rio, tinha lugar a parte húmida da formação da folha, primeiro de forma manual e posteriormente, no século XX, de forma mecânica. No segundo piso, ficava a recepção e a escolha das matérias-primas, os acabamentos, a embalagem e a saída do papel e no terceiro piso, processava-se a secagem do papel. Ora a recuperação do edifício implicou a manutenção desta estrutura. São disto exemplo a manutenção das persianas em madeira do último piso (Casa do Espande) e da fachada exterior oitocentista.

Existe ainda a zona envolvente do museu, nomeadamente o percurso pedonal entre os dois edifícios, onde se encontra a ruína da “Fábrica de Baixo”, fundada por Azevedo Aguiar Brandão na década de sessenta do século XIX e destruída por uma tromba de água em 1954. É um espaço muito agradável, com tratamento paisagístico, localizado à beira rio, onde se desenrolam actividades educativas e eventos culturais.

O MPTSM dispõe de uma equipa multidisciplinar que garante as boas práticas museológicas e museográficas e privilegia a formação interna nos campos da museologia, do turismo industrial e da produção manual de papel.

Colecções

Existem a colecção de “Arqueologia Industrial do Papel” dividida, segundo as categorias, “Equipamentos e Utensílios” e Espólio Documental” e a colecção exposta nos edifícios referidos, para além dos próprios edifícios, que são exemplares da arquitectura industrial do fabrico do papel nos séculos XVIII, XIX e XX.

A categoria “Equipamentos e Utensílios” é constituída por peças de produção manual de papel, o moinho das galgas, para trituração do papel, a mesa de corte do papel húmido e a prensa, objectos provenientes de várias fábricas de papel de Santa Maria da Feira, de Tomar, de Viseu e do Porto, incorporados através de doações de antigos papelheiros, técnicos e industriais do papel.

A categoria “Espólio Documental” é composta por manuscritos e papéis de qualidades diferentes com marcas de água dos séculos XVIII, XIX e XX, dos quais destacamos a marca de água de papel almaço de 2º qualidade da Real Fábrica da Lapa, na Feira, a marca de água de papel almaço da Fábrica de Papel de Porto de Cavaleiros, em Tomar e um documento manuscrito de Lourença Pinto, fundadora do engenho em 1822, fontes importantes para o estudo da história do papel em Portugal.

As colecções, o Centro Documental e a Biblioteca temática, com livros e documentação sobre a história do papel, são geridas pelo Serviço de Gestão de Colecções, cuja acção prima pela salvaguarda, conservação, inventariação e estudo do espólio.

Instrumentos de Planeamento e Programação

O MPTSM tem como instrumentos de planeamento e programação o *Regulamento Interno*, as *Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva*, o *Regulamento da Política de Incorporações*, o *Programa Museológico*, os *Procedimentos de Inventariação*, as *Normas de Segurança e o Plano de Actividades*.

Funções museológicas e serviços

O MPTSM tem uma exposição permanente com dois espaços museográficos: o primeiro incide sobre a produção proto-industrial e o segundo sobre a produção industrial do papel. No âmbito da produção proto-industrial a exposição mostra ao visitante a produção de papel folha a folha, característica do “Engenho da Lourença”, unidade que laborou entre 1822 e 1916 e que ilustra a manufactura oitocentista do papel, através de equipamentos de madeira e onde o visitante poderá observar *in loco* uma das técnicas do museu de fabricar papel de algodão ou de linho, folha a folha (não a partir da fibra dos trapos como era antigamente).

O Serviço de Gestão de Colecções é responsável pelas colecções, pela *Política de Incorporações*, pelos *Procedimentos de Inventariação*, pelas *Normas e*

Procedimentos de Conservação Preventiva, pelas intervenções de conservação e restauro e pelo Centro Documental.

A incorporação de novas peças museológicas tem em conta a missão e os objectivos definidos no programa museológico e o facto de estarmos perante um museu de tipologia industrial. Os objectos museológicos são incorporados por doação, aquisição, empréstimo e permuta.

A aquisição de peças exige, por parte do MPTSM, um processo prévio de peritagem, a confirmação da autenticidade e a elaboração de um relatório técnico. Salientamos que já foram adquiridas pelo museu a Fábrica de Papel de Custódio Pais, a Fábrica de Papel dos Azevedos, a Casa do Engenho Novo e o espólio da Fábrica de Papel de Porto de Cavaleiros, em Tomar.

Todas as peças incorporadas no museu são identificadas, individualizadas, documentadas e inventariadas de acordo com os pressupostos dos procedimentos internos dos museus, das *Normas de Inventário* do IMC e da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, por intermédio da acção do Serviço de Gestão de Colecções do MPTSM. O inventário museológico, incluindo a atribuição do número e da ficha respectiva, foi adequado à instituição enquanto museu ligado à disciplina de arqueologia industrial, e é informatizado numa base de dados *InartePlus* enriquecida com vídeos, fotografias e bibliografia.

O MPTSM possui um conjunto de normas e procedimentos de conservação preventiva que aplica nas intervenções de conservação, de restauro e de preservação dos bens culturais integrantes das suas colecções.

Estas intervenções consistem na manutenção e na limpeza regular das peças e implicam a protecção face à acção de agentes químicos, físicos e biológicos, a monitorização das condições ambientais e a correcta manipulação e armazenamento dos bens culturais, atendendo ao prolongamento do seu tempo de vida.

A sua aplicação consiste em inspecções rotineiras ao acervo e ao edifício, na identificação e prevenção dos factores de degradação, como a luz, a humidade, a temperatura, a poluição, as pragas e agentes humanos; na implementação de planos de manutenção, de emergência e de segurança; na monitorização das condições ambientais e de conservação, o que implica a colaboração de todos os funcionários do MPTSM.

Os Serviços Educativos têm por objectivos a divulgação da história do papel em Portugal, a valorização do património material e imaterial desta indústria, o desenvolvimento cognitivo das crianças e a valorização do “saber fazer”, dos valores da reciclagem, da biodiversidade e da conservação da floresta.

Dinamizam a relação entre o MPTSM e suas respectivas colecções com públicos de diferentes grupos etários. Promovem exposições, oficinas, visitas escolares, visitas de grupo, actividades pedagógicas e formativas no sentido de valorizar o património industrial papelero e o desenvolvimento cultural dos visitantes e os valores da reciclagem.

No plano da investigação destacamos a obra *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)*, da autoria da ex-directora científica do MPTSM, Maria José Ferreira dos Santos, editado em Santa Maria da Feira, em 1997 e o documentário “*Uma vida a Reciclar Papel*”, dirigido por Erick Parijs e fotografia de Frederico Martins (2000), na Fábrica de Papel dos Irmãos Terra, situado na freguesia de Souto, no concelho de Santa Maria da Feira. Foram registados testemunhos orais dos fabricantes, proprietários e operários da fábrica e também a estrutura arquitectónica, o armazém, as máquinas de preparação das pastas, o fabrico, a secagem, o enfardamento e a expedição do papel para o mercado. O documentário constitui um registo relevante para a arqueologia industrial do papel e para a preservação das memórias da indústria papelera.

Aspectos Complementares

O MPTSM já incorporou peças por via de empréstimo/depósito, nomeadamente o Espólio Documental da Família Azevedo Brandão, cedido por Maria Manuela Azevedo Brandão Paiva e a colecção de aerogramas militares e não militares de Marcelo Marques. Esta forma de incorporação implica a redacção de um contrato escrito, onde constem as condições e a duração do depósito e também a convicção, por parte do MPTSM, de que o objecto é relevante para o cumprimento da missão e dos objectivos do museu, para o estudo e para a investigação da história do papel e das marcas de água em Portugal e para a sua exposição ao público.

Tabela 1 - Estudo de Caso - Museu do Papel Terras de Santa Maria

Identidade e Memória	A memória da história do papel em Portugal e o património industrial relacionado com a indústria papelreira.
Missão	Preservar e divulgar as memórias da história do papel em Portugal.
Vocação	Conservar e recuperar o património industrial relacionado com as memórias da indústria papelreira.
Objectivos	Preservar os edifícios que constituem o museu e as colecções que compõem o seu acervo, enriquecer o património, investigar e editar trabalhos sobre a história do papel em Portugal, , promover protocolos e parcerias, conceber espaços e projectos educativos que permitam diversificar os públicos
Contentores museológico	Antiga Fábrica de Papel de Custódio Pais e antiga Fábrica de Papel dos Azevedos.
Colecções	Arqueologia industrial do papel
Tipo de Exposições	Permanente e Temporária.
Dias de abertura ao público	Todos os dias excepto à segunda-feira.
Instrumentos de Planeamento e Programação	<i>Regulamento Interno,</i> <i>Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva,</i> <i>Política de Incorporações,</i> <i>Programa Museológico,</i> <i>Procedimentos de Inventariação,</i> <i>Normas de Segurança e Plano de Actividades.</i>
Estrutura Funcional	Possui uma equipa multidisciplinar integrada na Divisão de Acção Cultural e Turismo da CMSMF
Direcção	Sim
Funcionários e Colaboradores	N.D.
Funções Museológicas	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associações de Amigos	Não têm.

2.2. Museu Marítimo de Ílhavo



Ilustração 2 - Fotografia do MMI³⁷

O MMI está localizado na Av.^a Dr. Rocha Madahil, junto à EN 109, na freguesia de S. Salvador, em Ílhavo. É bastante fácil aceder ao museu através das EN 109, 107 e 335 e da A25 e A17 entre a Figueira da Foz e Leiria.

O MMI funciona de Terça a Domingo, encerrando a 1 de Janeiro, na Sexta-Feira Santa, no Domingo de Páscoa, a 1 de Maio, a 1 de Novembro e no Dia 25 de Dezembro. De Setembro a Junho está aberto de Terça a Sexta-Feira das 9h30 às 18h00 e aos Sábados e Domingos das 14h30 às 18h00. De Julho a Agosto o MMI encontra-se aberto entre Terça e Sexta-Feira das 10h00 às 19h00 e aos Sábados e Domingos das 14h30 às 19h00³⁸.

O MMI está integrado na Divisão de Cultura, Turismo e Juventude da Câmara Municipal de Ílhavo e está organizado em sete serviços: a Direcção, o Serviço de Investigação, o Serviço de Conservação, o Serviço de Inventário, o Serviço Educativo, o Serviço Administrativo e o Serviço de Vigilância e Guardaria cujo pessoal se distribui pelo MMI e pelo pólo museológico Navio-Museu Santo André (NMSA), empregando dezoito funcionários, desde o director, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

³⁷ Ver sítio em linha do MMI: <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/pages/3> (consultado em Março de 2013)

³⁸ O MMI está disponível através de telefone 234 329 990, fax 234 321 797 e endereço electrónico: museuilhavo@cm-ilhavo.pt

O MMI é um museu relativamente antigo, tendo sido inaugurado em 1937, algo particularmente relevante uma vez que a sua existência atravessa vários períodos da museologia portuguesa desde o Estado Novo.

A programação do MMI está imbuída de uma temática marítima, tem por objectivos a renovação do seu projecto cultural, a captação de novos públicos, a divulgação dos novos equipamentos, nomeadamente o Aquário e o Centro de Investigação e Empreendedorismo, a consolidação do MMI na realidade museológica municipal do país e celebrar o septuagésimo quinto aniversário do museu. A programação do museu foi planificada tendo em conta cada área de intervenção. O museu promove também a publicação de catálogos das suas colecções e das exposições permanentes e temporárias que realiza, de roteiros, de cartazes e de postais que estão disponíveis na loja do museu.

Identidade e Memória

A identidade e memória do MMI é o património marítimo e social da região aveirense. O MMI tem por missão valorizar os bens culturais que constituem o seu acervo, promover a incorporação de novas peças e a sua investigação, exposição e divulgação com objectivos científicos, educativos e lúdicos, fomentar a preservação do património material e imaterial marítimo, nomeadamente a ligação dos naturais de Ílhavo à Ria de Aveiro e ao mar, devendo também democratizar a cultura e colaborar no desenvolvimento local de forma sustentada.

Originalmente procurou responder a uma vocação etnográfica e regional, mas depois fixou como identidade do museu a especificidade da cultura dos ílhavos, o mar, a pesca de bacalhau na Terra Nova e na Gronelândia e as fainas agromarítimas da Ria de Aveiro. Esta passou a ser a sua vocação, por excelência.

O MMI desenvolve as suas actividades de forma a cumprir objectivos de natureza social, cultural e educativa.

No âmbito dos objectivos sociais, o MMI desenvolve parcerias com outras instituições públicas e privadas de actividade museológica, a participação da sociedade civil na valorização do património material e imaterial e programas museológicos que valorizem o património enquanto recurso cultural.

Os objectivos culturais são: o inventário, o estudo, a classificação, a informatização e a recuperação do património marítimo, a gestão do pólo museológico Navio-Museu Santo André (NMSA), a conservação e restauro dos bens culturais das colecções do museu e a organização de exposições temporárias e permanentes.

No plano dos objectivos educativos, o MMI pretende desenvolver o estudo técnico e científico dos bens culturais que compõem as suas colecções e a divulgação dessas colecções através de projectos educativos.

Estrutura Funcional e Arquitectónica

O actual edifício do MMI é resultado de um projecto de ampliação e remodelação da autoria do gabinete de arquitectura ARX Portugal, dos irmãos Nuno e José Mateus³⁹. O edifício anterior tinha sido construído nos anos setenta e oitenta.

O novo edifício permitiu a criação de novos espaços, como a sala da Ria, a sala das exposições temporárias, o corpo administrativo, a biblioteca, o arquivo, o auditório e a cafetaria.

O espaço actual está dividido em três níveis:

O nível -1 alberga a área de quarentena e de apoio científico, que será o suporte do aquário científico, a área das reservas destinada ao armazenamento, à manutenção e à investigação e a área técnica de gestão das instalações e dos equipamentos mecânicos.

O visitante acede ao edifício do MMI através do nível 0. Aí encontram-se o átrio, a recepção, a sala polivalente onde se desenrolam conferências, *workshops* e exposições temporárias, para além da sala do aquário.

Chegando ao nível 1, o visitante poderá atravessar uma ponte construída sobre o tanque, que lhe proporciona uma perspectiva aérea do mesmo e acede depois a uma sala cuja temática incide sobre a biogeografia do bacalhau.

Recentemente foi inaugurada uma nova ampliação do MMI, também da autoria da ARX Portugal, passando a dispôr de um Aquário de Bacalhaus e de novos espaços para as reservas integrados no centro de investigação CIEMar-Ílhavo.

³⁹ O projecto data de Outubro de 2001 e foi premiado com o prémio AICA/MC 2002 da Associação Internacional dos Críticos de Arte do Ministério da Cultura. O gabinete ARX Portugal Arquitectos, responsável pelo projecto está sediado no Largo de Santos, 4 – 1º, 1200-808, Lisboa, Portugal e disponível no sítio em linha <http://www.arx.pt/> (consultado em Janeiro de 2013) e através dos n.ºs de tel: 213 918 110 e 213 918 119.

O MMI gere ainda o Navio Santo André e o seu património integrado (NMSA), embarcação que se encontra ancorada no Canal de Mira da Ria de Aveiro, junto ao Jardim Oudinot, na Gafanha da Nazaré, próximo do Terminal Norte do Porto de Aveiro. É um arrastão clássico que evoca a pesca do bacalhau com técnicas de captura por redes de arrasto. Constitui o seu único núcleo museológico.

Colecções

O MMI possui várias colecções de grande interesse cultural relacionadas com a “Faina Maior e Pesca do Bacalhau”, a “Etnografia das Fainas Agromarítimas da Ria de Aveiro”, os “Instrumentos Náuticos e de Apoio à Navegação”, os “Modelos e Miniaturas de Embarcações”, para além de colecções de pintura, gravura, desenho, escultura, cerâmica, mobiliário, têxteis, vestuário, acessórios, artesanato, história natural, arqueologia subaquática, numismática, medalhística e filatelia.

A colecção sobre a "Faina Maior e a Pesca do Bacalhau" é composta por: um iate bacalhoeiro, objectos utilizados na pesca à linha como a zagaia, a nepa, a linha de trol, o corno, o búzio, embarcações como os dóris e as baleeiras, moldes e ferramentas da construção naval, instrumentos de navegação antiga como bússolas, sextantes, oitantes e aparelhos azimutais e instrumentos de navegação moderna como sondas, radares, inclinómetros, axiómetros de giro piloto, anemómetros e radio-goniómetros.

A colecção de "Etnografia das Fainas Agromarítimas da Ria de Aveiro" está enriquecida com embarcações em tamanho real típicas da Ria, como o Moliceiro, o Mercantel, a Bateira Erveira de Canelas, a Bateira Caçadeira de Pesca, a Bateira Patacha, a Bateira Chinha, a Bateira Matola e a Embarcação de Recreio “Vouga”.

A colecção de Pintura possui óleos e aguarelas do século XX de autores como Júlio Pomar, Fausto Gomes, Sousa Lopes, Cândido Teles, João Carlos Celestino Gomes, Eduardo Malta, Alberto Souza, D. Carlos de Bragança, Palmiro Peixe e António Victorino que abordam a Ria de Aveiro e as fainas agromarítimas. Os materiais utilizados são sobretudo a madeira, a tela, o platex, o pano-cru, as tintas e a aguarela.

A colecção de Desenho tem trabalhos de João Carlos Celestino Gomes e de Arthur Guimarães com temáticas relacionadas com a Ria de Aveiro, como os projectos de decoração mural e dos expositores do Museu de Ílhavo, inaugurado em 1937. Os materiais utilizados são o papel, o lápis, a tinta-da-china e a aguarela.

A colecção de Cerâmica é composta por novecentas peças de porcelana da Fábrica Vista Alegre de que podemos destacar um conjunto de paliteiros, uma chávena em pó-de-pedra policromada dos finais do século XIX de desenho alemão, exemplares de Faiança dos séculos XIX e XX, trabalhos da Fábrica do Rato e das Caldas da Rainha, sendo os materiais utilizados sobretudo a cerâmica vitrificada e pintada a frio.

A colecção de Gravuras possui gravuras e negativos em xilogravura e zincogravura de João Carlos Celestino Gomes salientando-se as reproduções de trajes do século XVIII e XIX.

A colecção de Escultura dispõe de trabalhos de Sousa Caldas, Henrique Nogueira, Américo Gomes, Leopoldo de Almeida, Cândido Teles e João Carlos Celestino Gomes, em gesso, calcário, platine, marfim, madeira e bronze destacando-se o conjunto “Navegadores Portugueses” produzido para a Fábrica da Vista Alegre e peças de Arte Sacra.

A colecção de Mobiliário apresenta trabalhos de João Carlos Celestino Gomes, nomeadamente baixos-relevos sobre as populações da Ria e os Moliceiros, bem como o mobiliário de quarto e da sala do artista, sobretudo em materiais como a madeira e ligas metálicas revestidas a verniz e tinta.

A colecção de Ourivesaria consiste em peças em prata portuguesa, das quais se destaca uma naveta em prata do século XVIII.

Destacam-se também outras colecções como a de Vidro, de que salientamos a produção inicial da Fábrica da Vista Alegre do século XIX; de Filatelia do século XX; de Medalhas e Condecorações de homens do mar, sobretudo em bronze; de Moedas em bronze; de Fotografia; de Têxteis, nomeadamente a roupa utilizada por pescadores; as bandeiras das ordens profissionais ligadas ao mar e do Batalhão da Vista Alegre em lã, algodão, couro, madeira, verga e penas. Ainda de referir as Maquetas de embarcações, as Alfaias, o Artesanato, as Artes da Pesca, os Acessórios das embarcações e do navio, como cestos, vassouras, sinos em madeira, ferro, vidro e latão. A conhecer também, os Instrumentos de Navegação e de Mastreação, de Construção Naval, e objectos relacionados com a História Natural, como peixes e aves embalsamadas da laguna da Ria de Aveiro, ossadas, algas. No campo da Arqueologia Náutica, refiram-se as ânforas em cerâmica.

Em síntese, o acervo do MMI é constituído por 22 935 peças, entre as quais se contam 160 pinturas, 100 desenhos, 100 gravuras, 600 cerâmicas, 50 esculturas, 4 peças de mobiliário, 5 de ourivesaria, 300 de vidro, 54 de filatelia, 15 de medalhística, 25 de numismática, 200 fotografias, 700 têxteis, 90 maquetas, 16 embarcações, 70 alfaia agrícolas, 40 peças de artesanato, 4 000 peças relacionadas com as artes da pesca, 200 acessórios de navio, 500 instrumentos de apoio à navegação, 200 peças de construção naval, 15 000 de História Natural e 6 de Arqueologia.

Instrumentos de Planeamento e Programação

O MMI tem por instrumentos de planeamento e programação o *Regulamento*, o *Plano de Gestão de Colecções*, o *Plano de Conservação Preventiva*, o *Plano de Actividades Anual*, a *Política de Incorporações* e o *Regulamento de Segurança*.

Funções museológicas e serviços

O enriquecimento do acervo e das colecções do MMI, através da incorporação de novas peças, impõe que se reconheça a relevância das mesmas para a história e para a memória do município e da região aveirense e suas tradições de trabalho, obedecendo a vários critérios como seja a sua importância científica, artística e cultural. Pode verificar-se a possibilidade de serem colmatadas falhas nas actuais colecções, atendendo às necessidades de investigação, compreensão, ensino e divulgação das colecções do museu e do património marítimo e fluvial. As novas peças são documentadas e sujeitas às intervenções de conservação do próprio museu. A incorporação faz-se através de oferta ou doação, legado e aquisição, e é um dos instrumentos do MMI para levar a cabo a promoção da sua missão e a sua programação.

O MMI tem quatro exposições permanentes de temática marítima: a “Sala da Faina/Capitão Francisco Marques”, a “Sala da Ria”, a “Sala dos Mares” e a “Sala das Conchas”.

A primeira exposição permanente evoca e homenageia a “Faina Maior” e os navios da pesca do bacalhau à linha com dóris. Foi rebaptizada em 2002 com o nome do Capitão Francisco Marques, director do MMI entre Outubro de 1999 e Junho de 2001. A “Sala da Ria” testemunha a memória das fainas agromarítimas da Ria de Aveiro, envolvendo as embarcações típicas em tamanho real referidas anteriormente e duas embarcações de Recreio, a Bateira “Namy” e o barco à vela tipo Vouga, denominado

“Ventura”. A terceira exposição permanente, intitulada “Sala dos Mares”, em remodelação em 2012, exhibe miniaturas de embarcações como veleiros, arrastões e lugres - doados pelos Estaleiros do Mestre Manuel Maria Mónica - instrumentos náuticos como bússolas, cronómetros, bitáculas, um relógio de sol e aparelhos de pesca.

A “Sala das Conchas” expõe a colecção de malacologia do MMI, da qual constam dez mil exemplares de conchas e búzios.

O Centro Documental sobre a Pesca do Bacalhau (CDPB) é um depositário das doações de particulares, de associações e de empresas locais e regionais e disponibiliza aos investigadores um acervo constituído pelas colecções completas de diversos periódicos⁴⁰, por colecções de diários de bordo, de máquinas e de quartos de embarcações bacalhoeiras, por colecções de planos de navios, de material cartográfico, de passaportes de navios e de diplomas marítimos que ilustram uma grande parte da história e da cultura de Ílhavo. O CDPB possui no seu acervo documental o Arquivo Histórico da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB) e os Fundos Documentais da Parceria Geral de Pescarias, dos Estaleiros Manuel Maria Bolais Mónica, da Empresa de Pesca de Aveiro (EPA), da Indústria Aveirense de Pesca (IAP), da Associação dos Armadores da Pesca Longínqua (ADAPLA) e da Empresa de Pesca Brites e Vaz, Lda.

O Serviço Educativo disponibiliza uma oferta bastante vasta que abrange todos os níveis escolares e o público sénior. As actividades proporcionadas tanto aos mais velhos como aos mais novos, conforme os objectivos museológicos traçados, promovem o património marítimo, a história local, as culturas marítimas, a pesca do bacalhau, as fainas agromarítimas, a preservação dos oceanos e a biodiversidade da ria utilizando, para isso, os recursos do MMI, ou seja, as colecções, as exposições permanentes e temporárias, os espaços exteriores do museu e o NMSA. Esta oferta educativa abrange ainda, as acções comemorativas do Dia dos Museus e do 75º aniversário do MMI que se celebrou em 2012.

O Centro de Investigação e Empreendedorismo (CIEMar) é uma unidade de investigação que versa a História, a Antropologia e a Geografia Marítimas. O DocMar, consiste num arquivo temático constituído pelos fundos documentais de Octávio Lixa

⁴⁰ O Ilhavense, Bora Te Beio, Terra dos Ílhavos, O Nauta, Diário de Aveiro e incompletas do Mar Alto, Commercius, Beira Mar, Timoneiro, O Brado.

Filgueiras e da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, acervos de empresas ligadas à pesca do bacalhau e o depósito do arquivo da Administração do Porto de Aveiro. O Mar Info/Incubadora de empresas de conteúdos em cultura do mar produz conteúdos culturais, científicos e educativos destinados, por exemplo, a museus. O ForMarÍlhavo é uma unidade de partilha de resultados da investigação do CIEMar com outras instituições.

A prossecução do *Plano de Conservação e Restauro* implica a formação em técnicas de conservação, de monitorização e de manutenção das colecções, o estabelecimento de estratégias preventivas de conservação com carácter anual, a adequação das condições de exibição à preservação dos bens museológicos e a documentação de todas as intervenções de conservação e restauro.

A elaboração do *Plano de Conservação e Restauro* implicou a caracterização das áreas envolventes do MMI e do NMSA, do clima, do território, da topografia, da geologia, da orografia, da hidrografia, dos riscos naturais, da malha urbana, dos acessos, das infraestruturas de risco, das infraestruturas de protecção civil, do perfil sócio-económico do concelho, dos espaços, das políticas e práticas de manutenção preventiva e correctiva, de segurança e emergência, do acervo, das colecções, dos mecanismos de inspecção, de manutenção e de protecção, do estado de conservação, dos fenómenos de alteração evidenciados pelos objectos, da área expositiva, da área de reservas, da circulação interna e externa dos bens culturais, dos recursos humanos e dos visitantes.

Cabe à direcção do MMI, por exemplo, assegurar o cumprimento das funções museológicas, coordenar a *programação museológica* e formular a *política de incorporações*, o *plano de conservação preventiva* e o *plano de segurança*.

São tarefas do Serviço de Investigação a divulgação do museu e das suas colecções e o estudo e a investigação dos bens culturais que compõem o seu acervo.

O Serviço de Conservação gere as intervenções de conservação e restauro com recursos técnicos adequados, elabora os respectivos relatórios técnicos e estabelece as condições de segurança, de conservação preventiva e de acondicionamento.

Aspectos Complementares

O MMI tem uma associação de amigos. As suas reuniões informais começaram logo em 1922. Foi formalmente constituída em 1941 por Américo Teles. Teve vários

presidentes entre a fundação e a actualidade. A partir de 1994 adopta a denominação Associação de Amigos do Museu de Ílhavo (AMI). Tem cerca de setecentos associados e colabora nas exposições, na edição de obras e no enriquecimento do acervo, de que são exemplo a Colecção de Pintura do artista João Carlos Celestino Gomes e o Acervo da Sala da Faina Maior/Capitão Francisco Marques.

Tabela 2 - Estudo de Caso - Museu Marítimo de Ílhavo

Identidade e Memória	A pesca do bacalhau na Terra Nova e na Gronelândia e a ligação dos naturais de Ílhavo à Ria de Aveiro e ao mar.
Missão	Preservar o património material e imaterial marítimo e a ligação dos naturais de Ílhavo à Ria de Aveiro e ao mar.
Vocação	Etnográfica e regional especializada na cultura marítima e social dos ílhavos, nomeadamente no que diz respeito à pesca de bacalhau na Terra Nova e na Gronelândia e às fainas agromarítimas da Ria de Aveiro.
Objectivos	Sociais: parcerias com outras instituições, participação da sociedade civil na valorização do património, valorização do património enquanto recurso cultural; Culturais: recuperação do património marítimo e gestão do pólo museológico Navio-Museu Santo André (NMSA); Educativos: divulgação das colecções através de projectos educativos.
Contentores museológicos	MMI e NMSA
Colecções	Faina Maior e pesca do bacalhau, etnografia das fainas agromarítimas da Ria de Aveiro, instrumentos náuticos e de apoio à navegação, modelos e miniaturas de embarcações, pintura, gravura, desenho, escultura, cerâmica, mobiliário, têxteis, vestuário, acessórios, artesanato, história natural, arqueologia subaquática, numismática, medalhística e filatelia
Tipo de exposições	Permanente e Temporária
Dias de abertura ao público	Todos os dias excepto à segunda feira (sempre) e domingo (de Outubro a Fevereiro)
Instrumentos de Planeamento e Programação	<i>Regulamento do Museu Marítimo;</i> <i>Plano de Gestão de Colecções;</i> <i>Plano de Conservação Preventiva;</i> <i>Plano de Actividades Anual;</i> <i>Política de Incorporações;</i> <i>Regulamento de Segurança.</i>
Estrutura Funcional	Integrado na Divisão de Cultura, Turismo e Juventude da Câmara Municipal de Ílhavo. Consta de sete serviços Direcção, Serviço de Investigação, Serviço de Conservação, Serviço de Inventário, Serviço Educativo, Serviço Administrativo e Serviço de Vigilância e Guardaria, distribuindo-se o pessoal pelo MMI e pelo NMSA.
Direcção	Sim
Funcionários e colaboradores	Dezoito funcionários (envolvendo director, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais).

Funções Museológicas	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associação de Amigos	Associação Amigos do Museu de Ílhavo

2.3. Museu Municipal de Santarém



Ilustração 3 - Fotografia do MMS⁴¹

O MMS e os seus Serviços Técnicos e Administrativos estão disponíveis de Segunda a Sexta-feira, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, no Edifício do Arquivo Distrital, junto ao Governo Civil, na Rua Passos Manuel, 2000-118 Santarém⁴².

O MMS esteve integrado na Divisão de Património, Arquivo e Bibliotecas da Câmara Municipal de Santarém, até ao início de 2013 e compreende cinco grandes vertentes de actividade: a Reserva Museológica Municipal, o Gabinete de Inventário dos Bens Culturais, a Oficina de Conservação e Restauro, o Gabinete de Arqueologia Urbana e o Serviço Educativo. Um dos objectivos passa por desenvolver projectos que promovam a participação da sociedade civil na valorização do património histórico e cultural.

“O Museu de Santarém foi fundado por alvará do Governo Civil do Distrito de Santarém de 16 de Fevereiro de 1876 e publicado no Boletim Oficial do Districto Administrativo de Santarém, 4.ºano, n.º 8, de 20 de Fevereiro de 1876. Possui

⁴¹ Ver sítio em linha do MMS <http://www.museu-santarem.org/pagina,1,17.aspx> (consultado em Abril de 2013)

⁴² Telefone 351 243 377 290 e através do endereço de email geral.museu@cm-santarem.pt. É possível marcar uma visita guiada ao MMS, sendo apenas necessário preencher o formulário disponível no sítio em linha do MMS: <http://www.museu-santarem.org>.

regulamento datado de 18 de Março do mesmo ano, publicado no Boletim Official do Districto Administrativo de Santarém, de 24 de Março de 1876”⁴³.

Neste mesmo alvará foi também nomeada a 1ª Comissão Administrativa para instalação do Museu Distrital de Santarém. A Comissão foi organizada para constituir um museu arqueológico, onde pudessem ser conservados objectos de valor artístico e de antiguidade e uma exposição permanente sobre a indústria agrícola, manufactureira e fabril do distrito⁴⁴.

O MMS, inaugurado em 1889 e constituído conforme os ideais de descentralização e de municipalismo de José Félix Henriques Nogueira, permitia valorizar e salvaguardar a Igreja de S. João do Alporão enquanto património arquitectónico, na linha do pensamento de Alexandre Herculano e de Joaquim Possidónio da Silva, presidente da Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (CUSTÓDIO, 1994).

O Museu Distrital de Santarém foi municipalizado em 24 de Dezembro de 1892 após a promulgação do Decreto nº 295 de 28 de Dezembro. Entre 1915 e 1936, Laurentino Veríssimo será o conservador. Após a sua morte, entre 1937 e 1965, a gestão é entregue ao Eng. Zeferino Sarmento. O Museu de S. João do Alporão é musealizado segundo uma nova perspectiva, influenciada pelo modelo do Museu Machado de Castro, em Coimbra, e pelas estruturas culturais do Estado Novo (CUSTÓDIO, 1994).

A partir da morte de Zeferino Sarmento inicia-se um longo período de decadência, motivado por razões administrativas, políticas e culturais, tornando-se um mero depósito de peças.

A Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém (AEDPHC) irá promover uma tentativa de reforma, inventariação deste espólio, levantamento fotográfico das colecções e orientação do museu para públicos diferentes.

⁴³ Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém, publicado em Diário da Republica (79 APÊNDICE N.º9 — II SÉRIE — N.º 20 — 27 de Janeiro de 2006)

⁴⁴ Faziam parte da comissão administrativa inicial os cidadãos nomeados, João Dally Alves de Sá, o Visconde de Atouguia, Francisco de Freitas e Macedo, João Duarte da Silva Caldas, Francisco José do Nascimento Menna, Isidoro Ferreira Pinto, José Peixoto da Silva, José Xavier da Silva, João Cezar Henriques, João Fagundo da Silva, Alexandre Marques Sampaio Junior, Silvério Alves da Cunha, António Lourenço da Silveira, Jacintho de Almeida Sousa Falcão e João Manuel de Carvalho

Em 25 de Maio de 1992, o “Museu dos Cacos” - como passou a ser conhecido -, após um longo período de estagnação, é encerrado por acção do executivo camarário.

Em 19 de Setembro de 1994, inaugura-se o MMS de acordo com o novo figurino, por decisão do executivo municipal, reestruturado de forma polinucleada, constituído pelo Núcleo Museológico de Arte de Arqueologia da Igreja de S. João do Alporão (NMAA), incluindo, posteriormente, o Núcleo Museológico do Tempo (NMT), na Torre das Cabaças e a Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire (Casa-Museu ABF).

Em 2001, o MMS é credenciado pelo Instituto Português de Museus (actual DGPC) e integrado na Rede Portuguesa de Museus (RPM).

Recentemente, em 2009, surge o Centro de Interpretação *Urbi Scallabis* (USCI).

Identidade e Memória

O MMS está vocacionado para a aquisição, investigação, conservação, divulgação e valorização dos testemunhos humanos, a memória e a identidade do concelho de Santarém e da região onde este se insere. O seu espólio tem âmbito municipal, temática arqueológica e histórica e é constituído pelos materiais recolhidos em escavações arqueológicas realizadas no concelho, pelas colecções de pintura, de documentos, de mobiliário e a biblioteca de Anselmo Braamcamp Freire reunidas na Casa-Museu ABF, pela colecção de transportes do antigo Museu dos Coches e pelas colecções de azulejaria, relojoaria, metrologia e heráldica, em muitos casos, adquiridas e incorporadas recentemente ou oriundas da CMS.

A programação do museu é definida por forma a cumprir determinados objectivos:

1.Plano social: projectos que assegurem a autenticidade material, estética, histórica e a identidade e memória colectivas, que promovam o desenvolvimento cultural do património, que estabeleçam parcerias e protocolos de cooperação com entidades públicas e privadas de finalidade museológica, que dinamizem a participação da sociedade civil na promoção do património de relevância histórica e cultural;

2.Plano cultural: o inventário, o estudo, a classificação, a informatização da informação, o apoio técnico e financeiro para a recuperação do património do concelho, a gestão dos núcleos museológicos municipais enquanto organismos autónomos, a

coordenação das intervenções de restauro e de inventariação efectuadas na Reserva Museológica e a organização de exposições temporárias e permanentes;

3.Plano educativo: o fomento da investigação técnica e científica, a divulgação das colecções de forma lúdica e a criação de um “Museu Vivo”.

Estrutura Funcional e Arquitectónica

Está organizado conforme uma estrutura orgânica composta pela Direcção e pelos serviços de Arqueologia, Museografia, Conservação e Restauro, Educativo, Inventário, Estudo e Investigação, Administrativo e Vigilância e Guardaria.

O MMS possui uma tipologia polinucleada, determinada por um plano museológico, e está estruturado em quatro núcleos, criados a partir de 1994⁴⁵.

Para além dos quatro núcleos museológicos que referimos anteriormente, o MMS possui também quatro extensões patentes em quatro locais do centro histórico da cidade que foram objecto de uma recuperação arquitectónica e exposição de estruturas e objectos exumados em escavações arqueológicas. O projecto intitulado “Fragmentos da Memória” mostra o resultado destas intervenções arqueológicas.

Colecções

O MMS dispõe de colecções⁴⁶ de Arqueologia, Armaria, Antropologia, Escultura, Etnografia, Etnologia, Geologia, Gravura e Desenho, Heráldica, Mobiliário, Medalhística, Numismática, Metrologia⁴⁷, Pintura⁴⁸, Relojoaria⁴⁹, Sigilografia, Transportes, Têxteis, Tumulária e Zoologia e Livros.⁵⁰

Instrumentos de Planeamento e Programação

O MMS tem por instrumentos de planeamento e programação o *Plano de Actividades do Museu Municipal de Santarém*, o *Plano Museológico de Santarém*

⁴⁵ Como referido acima os núcleos do MMS são: o NMAA, instalado na Igreja de S. João do Alporão, o NMT, instalado na Torre das Cabaças, a Casa-Museu ABF, localizada no mesmo edifício da Biblioteca Municipal e o Centro de Interpretação Urbi Scallabis (USCI).

⁴⁶ Ver sítio em linha do MMS: <http://www.museu-santarem.org/noticias,0,198.aspx> (consultado em Abril de 2013)

⁴⁷ A colecção de pesos e medidas integradas na Reserva Museológica Municipal (RMM).

⁴⁸ A pinacoteca da jornalista Manuela de Azevedo e as obras de pintores portugueses como Josefa de Óbidos, Tomás da Anunciação, Francisco Metrass, Miguel Angelo Lupi, José Malhoa e estrangeiros como Pieter Coeck Van Aelst, Quinchardte, Drogstroot e Dirk Stoop, em exposição na Casa-Museu ABF.

⁴⁹ As colecções de relógios de sol, de relógios mecânicos, de que destacamos o Relógio da Torre, da marca Morez du Jura, datado de 1876 e de relógios de bolso pertencentes ao acervo do NMT.

⁵⁰ A Livraria de Braancamp Freire e os acervos artísticos da Biblioteca Camões pertencentes ao acervo da Casa-Museu ABF.

(PMS), o *Regulamento Interno para o Museu Municipal de Santarém*, o *Regulamento de Segurança do Museu* e o *Plano de Conservação Preventiva*.

O PMS torna possível a prossecução da missão, da planificação e da gestão do MMS. Tem a sua origem no processo de encerramento e de reenquadramento do Museu de S. João de Alporão, ocorrido entre 1992 e 1994. Foi remetido, em síntese, ao ICOMOS e à Unesco a 4 de Março de 2000 e aprovado pela CMS em Outubro do mesmo ano.

Como objectivos refiram-se a integração dos quatro núcleos do MMS em projectos de desenvolvimento e de viabilização do património do concelho, a criação de uma rede local de museus que permita, entre outras iniciativas, a interacção técnica no âmbito do estudo, da inventariação, da classificação e do restauro de bens móveis, da articulação entre o museu e as escolas do concelho no sentido da programação e da realização de actividades pedagógicas e a dinamização do papel da sociedade civil na defesa material, estética e histórica do património, da identidade e da memória colectivas.

Funções museológicas e serviços

O MMS desenvolve as seguintes funções museológicas:

1. Estudo e Investigação, levados a cabo através do Serviço de Estudo e Investigação por intermédio de projectos de investigação, na maior parte dos casos em cooperação com universidades e empresas de arqueologia;

2. Incorporação, programada de acordo com as dotações da CMS, por intermédio de legados, doações, expropriações, transferências, permutas, cedências de entidades singulares e colectivas, direito de preferência do município, trabalhos arqueológicos realizados e da programação do museu;

3. Inventário e Documentação, conduzida pelo sector de Inventário que implementou o registo de todos os bens no Livro de Tombo numerado sequencialmente, a migração de dados, a inventariação e a informatização das fichas de inventário de forma uniformizada para identificar e individualizar os bens incorporados segundo a sua tipologia;

4. Conservação, levada a cabo pelo sector de Conservação e Restauro que implica a definição de *planos de controlo ambiental e biológico*, que consistiram, em

2011, na criação do *Plano de Conservação Preventiva* da Casa-Museu ABF e do NMAA da Igreja de S. João do Alporão;

5.Segurança e Exposição, que implementam os meios mecânicos, físicos e electrónicos de prevenção, de protecção física, de vigilância e de detecção e alarme e que criou o *Plano de Acessibilidades* para pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente o projecto piloto referente ao USCI. Este projecto identificou as barreiras arquitectónicas existentes e as deficiências de comunicação presentes na documentação de apoio, na sinalética e na identificação dos objectos, para as quais apresentou soluções presentes no referido projecto;

6.Educação, assegurada pelo sector educativo através da realização de programas de mediação cultural, como por exemplo os programas denominados “Família Museu”, que consistiam na animação “Torre do Tempo”, promovida pelo Veto Teatro Oficina do Círculo Cultural Scalabitano em parceria com a CMS, onde os visitantes eram acolhidos por um cicerone na entrada da Torre das Cabaças e guiados por um actor ao longo dos três pisos, sendo-lhes apresentadas as várias formas de entender o tempo, os vários exemplares de relojoaria e a sala de observação da cidade.

O MMS está organizado em seis serviços: Arqueologia, Conservação e Restauro, Educativo, Inventário e Documentação, Reserva Municipal e Vigilância e Guardaria.

O Serviço de Arqueologia tem por vocação a gestão do espólio arqueológico depositado na secção de arqueologia da RMM, a salvaguarda, acondicionamento, tratamento, inventário e estudo dos bens oriundos de intervenções arqueológicas realizadas no concelho de Santarém, promovendo, em situações especiais, o seu contacto com o público, a articulação com a equipa de arqueologia urbana do Núcleo de Museu e Património Cultural da CMS e a gestão do acesso à Reserva a investigadores que se debruçam sobre a história e a arqueologia locais.

A Oficina de Conservação e Restauro (OCR), substituiu a Sala de Restauro a partir de Julho de 2003 no âmbito do Projecto Municipal “Santarém a Património Mundial”. Tem por vocação a conservação, o restauro e a conservação preventiva do património móvel do concelho de Santarém, destacando-se, na sua programação as intervenções realizadas em materiais tão diferentes como pintura, escultura, bens arqueológicos, pedra, metais, cerâmica e documentos gráficos.

O Serviço de Inventário e Documentação procede à inventariação, estudo, classificação do património móvel e imóvel do município no sentido da sua valorização, restauro, recuperação e fruição pelo público. O inventário patrimonial consistiu na organização tipológica e na classificação das colecções, de uma forma científica.

A RMM foi criada em 1993, durante a reestruturação do antigo “Museu dos Cacos” que culminou na criação do actual MMS. Conserva no seu interior seis mil peças, disponíveis para exposições temporárias. É o equipamento municipal deste tipo mais bem apetrechado no país sendo uma referência no âmbito da museologia municipal. Aí são depositados os bens culturais móveis do município. Procede a um trabalho de conservação, de informatização e de inventariação, que segue actualmente as "Normas de Inventário" do IMC.

O Serviço de Vigilância e Guardaria tem a seu cargo a aplicação do regulamento de segurança de conservação preventiva do património imóvel tutelado pela CMS, de que são exemplo todos os monumentos classificados, verificar o estado de conservação do acervo, dos equipamentos museográficos e apoiar o público nos percursos museológicos⁵¹.

Aspectos Complementares

Quem estiver interessado em informação actual sobre o MMS poderá registar-se no sítio em linha do museu para receber a sua *newsletter*. Dessa forma poderá aceder a informação geral sobre as actividades educativas, arqueológicas, de conservação e restauro, de museologia e de exposições.

Tabela 3 - Estudo de Caso - Museu Municipal de Santarém

Identidade e Memória	O concelho de Santarém e a região onde se insere.
Missão	Aquisição, investigação, conservação, divulgação e valorização dos testemunhos materiais de valor histórico existentes no concelho de Santarém.
Vocação	Divulgação e valorização dos testemunhos humanos, da memória e da identidade do concelho de Santarém e da região onde este se insere.
Objectivos	Desenvolvimento cultural do património, participação da sociedade civil na promoção do património, recuperação do património do concelho, gestão dos núcleos museológicos, coordenação das intervenções de restauro, investigação técnica e científica, divulgação das colecções.

⁵¹ Ver sítio em linha do MMS: <http://www.museu-santarem.org/pagina,2,85.aspx> (consultado em Abril de 2013)

Contentores museológicos	Arte e Arqueologia, Museu do Tempo, Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire, Urbi Scallabis – Centro de Interpretação (USCI),
Colecções	Arqueologia, pintura, escultura, mobiliário, gravuras, arte decorativa em louça, faiança, marfim, mármore, metais, relógios, pesos e medidas.
Tipo de exposições	Permanente e Temporária
Dias de abertura ao público	Serviços Administrativos e Casa-Museu ABF (Segunda a Sexta-feira), Núcleo Museológico do Tempo e Urbi Scallabis – Centro de Interpretação (Quarta a Domingo) Núcleo Museológico de Arte e Arqueologia (encerrado temporariamente)
Instrumentos de Planeamento e Programação	<i>Plano de Actividades do Museu Municipal de Santarém;</i> <i>Plano Museológico de Santarém (PMS);</i> <i>Regulamento Interno para o Museu Municipal de Santarém;</i> <i>Regulamento de Segurança do Museu;</i> <i>Plano de Conservação Preventiva.</i>
Estrutura Funcional	Integrado na Divisão de Cultura, Turismo e Juventude da Câmara Municipal de Ílhavo. Consta de sete serviços Direcção, Serviço de Investigação, Serviço de Conservação, Serviço de Inventário, Serviço Educativo, Serviço Administrativo e Serviço de Vigilância e Guardaria, distribuindo-se o pessoal pelo MMI e pelo NMSA.
Direcção	Sim
Funcionários e colaboradores	Direcção, 2 técnicos superiores de conservação e restauro, 1 técnico superior de história, 1 assistente técnica de museologia, 1 assistente técnica administrativa, 1 assistente operacional de arqueologia e 5 assistentes operacionais de museografia.
Funções Museológicas	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associação de Amigos	Não têm.

2.4. Ecomuseu Municipal do Seixal



Ilustração 4 - Vista Aérea da Mundet, EMS⁵²

⁵²Ver sítio em linha do EMS:

http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos/nucleo_mundet.html (consultado em Março de 2013)

O EMS está integrado na Divisão do Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal (DPHN), que por sua vez é parte integrante do Departamento de Cultura, Educação e Juventude da autarquia.

Os Serviços Centrais do EMS estão actualmente instalados no Núcleo da Mundet (antiga fábrica de cortiça), localizado na Praça 1º de Maio nº 1 2840-485 Seixal⁵³.

O Museu Municipal do Seixal foi criado e aberto ao público em 1982, tendo sido instalado na Torre da Marinha, na Arrentela. A partir de 1983 ganhou a designação de EMS. O *Regulamento do Museu* está integrado no *Regulamento dos Serviços Municipais*.

Identidade e Memória

O EMS tem por missão a investigação, a conservação, a documentação, a interpretação, a valorização e a difusão dos testemunhos humanos no território do actual concelho do Seixal. Pretende também, com as suas actividades, contribuir para o desenvolvimento local sustentável e para a construção e transmissão das memórias sociais.

O EMS promove o inventário, a protecção, a conservação e o restauro do património histórico e natural do concelho, a recuperação e reutilização de sítios e vestígios de relevância histórica e a implementação de programas de investigação e de informação e de projectos de preservação do património histórico e natural do Seixal.

Estrutura Funcional e Arquitectónica

O EMS possui actualmente uma estrutura territorial descentralizada em cinco núcleos e três extensões museológicas: os núcleos da Mundet e da Quinta da Trindade, situados no Seixal, o Núcleo Naval localizado na Arrentela e os núcleos do Moinho de Maré de Corroios e da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, sítos em Corroios. O EMS prolonga-se também pelas extensões da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços e da Quinta de S. Pedro em Corroios e pela Extensão do Espaço Memória – Tipografia

⁵³Podemos contactar o museu através do telefone 210 976 112, dos nºs de Fax 210 976113 e 212275698, do email ecomuseu@cm-seixal.pt e do site www.cm-seixal.pt.

Popular do Seixal, no Seixal. Cabe ainda ao EMS a gestão de três embarcações tradicionais do Tejo.

Colecções

O EMS possui um acervo constituído por património móvel, imóvel e flutuante.

Do acervo móvel fazem parte colecções arqueológicas, técnicas e industriais, artísticas e etnográficas e por vários fundos documentais.

Dentro das colecções arqueológicas salientamos a colecção de cerâmica proveniente da *Villa Romana* da Quinta de S. João e da Olaria da Quinta do Rouxinol; o espólio osteológico de necrópoles medievais, modernas e contemporâneas; a colecção da Quinta de São Pedro em Corroios e a colecção de numismas portugueses originários do reinado de D. Afonso III e de outros reinados da I e da II dinastias, como os Ceitis de D. Afonso V.

Quanto às colecções técnicas e industriais podemos destacar a preservação *insitu* do Moinho de Maré de Corroios, da antiga fábrica de produtos corticeiros da Mundet, da Sociedade Africana de Pólvora e os fundos documentais destas duas últimas fábricas. O fundo documental da Mundet abrange todo o período de funcionamento da empresa entre 1905 e 1988 e o espólio doado pela Sociedade Africana de Pólvora provém das suas instalações de Vale de Milhaços e dos escritórios em Lisboa compondo-se de publicações técnicas e científicas da empresa.

Dentro das colecções artísticas encontramos colecções de azulejos, de mobiliário e ainda de estruturas e elementos arquitectónicos. O EMS possui, ainda, no seu acervo colecções etnográficas de instrumentos de construção e reparação naval artesanal em madeira, instrumentos de moagem tradicional, alfaías agrícolas, instrumentos de pesca e meios de transporte, como o escarolador de milho e a roda manual de encher canelas.

O EMS tem também à disposição do investigador um conjunto de fundos documentais: a colecção iconográfica sobre etno-cerâmica doada por Eugénio Lapa Carneiro, as colecções fotográficas de Jorge Almeida Lima e de Júlio Pereira Dinis e de cartazes doados por Francisco Madeira Luís e os fundos Maria Eduarda Barjona de Freitas, Leopoldo de Almeida, da Companhia Nacional de Navegação e da CMS do Seixal e da Imprensa Local.

O acervo imóvel é composto pela Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, em Corroios, sítio arqueológico datado dos séculos II a V D.C.; pelo Moinho de Maré de Corroios datado do século XV, pela Quinta da Trindade, no Seixal, cuja área residencial e jardim datam do século XVI; pela antiga fábrica corticeira da Mundet, no Seixal, datado do século XX; pela Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços e pelo Circuito da Pólvora Negra do século XX, cuja gestão territorial, patrimonial e urbanística é desenvolvida segundo os princípios definidos na *Carta de Património Cultural Imóvel do Município do Seixal* (CPCIMS).

Existem sítios de particular relevância industrial, civil e religiosa. Grande parte deste património foi já classificado ou está em vias de classificação. Para além da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, classificada como Monumento Nacional, existem doze Imóveis de Interesse Público, a saber: os dez moinhos de maré distribuídos pelo território concelhio, a Quinta da Trindade, no Seixal e a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, em Arrentela⁵⁴.

O EMS integra no seu espólio museológico três embarcações, o Varino “Amoroso” e os botes de fragata “Gaivota” e “Seixal”, que foram adquiridas pela CMS e posteriormente preservadas e reactivadas enquanto embarcações de recreio. Os varinos e os botes de fragata são embarcações fluviais tradicionais, construídas em madeira, que foram utilizadas até à década de setenta do século XX nos portos e cais do Tejo. A sua manutenção é assegurada por uma equipa do EMS. Cada embarcação tem um mestre de arrais e vários ajudantes devidamente credenciados e está equipada com meios de navegação e salvamento.

Instrumentos de Planeamento e Programação

O EMS tem vários instrumentos de planeamento e de programação alguns já desactualizados, outros em fase de proposta e outros ainda actuais, mas que foram todos relevantes para a constituição do museu: a *Carta do Património do Seixal para a inventariação do património em contexto museal*, o *Guia do Utilizador do Centro de*

⁵⁴ Salientamos ainda o Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho, classificado como Imóvel de Interesse Municipal e os Núcleos Urbanos Antigos do Seixal, de Arrentela, de Paio Pires e de Amora. Quanto ao património em vias de classificação destacamos a antiga fábrica de pólvora de Vale de Milhaços, em Corroios e o alto forno da Siderurgia Nacional, em Paio Pires. É meritório salientar também os espaços industriais das antigas fábricas da Companhia de Lanifícios de Arrentela e da corticeira Mundet, o casario do bairro operário da Fábrica de Garrafas de Vidro da Amora, a necrópole da Quinta de São Pedro e as escolas básicas do 1º Ciclo nº 1 do Seixal e de Fernão Ferro.

Documentação do Ecomuseu, a Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal, as Normas para a Utilização das Embarcações Tradicionais, o Programa de Interpretação e Valorização da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, o Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu para a instalação dos serviços centrais e qualificação de núcleos museológicos e desenvolvimento do circuito museológico industrial de 2001, em parte já desactualizado, a Proposta de Política de Incorporações de 2009 e a Proposta de Regulamento do Ecomuseu, ambas ainda por aprovar à data da visita, o Regulamento do Ecomuseu enquanto parte integrante da Divisão de Património Histórico e Natural da CMS⁵⁵, o Sistema de Informação e Preservação do Património Cultural e Museológico, o Sistema Integrado de Informação sobre Colecções arqueológicas em contexto museal e o Plano Director Municipal.

Funções museológicas e serviços

O EMS está estruturado administrativa e tecnicamente nos Serviços Administrativo e de Atendimento Público, de Inventário e Estudo de Património Industrial, de Património Marítimo, de Conservação e Inventário Geral, de Arqueologia, Educativo e nas Áreas de Investigação e de Projecto sobre Moinhos de Maré, de Investigação e de Projecto sobre Património e Cultura Flúvio-Marítimos, de Arquitectura e Património Cultural Imóvel e pelo Centro de Documentação e Informação.

O EMS exhibe actualmente a exposição intitulada “600 anos de moagem no Moinho de Maré de Corroios”, instalada no Núcleo do mesmo nome, que pretende proporcionar uma interpretação do conjunto patrimonial, do seu equipamento, uma valorização das técnicas de trabalho tradicionais e a contextualização histórica do edifício.

O Núcleo Naval do Ecomuseu exhibe a exposição intitulada “Barcos, memórias do Tejo” e onde é apresentado um conjunto de modelos que representam as principais tipologias de embarcações tradicionais de tráfego local e de pesca ilustrados com recurso audiovisuais e multimédia que promovem a salvaguarda do património cultural do Tejo, as actividades económicas locais e a ligação entre o rio e a comunidade.

⁵⁵ Despacho nº 4483/2011 publicado no Diário da República II Série, nº 50, de 11 de Março de 2011, Artigo 97º.

O edifício das Caldeiras de Cozer Cortiça, no núcleo da Mundet, exhibe a exposição “Quem diz cortiça, diz Mundet, quem diz Mundet, diz cortiça: A Cortiça na Fábrica: A Preparação”. Este percurso expositivo integra vários espaços da antiga fábrica e valoriza o papel da Mundet no plano nacional e internacional na indústria e comércio da cortiça, o conhecimento público do seu património cultural e o do universo da cortiça, integrando a antiga secção da prancha da Mundet e as oficinas destinadas ao cozimento da cortiça. Dão-se a conhecer os principais procedimentos de preparação da cortiça enquanto matéria-prima industrial.

O Edifício das Caldeiras *Babcock e Wilcox* do Núcleo da *Mundet* exhibe actualmente ao público a exposição “Cortiça ao Milímetro”, que tem por base o acervo proveniente da *Mundet e Cª Lda*. A exposição salienta o início da produção da Fábrica da Mundet no Seixal em 1915, a substituição da cortiça italiana pela cortiça nacional a partir de 1965, os vários passos de preparação, selecção e quadração da cortiça, o processo de laminagem efectuado com equipamentos fabricados pela empresa *Talleres Trill, Sa* da Catalunha, em Espanha, a colocação das folhas de cortiça daí resultantes em finos suportes de papel que eram posteriormente utilizados nos filtros dos cigarros, em cartões de visita, calendários, folhas de ofício, cartões de boas festas, artigos destinados sobretudo à exportação. O declínio, a partir dos anos cinquenta, e conseqüente aposta em novos produtos como papel de parede, malas, carteiras, calçado e estofos, foi-se verificando até ao fim da actividade da fábrica em 1988.

A Oficina do Núcleo Naval exhibe actualmente a exposição intitulada “Modelismo Naval no Ecomuseu Municipal do Seixal. Como e por que se constrói um modelo?” que versa a prática do modelismo naval, o acompanhamento *online* dos trabalhos dos artifices Carlos Montalvão e Arlindo Fragoso mostrando a evolução sequencial das várias etapas de construção de modelos de Canoa Picada e de Enviadas do Seixal.

Esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, desde Março de 2009, a exposição intitulada “Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios, Seixal)”, resultado de uma parceria entre este museu nacional e o EMS, que disponibilizou aos visitantes um conjunto de visitas temáticas, ateliês e incluiu a realização, em Fevereiro, de um Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia

Experimental sobre a Olaria Romana. A exposição promove este sítio arqueológico e enquadra-o na economia regional e imperial da Época Romana.

As actividades programadas incidem sobre o território concelhio, a conservação do património, particularmente *insitu* e contam com a participação da população, tendo em conta as várias tipologias de património móvel, imóvel e flutuante, material e imaterial que integram o acervo do Ecomuseu e a prossecução das funções de investigação, conservação, valorização e comunicação.

Aspectos Complementares

Entendo ser importante relevar aqui a existência de uma numerosa lista de amigos e doadores do Ecomuseu que, embora sem uma organização formal, têm contribuído para o enriquecimento do acervo museológico do EMS. Os amigos e doadores recebem trimestralmente o boletim “Ecomuseu Informação” que faz parte das publicações do museu, são convidados para a inauguração das exposições e outras iniciativas culturais do museu. A lista de amigos e doadores do EMS está presente no sítio em linha do museu e é composta por pessoas individuais e colectivas de formação profissional, académica e etária bastante variada e todas interessadas na salvaguarda e na valorização do património local e regional⁵⁶.

Tabela 4 - Estudo de Caso - Ecomuseu Municipal do Seixal

Identidade e Memória	Património histórico, natural, social e humano do actual concelho do Seixal.
Missão	Investigação, conservação, documentação, interpretação, valorização e difusão dos testemunhos humanos no território do actual concelho do Seixal e desenvolvimento local sustentável, construção e transmissão das memórias sociais.
Vocação	Inventário, protecção, conservação e restauro do património histórico e natural do concelho, recuperação de sítios e vestígios de relevância histórica.
Objectivos	Contribuir para a qualificação da vida cultural da sua comunidade, para a atracção de novos recursos, de aproveitamento turístico e para o desenvolvimento local e territorial.
Contentores museológicos	Mundet, Naval, Quinta da Trindade, Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios.
Colecções	Arqueologia, técnica, industrial, artística, etnográfica e documental
Tipo de exposições	Permanente e Temporária

⁵⁶ Ver http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/doadores/doador_home.html (consultado em Março de 2013)

Dias de abertura ao público	2ª a 6ª Feira, das 9h00 às 17h30, mediante marcação prévia.
Instrumentos de Planeamento e Programação	<i>Carta do Património do Seixal;</i> <i>Guia do Utilizador do Centro de Documentação do Ecomuseu;</i> <i>Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal;</i> <i>Normas para a Utilização das Embarcações Tradicionais;</i> <i>Programa de Interpretação e Valorização da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol;</i> <i>Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu;</i> <i>Regulamento do Ecomuseu;</i> <i>Sistema de Informação e Preservação do Património Cultural e Museológico;</i> <i>Sistema Integrado de Informação sobre Coleções Arqueológicas;</i> <i>Plano Director Municipal.</i>
Estrutura Funcional	Integrado na Divisão do Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal (DPHN), por sua vez parte integrante do Departamento de Cultura, Educação e Juventude da autarquia. O EMS está estruturado administrativa e tecnicamente nos seguintes serviços: Administrativo e de Atendimento Público, de Inventário e Estudo de Património Industrial, de Património Marítimo, de Conservação e Inventário Geral, de Arqueologia, Educativo e nas seguintes áreas de Investigação e de Projecto: Moinhos de Maré, Património e Cultura Flúvio-Marítima, Arquitectura e Património Cultural Imóvel e pelo Centro de Documentação e Informação.
Direcção	Sim
Funcionários e colaboradores	n.d.
Funções Museológicas	Estudo e investigação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associação de Amigos	Existe uma lista de amigos e doadores mas não uma associação de amigos formalmente constituída.

2.5. Museu Municipal de Portimão



Ilustração 5 - Vista Aérea do MMP⁵⁷

O MMP está localizado na Rua D. Carlos I, 8500-607, Portimão⁵⁸.

⁵⁷ Ver sítio em linha da CMP: http://www.cm-portimao.pt/NR/rdonlyres/FEB3DC8D-29F5-43CA-8B8B-FAB2182D2BB4/0/SaiTudMus_AFabVolAct.pdf (consultado em Março de 2013).

Encontra-se aberto de 1 de Setembro a 14 de Julho, às Terças, das 14h30h às 18h00 e de 4ª a Domingo, entre as 10h00 e as 18h00. De 15 de Julho a 31 de Agosto, às Terças, está aberto entre as 19h30 e as 23h00, e de Quarta a Domingo, poderá ser visitado entre as 15h00 e as 23h00.

O Conselho da Europa considerou-o Museu do Ano, em 2010, sendo o segundo museu português a receber este prémio em mais de trinta anos de história do galardão. O prémio distingue o museu como testemunho da indústria da conserva de sardinhas, actividade que teve um enorme peso económico durante largas décadas em Portimão.

A Câmara Municipal de Portimão (CMP) aprovou, em 1983, um projecto museológico que tinha por objectivos a investigação, a documentação e a divulgação do património local, particularmente o património arqueológico, industrial, náutico e subaquático. Nessa altura, foi nomeada a Comissão Instaladora do Museu de Portimão (CIMP), para salvaguardar o património cultural em risco, sensibilizar a população para a necessidade de preservar o património e a memória colectiva local e criar as condições para a constituição de um Museu Municipal em Portimão. Em 1996 a autarquia adquiriu a antiga fábrica de Conservas “Feu Hermanos”, junto ao Rio Arade e ao Convento de S. Francisco, para aí instalar uma unidade museológica. Foi criada, em 1997, a Divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico, que esteve na origem da Direcção de Projecto do Museu, sendo extinta por esse motivo a CIMP. Em 1999 foi elaborado o programa museológico para o antigo espaço industrial e lançado o concurso para o projecto de arquitectura das novas instalações. O MMP integrou o primeiro conjunto de unidades da RPM, tendo sido lançada a empreitada de construção em 27 de Agosto de 2004. O MMP abriu ao público em 17 de Maio de 2008. O MMP está integrado na Rede de Museus do Algarve (RMA)⁵⁹.

⁵⁸Está disponível através do sítio em linha: www.cm-portimao.pt, pelo telefone +351 282 405 230, pelo fax: +351 282 405 277 e através dos endereços electrónicos: museu@cm-portimao.pt e rec.museu@cm-portimao.pt.

⁵⁹ A RMA integra os seguintes membros: Museu Municipal Dr. José Formosinho, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão, Museu Municipal de Faro, Museu Municipal de Loulé, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, Museu da Cidade de Olhão, Museu Municipal de Tavira, Museu Municipal de Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila do Bispo, Museu de Portimão, Câmara Municipal de Lagoa, Câmara Municipal de Aljezur, Rede Museológica de Alcoutim e Câmara Municipal de Castro Marim (<http://museusdoalgarve.wordpress.com/about/>) (consultado em Abril de 2013).

Identidade e Memória

O MMP tem por missão a investigação, conservação, interpretação, divulgação e valorização dos testemunhos materiais e imateriais da história, do património, do território e da identidade local e regional da cidade de Portimão.

Tem como objectivo final promover o desenvolvimento sustentado da comunidade portimonense. Por essa razão, as suas colecções têm um cariz interdisciplinar, variando as temáticas entre o património industrial, etnográfico, arqueológico, iconográfico e documental e são estudadas, documentadas, conservadas e divulgadas pelo museu proporcionando o conhecimento da história, do território e da sociedade do município de Portimão, justificando que o MMP seja um Museu de Sociedade, Identidade e Território. O *programa museológico* traça então o seu perfil neste aspecto fulcral.

Enquanto Museu de Sociedade, pretende interpretar os aspectos económico, cultural, político, social e humano da história de Portimão, traçar o percurso do actual território da cidade desde as origens até à actualidade, integrar a evolução histórica de Portimão nos contextos regional, nacional e internacional, inserir os visitantes no contexto histórico e cultural de Portimão, providenciar os serviços técnicos, humanos, educativos, documentais e artísticos que promovam a integração da população na recuperação, protecção e valorização do seu património cultural e natural e fomentar o debate, a formação e a educação.

Constituiu-se também como Museu de Identidade. Desenvolve, a partir do Centro de Estudos do Rio Arade (CERA), a investigação, a incorporação, a inventariação, a conservação, a interpretação, a divulgação, a valorização e a exposição do património material, arqueológico, turístico, cultural, ambiental e imaterial da cidade e da região. Promove os circuitos culturais em Portimão e na região circundante, nomeadamente em Alvor e na Mexilhoeira, a construção da memória e da identidade colectiva da região e potencia o Centro de Documentação e Arquivo Histórico (CDHA) enquanto pólo científico e técnico ao serviço de formadores e investigadores.

A programação enquanto Museu do Território prevê a criação ou dinamização de rotas culturais, o apoio técnico a entidades culturais e museológicas através de parcerias e protocolos de cooperação, a criação e gestão cultural de núcleos museológicos nas freguesias do concelho, nomeadamente os núcleos arqueológicos da

Abicada e de Alcalar, tutelados pelo IPPAR e a sua articulação com a política museológica municipal.

Estrutura Funcional e Arquitectónica

O MMP é tutelado pela CMP e está organicamente enquadrado na Direcção do Projecto Municipal-Museu Municipal de Portimão (DPM-MMP).

Funciona também como centro cultural aberto à fruição do público, dispondo para esse efeito, de um auditório, de uma oficina, de um laboratório de conservação e restauro, de um centro de documentação e arquivo e de espaços para a exposição permanente e para as exposições temporárias de temáticas diversas.

O edifício é constituído pelos seguintes espaços: hall e espaço público de acolhimento, sala de exposições de longa duração, sala de “descabeço” e lavagem do peixe, sala de exposições temporárias, área técnica/sala de arqueologia, laboratório/oficina de conservação e restauro, centro de documentação, reservas e sala de apoio museográfico, oficina educativa, sala de descontaminação, salas de apoio e reuniões, serviços administrativos, câmara escura, auditório, guindaste, esplanada, bar/cafetaria e transportador de peixe.

O espaço onde o MMP está instalado, tendo em conta as diferentes actividades museológicas, está dividido em três grandes categorias funcionais: o espaço público, o espaço condicionado e o espaço reservado.

Os espaços públicos são o átrio/recepção, a cafetaria/restaurante/bar, as salas de exposição de carácter permanente e evolutivo, as salas de exposições temporárias, o centro de documentação e arquivo histórico e a oficina educativa. Os espaços condicionados são o auditório polivalente e a sala de reuniões e formação. As espaços reservados são exclusivos dos serviços técnicos do museu. A área do espaço reservado é composta por três zonas: a secção administrativa, a secção técnica e a secção de reservas.

Colecções

O MMP integra no seu espólio um conjunto de colecções que são testemunho da história local: a colecção de património industrial e etnográfico sobre a indústria conserveira, a construção naval, a pesca, a estiva, a litografia, a fundição, a latoaria, os fumeiros, os transportes e a tipografia; a colecção arqueológica, que contém materiais

originários das Estações Arqueológicas de Alcalar, Monte Canelas, Abicada, Monte Mar, Vale da Arrancada, Vila Velha, Alvor, Baralha, Grutas da Mexilhoeira, Montes de Cima, Armazém de Arge, Igreja Matriz da Mexilhoeira Grande e do Rio Arade; a colecção Manuel Teixeira Gomes; o património imaterial, constituído por testemunhos orais e histórias de vida e as colecções de fundos documentais iconográficos dos séculos XV a XX, provenientes da CMP e de organismos da região.

Instrumentos de Planeamento e Programação

O MMP tem, por instrumentos de gestão, o *Plano Anual de Actividades*, o *Orçamento*, o *Relatório de Actividades*, a *Avaliação Externa* e as *Estatísticas de visitantes* e de utentes, o *Plano de Conservação Preventiva*, o *Programa Museológico*, a *Política de Incorporações* e o *Regulamento Interno do Museu*.

Funções museológicas e serviços

O MMP é constituído pelos seguintes serviços: Direcção de Projecto, Divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico e o Sector de Museus, Património e Centro de Documentação/Arquivo Histórico.

O MMP deve levar a efeito as seguintes funções⁶⁰: a investigação, a salvaguarda, a promoção do património histórico, a valorização da relação da cidade com o rio, a interpretação e a divulgação histórica, territorial e social da comunidade, a formação de novos públicos e de uma nova oferta cultural.

O Centro de Documentação e Arquivo Histórico (CDAH) é um serviço público do Município de Portimão. A missão do CDAH é promover a salvaguarda, a organização, a difusão da informação, a pesquisa e a investigação sobre a realidade histórica, social, política, económica e cultural de Portimão e também o trabalho de recolha e investigação complementar ao MMP. Visa a consulta pública do acervo histórico recolhido e produzido em Portimão. Está integrado em redes informatizadas de arquivos nacionais e internacionais de âmbito histórico e cultural. É um centro de recurso documental ao serviço da comunidade educativa, universitária e científica, constituído pela Biblioteca Especializada, pela Biblioteca João Tavares, pelo Arquivo Histórico e pelo Arquivo Iconográfico.

⁶⁰ Segundo José Gameiro, Director do MMP.

A Oficina Educativa tem por funções acolher grupos escolares organizados para visitas à exposição permanente e às exposições temporárias; o desenvolvimento de projectos temáticos e o contacto com o património cultural do município. É um espaço de descoberta e de exploração do Museu e da História de Portimão, desenvolvendo um programa anual de actividades educativas direccionadas ao público mais jovem. Possui um espaço Atelier/Oficina destinado às actividades dos serviços educativos dos vários níveis infanto juvenis. É um espaço multifuncional, sem mobiliário fixo, apetrechado com água corrente, lavatórios, pavimento lavável, um gabinete de apoio, arrecadação, bancadas e equipamentos audio-visuais, multimédia e de expressão plástica.

A *Política de Conservação Preventiva* do MMP tem muito em consideração a importância do edifício da Fábrica “FeuHermanos” na história de Portimão⁶¹.

O processo de intervenção, recuperação e reabilitação da Antiga Fábrica *La Rose* teve em conta, não só este peso histórico mas também a instalação do museu naquele espaço. O *Plano de Conservação Preventiva* foi constituído em articulação com o *Programa Museológico* e com o *Projecto de Arquitectura*, que também analisaremos no âmbito deste estudo de caso.

A reconversão do espaço em museu teve em consideração os condicionalismos naturais do edifício, nomeadamente a geografia e a geologia do terreno, a envolvente urbana, a incidência solar, a poluição, a temperatura, a humidade e o grau de risco sísmico na região.

A primeira área da exposição de referência, “casa do descabeço” é um pólo permanente e interpretativo da produção de conservas de sardinha desde a entrada do transportador de peixe no interior da fábrica até à sua preparação e transformação. Esta secção da exposição permanente ocupa a antiga sala de lavagem onde se limpava e tratava a matéria-prima. Nesta sala, podemos encontrar todos os sistemas de lavagem, transporte e os tanques de salmoura, totalmente restaurados e conservados, permitindo uma interpretação e exposição mais exactas da primeira fase do processo de produção.

A segunda área de exposição de longa duração está localizada na nave central do museu e foi denominada “Portimão – Território e Identidade”. Esta área ocupa as naves industriais da antiga fábrica, está distribuída por uma área de mil metros quadrados e

⁶¹ De acordo com a perspectiva do Director de Projecto do MMP e de Andreia Machado, Técnica Superior em Conservação e Restauro do MMP.

corresponde à antiga sala do cheio, onde se procedia ao enchimento e ao fecho das latas de conserva.

Está programada, como a exposição de referência. Representa uma síntese dos momentos determinantes da história local e da identidade local, da evolução social de Portimão e da sua população desde a Pré-História até aos nossos dias. O percurso museográfico salienta o espólio do museu, a relação do homem com o mar, com o rio e com o seu território, a indústria conserveira e todas as indústrias subsidiárias que compunham o núcleo duro da actividade económica portimonense. Por forma a reforçar o interesse de todos os públicos-alvo, a exposição permanente foi melhorada com tecnologias interactivas e animação museográfica.

A exposição permanente está dividida em três percursos: “Origem e Destino de uma Comunidade”, “A Vida Industrial e o Desafio do Mar” e “Do Fundo das Águas”.

O primeiro chama-se “Origem e Destino de uma Comunidade”. Desenvolve uma interpretação dos principais momentos históricos do actual território de Portimão desde a Pré-História, passando pela ocupação romana, pela presença islâmica, as comunidades rurais e urbanas e a industrialização, enriquecida por um programa de investigação científica.

O segundo, denominado “A Vida Industrial e o Desafio do Mar”, é constituído por equipamentos industriais, navais e subaquáticos, tais como máquinas, engenhos, veículos de transportes, ferramentas e artefactos arqueológicos. A tónica é colocada portanto em analisar Portimão enquanto centro da indústria conserveira, pesqueira e naval, preservando-se desta forma a memória industrial conserveira, a ligação com o rio Arade e com o Atlântico e o papel das actividades económicas mais relevantes antes da indústria do turismo.

O terceiro, “Do Fundo das Águas”, está situado no piso -1, na antiga cisterna da Fábrica, onde eram recolhidas as águas pluviais. Esta cisterna alimentava os tanques de salmoura e as caldeiras da Fábrica. É um circuito subterrâneo que sugere uma incursão à fauna e à flora subaquáticas do rio Arade e da orla costeira de Portimão.

Por fim, o visitante chega à sala de projecção. Aqui poderá visionar o filme “O Jogo da Sardinha”, que se encontra em exibição contínua, e que foi rodado em 1946 nas Fábricas de S. António e de S. Francisco, da empresa *Feu e Hermanos*. A película

desenrola-se ao longo de 20 minutos, mostrando o processo de produção das conservas da sardinha. Este filme pretendia promover, nas salas de cinema nacionais, a indústria conserveira portuguesa, por forma a reforçar o consumo interno e a compensar as perdas do negócio internacional, em virtude no final da segunda grande guerra. Podemos ainda observar várias cenas do quotidiano dos operários e das operárias na fábrica, nomeadamente, a creche da fábrica, onde ficavam os filhos enquanto as mães trabalhavam e as salas de refeições masculina e feminina, onde são elogiados vários aspectos da qualidade das condições de trabalho dos trabalhadores.

Existem também, nos pisos 0 e 1, dois espaços expositivos de grande polivalência para exposições temporárias. Permitem uma apresentação contínua de trabalhos de pesquisa do MMP e acolhem também variadas propostas culturais multidisciplinares. São espaços autónomos em relação à sala da exposição permanente, sendo acessíveis directamente a partir da recepção, facilmente adaptáveis a diferentes mobiliários expositivos e diversos dispositivos de iluminação consoante a tipologia da colecção patente.

Aspectos Complementares

Algum do espólio que enriquece actualmente o acervo do MMP é oriundo de doações de particulares - como Mestre Chico e Francisco Ramos - nomeadamente artefactos arqueológicos, fotografias, filmes, documentos, móveis, máquinas e ferramentas.

No entanto, o património industrial é considerado o mais relevante, destacando-se na colecção do museu os legados de Júdice Fialho, Caetano Feu, Mestre Martins, Horácio Amador, Reinaldo da Assunção, entre outros. Será ainda importante referir a colecção fotográfica e cinematográfica de Júlio Bernardo, que inclui três mil fotografias que retratam a cidade de Portimão do século XX.

Tabela 5 - Estudo de Caso - Museu Municipal de Portimão

Identidade e Memória	História, património, território e identidade local e regional da cidade de Portimão
Missão	Investigação, conservação, interpretação, divulgação e valorização dos testemunhos materiais e imateriais da história, do património, do território e da identidade local e regional da cidade de Portimão.
Vocação	Desenvolvimento sustentado da comunidade portimonense, conhecimento da história, do território e da sociedade de Portimão e implementação de um Museu de Sociedade, Identidade e Território.
Objectivos	Museu de Sociedade: interpretar os aspectos económico, cultural, político, social e humano da história de Portimão, traçar o percurso do actual território da cidade desde as origens até à actualidade, integrar a evolução histórica de Portimão nos contextos regional, nacional e internacional; Museu de Identidade:

	Desenvolver a actividade do Centro de Estudos do Rio Arade (CERA) e do Centro de Documentação e Arquivo Histórico (CDHA); Museu do Território: Criação de Rotas Culturais, parcerias e protocolos de cooperação e núcleos museológicos.
Contentores museológicos	MMP.
Colecções	Património industrial e etnográfico, património imaterial, colecção Manuel Teixeira Gomes e fundos documentais e iconográficos dos séculos XV a XX.
Tipo de exposições	Permanente e Temporária
Dias de abertura ao público	Aberto todos os dias excepto à segunda-feira.
Instrumentos de Planeamento e Programação	<i>Plano Anual de Actividades,</i> <i>Orçamento;</i> <i>Relatório de Actividades;</i> <i>Avaliação Externa;</i> <i>Estatísticas de visitantes e de utentes;</i> <i>Plano de Conservação Preventiva;</i> <i>Programa Museológico;</i> <i>Política de Incorporações;</i> <i>Regulamento Interno do Museu.</i>
Estrutura Funcional	Organicamente enquadrado na Direcção do Projecto Municipal-Museu Municipal de Portimão (DPM-MMP), funciona também como centro cultural aberto à fruição do público e dispõe de auditório, oficina, laboratório de conservação e restauro, centro de documentação e arquivo e de espaços para a exposição permanente e para as exposições temporárias.
Direcção	Sim
Funcionários e colaboradores	n.d.
Funções Museológicas	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associação de Amigos	Não tem.

2.6. Estudo comparativo dos museus estudados

Os cinco museus estudados foram comparados através de catorze pontos: Identidade e Memória, Missão, Vocação, Objectivos, Contentores Museológicos, Colecções, Tipo de Exposições, Dias de Abertura ao Público, Instrumentos de planeamento, Estrutura Funcional, Direcção, Funcionários, Funções Museológicas e Associações de Amigos.

Identidade e memória

Os cinco museus apresentam algumas semelhanças e bastantes diferenças a este nível:

O MPTSM abarca exclusivamente a história do papel em Portugal e património industrial da indústria papelreira. O MMI incide sobre a pesca do bacalhau na Terra Nova e na Gronelândia e no património associado a Ílhavo, à Ria e ao mar. A identidade e memória do MMS está intrinsecamente relacionada com a cidade Santarém e da sua região, apresentando neste ponto, algumas semelhanças com os dois anteriores e com os dois seguintes, uma vez que as identidades e memórias de todos os cinco museus estão intimamente ligadas à cidade e à região onde se situam. A identidade e memória do EMS relaciona-se sobretudo com o património histórico, natural, social e humano do actual concelho do Seixal, que possui um forte cariz industrial. Neste ponto assemelha-se bastante com o MPTSM e com o MMP, todos ligados a um forte património de natureza industrial.

Missão

O MPTSM tem por missão a preservação da história da indústria do papel. A preservação do património industrial relaciona-se intimamente com o MMP, cuja missão incide bastante na preservação de um outro património industrial, as conservas de peixe, e com o EMS, que pugna pela preservação do património industrial associado à indústria da pólvora, corticeira e siderúrgica.

Vocação e Objectivos

A vocação dos cinco museus assenta na conservação, recuperação, divulgação, valorização do património sendo a principal diferença a tipologia de património de cada museu, aplicando-se o mesmo aos objectivos de cada um.

Contentores Museológicos

Os cinco museus apresentam diferenças acentuadas neste ponto, podendo dividir-se em museus mononucleados, caso do MPTSM e MMP, e museus polinucleados, casos do MMI, MMS e EMS.

Colecções

As diferentes tipologias das colecções são também um ponto de grande diferença entre os cinco museus. O MPTSM tem apenas uma tipologia: a arqueologia industrial. O EMS e o MMI têm também uma colecção de tipologia industrial. O MMI e o MMS têm ambos colecções de pintura. O MMI possui no seu acervo colecções relacionadas com a pesca do bacalhau, as fainas agromarítimas da Ria de Aveiro, instrumentos náuticos e de apoio à navegação, únicas entre os cinco. O EMS e o MMP têm ambos colecções etnográficas. O MMI tem uma colecção sobre Manuel Teixeira Gomes⁶², facto único entre os museus estudados.

Tipo de Exposições

Os cinco museus estudados exibem exposições permanentes e temporárias, não existindo diferenças neste campo.

Dias de Abertura ao Público

Os museus estudados estão todos abertos ao público. O MPTSM, o MMI e o MMP estarem fechados à segunda-feira. O MMI fecha também ao Domingo de Outubro a Fevereiro. O MMS tem diferentes horários consoante os núcleos em causa, destacando-se o facto do USCI estar encerrado de quarta a domingo. O EMS funciona essencialmente mediante marcação prévia durante a semana.

Instrumentos de planeamento

Os museus estudados têm todos regulamento interno, plano de conservação preventiva e de segurança, programa museológico, política de incorporações e plano de actividades.

Estrutura Funcional, Direcção e Funcionários

Os museus estão todos integrados na estrutura orgânica das Câmaras Municipais respectivas, existindo, no entanto diferenças na forma. O MPTSM está integrado na Divisão de Acção Cultural e Turismo da CMSMF. O MMI está integrado numa divisão de tipologia semelhante à anterior, a Divisão de Cultura, Turismo e Juventude da CMI. O MMS difere dos anteriores, estando integrado na Divisão de Património, Arquivo e

⁶² Manuel Teixeira Gomes foi o sétimo presidente da Primeira República Portuguesa de 6 de Outubro de 1923 a 11 de Dezembro de 1925

Biblioteca da CMS. O EMS está integrado na Divisão do Património Histórico e Natural da CMS. O MMI difere também dos anteriores, está integrado na Direcção do Projecto Municipal-Museu Municipal de Portimão. Todos os museus têm uma direcção sendo diferentes quanto ao número de funcionários.

Funções Museológicas

Os cinco museus desenvolvem as mesmas funções museológicas: Estudo e investigação, Inventário e documentação, Conservação, Segurança, Interpretação e exposição e Educação.

Associações de Amigos

O MMI é o único museu com uma associação de amigos oficialmente organizada, a Associação dos Amigos do Museu de Ílhavo.

Aspectos Complementares

O MPTSM, o MMI, o MMS, o EMS e o MMI estão todos integrados na Rede Portuguesa de Museus (RPM), respondendo assim à uniformidade de princípios determinados por aquela instituição. Note-se, no entanto, que por razões de credenciação, todos estes museus sentiram necessidade de clarificar a razão de ser das respectivas instituições museais, de acordo com as noções de vocação e missão e estabelecer, com maior rigor, os objectivos que prosseguiam. Este deverá ser um aspecto essencial a ter em conta na proposição do MMFV.

Se nos aspectos anteriores é possível verificar semelhanças de propósitos, embora os museus tenham uma história e conteúdos museológicos diversos, também se nota paralelismo quanto aos instrumentos de gestão, de planeamento e de programação que seguem uma orientação institucional aproximada. Também neste caso os efeitos da credenciação são notórios. Todos desenvolvem as funções e serviços museológicos previstos na legislação em vigor e de acordo com os princípios de uniformidade museológica determinada pela RPM.

O MMI está instalado em edifício construído de raiz, ao contrário dos restantes quatro. Destaca-se uma tendência para a reconversão de edifícios e espaços para o exercício das funções museológicas, até no sentido da preservação do património imóvel e do móvel (caso do NMSA). Todos possuem espaços públicos, espaços

públicos de acesso condicionado e espaços de acesso reservado aos serviços técnicos dos museus, dispondo todos de biblioteca, centro de documentação, reservas e loja.

O MMP e o MPTSM estão integrados em redes museológicas de âmbito regional, ao contrário dos restantes.

Tabela 6 - Tabela comparativa dos cinco estudos de caso

Estudos de Caso	MPTSM ` S M da Feira	MMI Ílhavo	MMS Santarém	EMS Seixal	MMP Portimão
Identidade e Memória	A memória da história do papel em Portugal e o património industrial relacionado com a indústria papelreira.	A pesca do bacalhau na Terra Nova e na Gronelândia e a ligação dos naturais de Ílhavo à Ria de Aveiro e ao mar.	O concelho de Santarém e a região onde se insere.	Património histórico, natural, social e humano do actual concelho do Seixal.	História, património, território e identidade local e regional da cidade de Portimão
Missão	Preservar e divulgar a história do papel em Portugal	Preservar o património marítimo.	Investigação do património histórico do concelho de Santarém	Investigação dos testemunhos humanos no actual concelho do Seixal	Divulgação do património e identidade local e regional de Portimão
Vocação	Conservar e recuperar o património da indústria papelreira.	Os ilhaves, o mar, a pesca do bacalhau e as actividades da Ria	Divulgação e valorização da memória e identidade do concelho e região	Recuperação de sítios e vestígios de relevância histórica	Implementação de um museu de sociedade, identidade e território
Objectivos	Preservar os seus edifícios e colecções e investigar a história do papel	Recuperação e valorização e divulgação do património e colecções	Recuperação do património e gestão dos núcleos museológicos	Qualificação da vida cultural da comunidade e desenvolvimento local	Interpretar a história de Portimão e criar rotas culturais
Contentores Museológicos	Antiga Fábrica de Papel de Custódio Pais e antiga Fábrica de Papel dos Azevedos.	MMI e NMSA	Arte e Arqueologia, Museu do Tempo, Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire, Urbi Scallabis – Centro de Interpretação (USCI).	Mundet, Naval, Quinta da Trindade, Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios.	MMP
Colecções	Arqueologia industrial do papel	Faina Maior e pesca do bacalhau, etnografia das fainas agromarítimas da Ria de Aveiro, instrumentos náuticos e de apoio à navegação, modelos e miniaturas de	Arqueologia, pintura, escultura, mobiliário, gravuras, arte decorativa em louça, faiança, marfim, mármore, metais, relógios, pesos e medidas.	Arqueologia, técnica, industrial, artística, etnográfica e documental	Património industrial e etnográfico, património imaterial, colecção Manuel Teixeira Gomes e fundos documentais e iconográficos dos séculos XV a XX.

		embarcações, pintura, gravura, desenho, escultura, cerâmica, mobiliário, têxteis, vestuário, acessórios, artesanato, história natural, arqueologia subaquática, numismática, medalhística e filatelia			
Tipo de Exposições	Permanente e Temporária.	Permanente e Temporária.	Permanente e Temporária.	Permanente e Temporária.	Permanente e Temporária.
Dias de Abertura ao Público	Todos os dias excepto à segunda-feira.	Todos os dias excepto à segunda-feira (sempre) e domingo (de Outubro a Fevereiro)	Serviços Administrativos e Casa-Museu ABF (Segunda a Sexta-feira), Núcleo Museológico do Tempo e Urbi Scallabis – Centro de Interpretação (Quarta a Domingo) Núcleo Museológico de Arte e Arqueologia (encerrado temporariamente)	Está aberto ao público.	Aberto todos os dias excepto à segunda-feira.
Instrumentos de planeamento	<i>Regulamento, Normas de Conservação Preventiva, Programa Museológico, Normas de Segurança, Plano de Actividades, Política de Incorporações, Procedimentos de Inventariação.</i>	<i>Regulamento, Plano de Conservação Preventiva, Regulamento de Segurança, Plano de Actividades Anual, Plano de Gestão de Coleções e Política de Incorporações</i>	<i>Regulamento Interno, Plano de Conservação Preventiva, Plano Museológico de Santarém (PMS, Regulamento de Segurança do Museu e Plano de Actividades</i>	<i>Regulamento do Ecomuseu, Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu, Normas para a Utilização das Embarcações Tradicionais e Plano Director Municipal.</i>	<i>Regulamento, Plano de Conservação Preventiva, Programa Museológico, Plano Anual e Relatório de Actividades e Política de Incorporações.</i>

Estrutura Funcional	Integrado na Divisão de Acção Cultural e Turismo da CMSMF	Integrado na Divisão de Cultura, Turismo e Juventude da CMI	Integrado na Divisão de Património, Arquivo e Biblioteca da CMS	Integrado da Divisão do Património Histórico e Natural da CMS	Integrado na Direcção do Projecto Municipal-Museu Municipal de Portimão
Direcção	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Funcionários		Dezoito funcionários (envolvendo director, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais).	Direcção, 2 técnicos superiores de conservação e restauro, 1 técnico superior de história, 1 assistente técnica de museologia, 1 assistente técnica administrativa, 1 assistente operacional de arqueologia e 5 assistentes operacionais de museografia.		
Funções Museológicas	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.	Estudo e investigação, Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.
Associações de Amigos	Não têm.	Associação Amigos do Museu de Ílhavo	Não têm	Não têm	Não têm

Os museus estudados possuem características que poderão ser implementadas no projecto do MMFV: reflectir a identidade e a memória do concelho e da região onde este se insere e o seu património histórico, natural, social e humano; definir uma missão, vocação e objectivos que assumam a preservação e divulgação deste património e desta identidade local e regional; instalar-se num edifício construído de raiz para a função museológica, actualmente em fase de conclusão; integrar as colecções de pintura, escultura, fotografia e cerâmica da CMFV; patentear ao público exposições permanentes e temporárias, estar aberto ao público todos os dias excepto à Segunda-feira; possuir instrumentos de planeamento e gestão como o *regulamento interno*, o *programa museológico*, a *política de incorporações*, as *normas de segurança* e as *normas de conservação preventiva*; possuir uma estrutura funcional integrada na

Divisão de Cultura, Desporto e Juventude da CMFV; possuir uma direcção e um conjunto de funcionários qualificados para o efeito, desempenhar as funções museológicas de estudo, investigação, inventário, documentação, conservação, segurança, interpretação, exposição e educação e constituir uma associação de amigos.

Capítulo 3. Um Museu para Figueiró dos Vinhos

A adequação do projecto do MMFV aos princípios patentes nos museus acima estudados, exigiu um estudo e conhecimento aprofundado da identidade e memória, da geografia, da população, da economia, da história, do património móvel e imóvel, material e imaterial e dos equipamentos culturais do concelho, bem como a definição de uma ideia e da missão, vocação e objectivos do MMFV.

3.1. Identidade e Memória de Figueiró dos Vinhos

Retrato Geográfico

Figueiró dos Vinhos é um concelho com 184 Km² e uma população residente de 7352 habitantes (Censo 2001). Celebra o dia do concelho (feriado municipal) em 24 de Junho em honra do santo padroeiro S. João Baptista e a Feira anual em honra de S. Pantaleão, de 26 a 28 de Julho. O concelho está localizado na Região Centro de Portugal, integrado no norte do distrito de Leiria, na subregião do Pinhal Interior Norte e beneficia de excelentes acessibilidades, rodoviárias, através do IC8 e do IC3 com rápida ligação à A1 e à A23 e ferroviárias, através da Linha do Norte, em Pombal.

O concelho de Figueiró dos Vinhos está situado muito próximo do centro geométrico de Portugal (Vila de Rei). Manifesta uma enorme diversidade fisiográfica, económica e sócio-cultural e a dualidade litoral/interior na geologia e geomorfologia, no povoamento e nos desequilíbrios demográficos daí resultantes. Tem uma imagem associada à vastidão da floresta de pinheiros, sendo um território de transição entre a expansão demográfica típica do litoral e a desertificação e o envelhecimento característicos do interior do país.

O concelho é constituído por cinco freguesias: Aguda (40,5 Km²), Arega (35 Km²), Bairradas (13 Km², potencialmente extinta no quadro da reforma administrativa em curso), Campelo (51 Km²) e Figueiró dos Vinhos (44 Km²). Confina a Norte com os concelhos de Miranda do Corvo e da Lousã, a Oeste com os concelhos de Penela, de

Ansião e de Alvaiázere, a Sul com os concelhos de Ferreira do Zêzere e da Sertã e a Este com os concelhos de Pedrogão Grande e da Castanheira de Pêra.

Do ponto de vista do relevo situa-se no Maciço Antigo, no extremo Sudoeste da Cordilheira Central (GASPAR, 2004) insere-se no sistema montanhoso da Cordilheira da Serra da Lousã. Está limitado a Norte pela Serra da Lousã e a Sul pelo rio Zêzere. O Norte do concelho apresenta uma topografia mais acidentada do que o Sul. Geologicamente, os solos são constituídos por xistos, grauvaques, granitos, ferro, explorado antigamente nas fundições de Machuca e Foz de Alge e ouro, explorado durante a época romana, sendo provável a realização de trabalhos de prospecção num futuro próximo. Os solos são pouco espessos, de fertilidade reduzida, predominando os litossolos.

Em termos climáticos, Figueiró dos Vinhos está localizado numa zona de transição entre um clima de influência atlântica e continental mediterrânico. No Verão, de Junho a Setembro, a temperatura média ronda os 20°C, no Inverno, de Dezembro a Março, aproxima-se dos 13°C. De Novembro a Fevereiro, registam-se os valores de pluviosidade mais elevados e de Julho a Agosto os valores mais baixos. Quanto à humidade relativa, entre Dezembro e Março, é elevada durante a manhã, apresentando valores superiores a 80%, sendo mais baixa nos meses de Verão, com valores de 66% durante a manhã e de 47% durante a tarde.

O território do concelho apresenta uma rede hidrográfica bastante densa, sendo atravessado de norte a sul pela ribeira de Alge, afluente do rio Zêzere e onde desagua a ribeira de Ana de Aviz. O concelho inclui-se na bacia hidrográfica do Zêzere, uma vez que é delimitado a sul pela albufeira de Castelo de Bode.

O coberto vegetal foi sofrendo alterações ao longo do tempo. A figueira, a videira e a oliveira têm vindo a perder importância. O manto arbóreo é também constituído por tojo, giesta, esteva, carqueja, feto, medronheiro e silva. O território é densamente florestado por eucaliptos, pinheiros bravos e, em menor quantidade, por castanheiros, sobreiros, azinheiras, carvalhos, salgueiros e plátanos. O solo é ocupado maioritariamente por floresta ($\pm 63\%$), por terrenos incultos ($\pm 20\%$), e por terrenos de agricultura ($\pm 11\%$), devido à fraca aptidão dos solos para esta (GASPAR, 2004) actividade.

Retrato Populacional

A sede do concelho apresentou nos últimos cinquenta anos um constante decréscimo populacional, que se deve ao envelhecimento da população, à baixa taxa de natalidade e a um importante fluxo migratório para os grandes centros urbanos e para o estrangeiro.

Salienta-se a seguinte contradição: o concelho tem simultaneamente uma elevada taxa de analfabetismo e um elevado número de indivíduos com o ensino superior. A vila, sede de concelho, é o maior aglomerado urbano, com cerca de 40% da população.

Retrato Económico

Figueiró dos Vinhos vem revelando, ao longo das últimas décadas, uma tendência de crescimento do sector terciário e uma redução progressiva das actividades agrícolas, manufactureiras e industriais.

A agricultura e a pecuária ocupam cerca de 10% da população, sobretudo através do olival, das culturas forrageiras e da suinicultura, predominando o minifúndio. A produção de vinho e de azeite tem vindo a perder importância.

A floresta é o principal recurso natural do concelho e são várias as actividades económicas associadas a este sector, destacando-se as indústrias da serração e de transformação de madeiras, como a carpintaria.

O sector do comércio e dos serviços assume assim um papel preponderante na criação de postos de trabalho e assenta o seu crescimento no pequeno comércio a retalho e no aumento de empregabilidade nos serviços públicos relacionados com a administração local e central. Actualmente o sector terciário representa mais de metade da população activa.

O turismo é da maior importância para Figueiró dos Vinhos, concelho apelidado de “Sintra do Norte” pelo pintor José Malhoa, pelo menos desde os anos trinta do século XX, em que foi elevada à categoria de estância turística. Situa-se na maior mancha verde da Europa e possui uma vasta gama de recursos, contando-se entre os seus atributos exemplos relevantes de património natural e paisagístico, a foz da ribeira de Alge e quatro praias fluviais (Fragas de S. Simão, Alge, Campelo e Aldeia de Ana de Aviz), de património cultural edificado (vários monumentos classificados) e de

património etnográfico (artesanato, festas e romarias e a gastronomia local⁶³). O concelho está actualmente inserido na Região de Turismo do Centro.

Retrato Histórico

Os primeiros vestígios humanos encontrados no actual concelho datam, muito provavelmente, da Idade do Bronze Final⁶⁴. A população deste período dedicou-se sobretudo às explorações agro-pastoril e mineira. Na época romana⁶⁵, o território pertence às províncias da Hispânia Ulterior e depois da Lusitânia e na órbita de duas importantes cidades romanas, *Conimbriga*, actual Condeixa-a-Velha e *Sellium*, actual Tomar. A presença muçulmana manifesta-se na toponímia de três aldeias do concelho, Almofala de Cima e Almofala de Baixo na Freguesia da Aguda, e Marvila na Freguesia das Bairradas.

D. Afonso Henriques procedeu, em 1135, à doação da herdade do Pedrogão a Usberto, Munio e Fernando Martins. A herdade incluía o actual território dos concelhos de Figueiró dos Vinhos e de Pedrogão Grande, e parte dos actuais concelhos de Castanheira de Pêra, Ansião e Alvaiázere. D. Sancho I, seu filho, procedeu, em 1174, à doação do reguengo de Monsalude, equivalente ao espaço da herdade do Pedrogão, mais as terras até Ferreira do Zêzere, ao seu irmão, D. Pedro Afonso⁶⁶ (filho ilegítimo de D. Afonso Henriques), que viria a outorgar a carta de foral à Vila de Figueiró dos Vinhos em 1204.

⁶³ São exemplos da gastronomia local a truta, o achigã, a carpa, o rancho, o «pão de ló de Figueiró», as castanhas doces e os pingos de tocha.

⁶⁴ O local Castro da Serra do Castelo, localizado da freguesia de Arega, , datado da Idade do Bronze Final, aparece citado nas obras Gaspar, Jorge et alii, 2004: 58 e Batata e Gaspar, Levantamento Arqueológico de Vila de Rei Abrantes, Fundação para o Estudo e Preservação do Património Histórico e Arqueológico, Local: edição, ano, pág 14. No entanto, em contacto com o Presidente da Junta de Freguesia, não foi possível localizar o referido local, sendo estes vestígios desconhecidos

⁶⁵ Cf. <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=50131>, (consultado em Julho de 2012), Neste site refere-se a existência de um sítio arqueológico denominado Olival, com ficha nº 3364, de tipo *Villa*, do período romano, no distrito de Leiria, concelho de Figueiró dos Vinhos, freguesia de Aguda, .. Não existem referências a trabalhos ou fotografias dos mesmos. A ficha remete apenas para uma a edição do *Jornal de Leiria* de 1981. No entanto, em contacto com o Presidente da Junta de Freguesia, foi possível localizar um local denominado Olival, existente na freguesia, mas não os referidos vestígios arqueológicos.

⁶⁶ Filho ilegítimo de D. Afonso Henriques, é terra-tenente de Figueiró a partir de 1174. Foi nomeado por D. Sancho I Alferes-Mor (1179) e Alcaide de Seia (1186). Casou com D. Branca Pires de Sousa. Outorgou também o foral de Pedrogão, em 1206. (GASPAR, GOMES, VICENTE e VIEIRA, 2004).

Já no século XVI (1514)⁶⁷, D. Manuel I outorga uma nova carta de foral à vila de Figueiró dos Vinhos no contexto das reformas manuelinas dos forais, da uniformização do modelo do governo local e do reforço do poder real característico da época moderna. A sobreposição do poder senhorial ao poder municipal conduz à afirmação e emergência do poder local.⁶⁸

A partir do século XVI surgem novas actividades económicas, fruto da construção do Engenho da Machuca⁶⁹, onde se produziam balas, bombas e peças de artilharia e posteriormente das Ferrarias da Foz de Alge⁷⁰, para exploração mineira e transformação do ferro, que durarão, com algumas interrupções, até aos meados do século XIX. Estes novos equipamentos⁷¹ vão trazer técnicos especializados de origem francesa, inglesa e alemã e fazer surgir novas profissões, como os mineiros, os fundidores de ferro, forjadores.

Durante o século XIX, o actual território do concelho foi alvo de várias reformas administrativas. O concelho foi decretado Julgado Municipal em 1835 e elevado a sede de Comarca em 1845, estatuto que perderá em 1857 em favor de Pedrogão Grande, situação que irá reconquistar definitivamente, em 1895, passando a apresentar o figurino judicial e os limites actuais, registando-se apenas uma alteração: a criação da freguesia das Bairradas, em 1985, entretanto anexada à freguesia de Figueiró dos Vinhos.

A vila tornou-se estância privilegiada de uma geração de artistas durante o final do século XIX e o início do século XX, aí trabalhando importantes pintores como José Malhoa, que residiu durante vários anos na sede do concelho e Manuel Henrique Pinto, que ali faleceu, estando sepultado no cemitério da vila, escultores, como José Simões de Almeida Tio e José Simões de Almeida Sobrinho, naturais do concelho e ainda o arquitecto L.E. Reynaud, autor da residência de Malhoa e de diversas obras na Igreja

⁶⁷ A segunda carta de foral foi outorgada a 16 de Abril de 1514. (GASPAR, GOMES, VICENTE e VIEIRA, 2004).

⁶⁸ A construção do Torre Municipal, ainda hoje visitável no centro histórico do concelho, iniciativa de dois juízes e dois vereadores locais, é um testemunho da afirmação do poder municipal. (<http://cm-figueirodosvinhos.pt>, sítio e linha da CMFV consultado em Julho de 2012)

⁶⁹ Esta investigação conduziu-nos ao local actualmente designado Machuca, onde não foi possível descortinar vestígios deste engenho de manufactura do ferro.

⁷⁰ Os vestígios arquitectónicos das Ferrarias da Foz de Alge estão hoje parcialmente submersos mas ainda visíveis durante o Verão.

⁷¹ A obra de António Augusto da Costa Simões, *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega ou dos concelhos de Chão de Couce e Maças de D. Maria em 1848* estabelece uma breve história das fábricas de fundição de ferro da Machuca e da Foz de Alge e localiza o Engenho da Machuca no então concelho de Maças de D. Maria duas léguas acima da foz da ribeira de Alge, na sua margem direita (SIMÕES, 2003).

Matriz, ainda hoje elementos da maior importância do património arquitectónico do concelho.

As últimas décadas de oitocentos e o início do século XX são palco de uma grande efervescência cultural no concelho marcada pela criação e publicação de inúmeros jornais⁷², pela presença das personalidades referidas acima, pela fundação de diversas filarmónicas⁷³ e de clubes, como o Club Figueiroense⁷⁴.

As primeiras décadas do século XX são sinónimo de desenvolvimento industrial, comercial, económico e social no concelho, de que são exemplos a construção da barragem da Bouça, sob a égide da Hidroeléctrica do Zêzere (actual EDP), ainda em funcionamento, e o desenvolvimento do comércio de lanifícios, cuja rede comercial abrangia todo o país.

Retrato patrimonial

Património cultural imóvel

O Centro Histórico encontra-se delimitado no Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos⁷⁵. A sua inventariação e classificação como conjunto de interesse municipal poderá sustentar-se na relevância da sua protecção e valorização enquanto um todo porque representa um valor cultural de significado predominante para o município⁷⁶ e no seu interesse enquanto testemunho simbólico, religioso e de factos históricos, pelo seu valor estético, técnico e material intrínsecos, pela sua concepção arquitectónica, urbanística e paisagística, pelo seu significado para a memória colectiva do concelho e dos seus habitantes, pela sua importância do ponto de vista da investigação histórica e pela manutenção da sua integridade⁷⁷.

O Centro Histórico é constituído pelos seguintes bens culturais imóveis:

⁷² Podemos citar os seguintes exemplos: *o Trabalho, o Futrica, O Zêzere, O Figueiroense, Escola do Povo, A Primavera, O Echo de Figueiró, O União Figueiroense. A Tesoura e a Regeneração*.

⁷³ Entre as agremiações musicais constam a Filarmónica Figueiroense e a Escola de Amadores de Música, posteriormente denominada Filarmónica União Republicana Figueiroense.

⁷⁴ O Club Figueiroense foi fundado em 1893 pela acção dinamizadora de José Malhoa, de Henrique Pinto e de Simões de Almeida, Tio e Sobrinho, entre outros.

⁷⁵ Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos, Regulamento, *Diário da República*, II Série, 25-08-1992, Lisboa.

⁷⁶ Ver nº 6 do artigo 15º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização cultural do património cultural.

⁷⁷ De acordo com os artigos 14º, 15º 16º, 17º e 18º da Lei nº 107/2001 de Setembro.

1. A Igreja de São João Baptista, localizada na Praça do Município, propriedade da Igreja e classificada como monumento nacional⁷⁸. A sua construção datará do final do século XV, muito provavelmente da responsabilidade dos frades do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Revela uma planta longitudinal, com três naves, separadas por colunas de granito com capitéis jónicos na capela-mor, com abóbada de berço e um coro-alto com arco rebaixado. O portal maneirista é encimado por uma imagem do orago ladeada por janelas de moldura e gradeamento neogóticos. A sua arquitectura pode ter-se inspirado na Igreja de São João Baptista de Tomar. O edifício já foi alvo de várias intervenções arquitectónicas e de conservação e restauro: instalação de um órgão em 1689; colocação de painéis de azulejos e de um retábulo, em talha dourada, no altar-mor e abertura de janelas na fachada (século XVIII).

O projecto de reconstrução da fachada da Igreja da autoria do arquitecto L.E. Reynaud data do início do século XX, enquanto que a demolição de anexos adossados à fachada se situa entre 1940 e 1942, que como outras obras se inserem nos restauros realizados, tanto neste período como no período de 1966-1972⁷⁹.



Ilustração 6 - "Igreja de Figueiró" - Pintura de José Malhoa, Ano de 1921⁸⁰

2. O Convento de Nossa Senhora do Carmo, propriedade da Igreja foi construído entre 1601 e 1607, por ordem de D. Pedro de Alcáçova de Vasconcelos, senhor de Figueiró dos Vinhos e de Pedrógão Grande e por influência de Frei Ambrósio Mariano. Albergava uma comunidade de carmelitas descalços. A sua arquitectura original é

⁷⁸Ver Decreto nº 8331 de 17 de Agosto de 1922.

⁷⁹Tais como a reconstrução do telhado do pavimento dos claustros, cintagem de betão das paredes, remodelação da instalação eléctrica, construção de sanitários, restauro do reboco, da carpintaria, da caixilharia e pintura, tanto no interior como no exterior da Igreja, estas últimas intervenções datáveis de 1966 a 1972. Ver http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1782 (consultado em Março de 2013)

⁸⁰<http://www.flickr.com/photos/bmfigueiroidosvinhos/sets/> (Consultado em Agosto de 2012)

maneirista. Localiza-se na Rua dos Bombeiros Voluntários, à saída da vila para sul. A frontaria é aberta por galilé de três arcos e encimada por um nicho com a imagem de Nossa Senhora do Carmo. A igreja possui uma única nave, abobadada com duas capelas e confessionários nas tribunas. O coro-alto está assente num arco rebaixado e a cúpula da nave está estruturada em cruzeiro. Os braços do transepto estão cobertos por uma abóbada de berço e têm dois altares. A capela-mor está coberta por um retábulo em talha dourada. O convento foi fundado depois da realização de um Capítulo Provincial que ocorreu em Coimbra em 1624, sendo destinado à função de Colégio das Artes para estudo da Filosofia, Teologia e Línguas Clássicas. Em 1625 passou a designar-se Colégio de Nossa Senhora do Carmo. A Igreja, com retábulo maneirista na Capela-Mor de particular interesse, mantém a função cultural, ao contrário do convento, extinto em 1834. Posteriormente serviu como sede e hospital da Misericórdia e de diversos serviços autárquicos. O espaço foi alvo de algumas intervenções de conservação e restauro entre 1995 e 1998, sendo que, em 1995, a ala nascente do corpo sul do convento foi cedida à Câmara Municipal para instalação da Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio), o que representa uma excelente forma de reabilitação e de salvaguarda do património cultural.



Ilustração 7 - "Convento de Figueiró dos Vinhos", Pintura de Manuel Henrique Pinto, Ano de 1897/98⁸¹

3. A Cruz de Ferro, propriedade do município, localizada na Rua Dr. António José de Almeida, foi uma das últimas peças fabricadas nas Ferrarias da Foz de Alge e encontra-se em vias de classificação. Trata-se de uma cruz achatada em ferro com terminações lanceoladas, alto-relevo de Cristo crucificado com as insígnias da Paixão

⁸¹<http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/sets/> (Consultado em Agosto de 2012)

em contraste. Datada de 1816, a sua colocação naquele local poderá dever-se à comemoração de uma festividade religiosa.

4. O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, localizado junto à Escola Secundária, está em vias de classificação, não tendo sido ainda identificada a data de construção. Tem planta longitudinal com nave única, capela-mor e prolongamento alpendrado exterior, foi construído em alvenaria e em cantaria, o frontispício é encimado por uma cruz, o orago está representado num painel azulejar, o interior possui um coro-alto com balaustrada, pavimento em tijoleira e tecto em madeira em três planos, sendo possível aceder à capela-mor por um arco triunfal, ladeado por dois altares com um retábulo em talha policromada com um nicho em cada lado.

O espaço é propriedade da Igreja, registando-se-se apenas uma intervenção de restauro, da iniciativa da Comissão do Santuário (1956).

5. A Capela do Mártir São Sebastião, localizada no interior da Vila de Figueiró dos Vinhos, é propriedade da Igreja, possui no seu interior três imagens quinhentistas em pedra, um altar-mor dedicado a São Sebastião e altares laterais dedicados a São Brás e a São Roque. Tem as suas festividades anuais a 21 de Janeiro.

Foi-lhe recentemente retirado um coro servido por uma escada de pedra construído no interior do alpendre. Encontra-se em processo de classificação como imóvel de interesse municipal.

6. A Torre Municipal, propriedade da autarquia, está situada na Rua do Relógio, em pleno centro histórico. Igualmente conhecida como Torre Comarcã ou Torre da Cadeia, foi declarada Imóvel de Interesse Público⁸². O edifício foi construído em 1506, como sinal da afirmação do poder dos magistrados municipais, tendo adquirido posteriormente a funcionalidade de cadeia comarcã. A Torre apresenta uma planta quadrangular, coroada com uma fiada de merlões chanfrados assentes num murete, em estilo gótico, o que constitui um caso único na região. A entrada faz-se através de uma porta em arco, aberta para a Rua do Relógio, encimada por uma lápide⁸³ com a data de construção e o nome dos seus responsáveis. A Torre possui ainda frestas abertas no

⁸² Decreto nº 28/82, de 26 de Fevereiro.

⁸³ No sítio em linha da CMFV: <http://cm-figueiroidosvinhos.pt> (consultado em Julho de 2012), podemos confirmar a inscrição nesta lápide: “*Na era de 1506 se fez esta obra sendo juizes D. Diogo da Aguda e Garcia Rodrigues e vereadores Gonçalo Moniz e Afonso Estevão, e procurador Pedro Rodrigues, valendo o pão e o vinho a setenta réis*”.

último piso e foi construída em alvenaria e cantaria de granito, registando-se uma intervenção de restauro⁸⁴ em 1994. Está aberta ao público, podendo ser visitada livremente. No interior existe uma escada em metal que conduz ao miradouro, donde se desfruta uma vista espectacular sobre a vila e paisagem circundante.

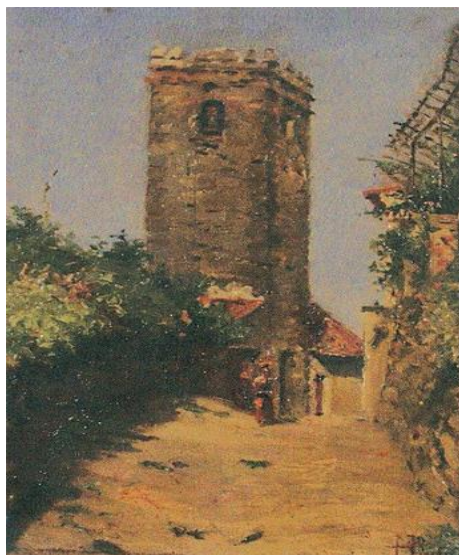


Ilustração 8 - "Torre da Cadeia Velha" - Pintura de Manuel Henrique Pinto - Ano de 1909⁸⁵

8. A Fonte das Freiras⁸⁶, propriedade municipal, está localizada junto à cerca das Freiras, foi erigida em alvenaria e cantaria e ainda hoje é utilizada pelos figueiroenses. A data de 1692, colocada em moldura aposta na face frontal do monumento, corresponde possivelmente à data de construção ou de inauguração ou de uma eventual beneficiação. A fonte é constituída por uma cisterna e um tanque quadrangular. A cisterna de embasamento possui três degraus em forma de U, colocados em arquibancada, quatro faces cunhais de cantaria e é encimada por um coruchéu hexagonal. A fonte tem também duas bicas com uma porta encimada pela moldura com a data acima referida, um bebedouro e um lavadouro, registando-se algumas intervenções de restauro da responsabilidade da Câmara Municipal (1898 e 1997).

⁸⁴Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre a Torre da Cadeia Comarcã consultado em linha em <http://www.igespar.pt> no dia 19-07-2012 às 19h54. O restauro consistiu na reparação do telhado, do seu interior e na reconversão do espaço para miradouro.

⁸⁵Ver sítio em linha: <http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/sets/> (Consultado em Agosto de 2012)

⁸⁶ A Fonte das Freiras é muito provavelmente o único vestígio do Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação, vendido a um particular na sequência da extinção das ordens religiosas, em 1834 e posteriormente demolido. (MEDEIROS, 2002)

9. “O Casulo”, propriedade municipal, está classificado como Imóvel de Interesse Municipal⁸⁷ e foi mandado construir pelo pintor José Malhoa. A sua planta arquitectónica distribui-se por dois corpos rectangulares em forma de T: o corpo orientado para norte tem um piso térreo e sótão e funcionava como atelier do pintor, o segundo corpo é fruto de uma ampliação projectada pelo arquitecto L.E. Reynaud e executada por Júlio Soares Pinto e Manuel Granada, em 1898, com cave, dois pisos e sótão, destinado a zona residencial. O espaço possui uma varanda, virada para Este com alpendre e uma varanda fechada, virada a Norte. Os seus dois braços são unidos por um torreão de cujo interior se ascende ao sótão. A porta principal está aberta para sul, com paredes rebocadas e pintadas a cor de tijolo. As janelas têm molduras em pedra rústica, com vergas, cornijas e frisos de azulejos da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro. O interior possui uma pequena sala revestida a couro trabalhado, tecto forrado a madeira e escadaria para o sótão no torreão. No exterior existe um jardim e um tanque ao gosto da época. O espaço foi doado à Sociedade Nacional de Belas Artes, após a morte do pintor e vendido em hasta pública posteriormente (GASPAR, 2004).

Foram aí realizadas algumas intervenções de conservação, anteriores ao processo de classificação. O edifício foi adquirido pela Câmara Municipal, em 1982, tornando-se a sede do Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos, em 1985, data em que também foram efectuadas novas obras de restauro, estando neste momento a decorrer novos trabalhos de conservação do edifício, recentemente concluídos.

10. O edifício conhecido como “Solar” está localizado na Praça do Município em pleno Centro Histórico. É propriedade privada e foi mandado construir, muito provavelmente, por Manuel Godinho de Sá, em 1681 (data inscrita no frontispício) (GASPAR, 2004). Sobrevivem ainda a traça do corpo principal e alguns elementos da fachada do edifício primitivo: o portal do tímpano triangular, a moldura em cantaria, duas das três janelas do piso superior e a moldura de armas do Capitão Manuel Godinho de Sá, constituída por Cruz de Cristo, elmo e timbre com mão empunhando espada.

Património Cultural Etnográfico

O concelho possui um vasto património etnográfico associado a festas, romarias, feiras e tradições orais que importa inventariar e preservar para a posteridade:

⁸⁷ Ver o Decreto nº 28/82, I Série, nº 47, de 26-02-1982, que classifica a Casa mandada construir pelo pintor José Malhoa e conhecida por “O Casulo”, como Imóvel de Valor Cultural e Interesse Municipal

1. A festa anual em honra de S. João Baptista decorre durante todo o mês de Junho, culmina no dia 24, feriado municipal e integra um conjunto de actividades: feira de artesanato, mostra das actividades económicas, mostra gastronómica, espectáculos musicais, actividades desportivas e outras manifestações populares.

2. A Feira de S. Pantaleão, associada ao fim da época de colheitas e ao tratamento dos cereais, realiza-se nos dias 26, 27 e 28 de Julho. Tem fortes raízes medievais, concentra feirantes de todo o país e inclui espectáculos de animação popular, teatro e música, sendo também tempo de visita da diáspora figueiroense.

3. A Feira de S. Simão, também conhecida por Feira das Nozes, está associada ao ciclo agrícola da colheita dos frutos secos, da produção de vinho e das sementeiras de Inverno. Realiza-se no dia 28 de Outubro junto à ermida homónima, na freguesia da Aguda.

4. O Carnaval (MEDEIROS, 2002) é uma das principais festividades da vila, teve a sua primeira edição em 1973 e mobiliza os figueiroenses, organizados pelos seus bairros, lugares e freguesias e consiste num cortejo de carros alegóricos de cariz popular realizado ao Domingo e Terça-feira seguinte.

5. Damos alguns exemplos de *Lainte*, gmuito provavelmente relacionada com a existência de unidades de manufactura e indústria têxtil no concelho de Castanheira de Pêra, de que podemos citar alguns exemplos: sub e acidema (acima), aroga (agora), ardina (aguardente), bodêca (boca), paiontro (dono), entre muitas outras (MEDEIROS, 2002).

Património cultural móvel

1. Colecção de arte sacra integrada na Igreja Matriz:

a) O túmulo do Senhor de Figueiró, Rui Vasques Ribeiro e de sua mulher D. Violante de Sousa, de autoria desconhecida, datado da segunda metade do século XIV. Está assente sobre leões, com figuras de anjos a segurar os brasões e legenda de caracteres góticos.

b) Pintura sobre tela “O Baptismo de Cristo”, da autoria de José Malhoa, datado de 1904, que retrata o baptismo de Cristo por S. João Baptista.

c) Cristo Crucificado esculpido por Simões de Almeida (Sobrinho).

d) Conjunto de Painéis, azuis e brancos, distribuídos por dois andares, de programa iconográfico dedicado a S. João Baptista, com moldura de folhagens. Os painéis retratam no andar superior S. João Baptista a brincar com o menino e o cordeiro e a dança de Salomé e no andar inferior podemos observar o nascimento de S. João Baptista, a cena da Visitação e da Anunciação, sendo visíveis do lado oposto, em cima, a cena da Circuncisão e um escriba que escreve a seguinte mensagem numa filactera : IOANNIS EST NOMEN SUUM (O seu nome é João). Na zona inferior podemos observar a Decapitação, o Baptismo e São João pregando. Este conjunto está datado de 1706, estando a data numa cartela sobre a porta. A sua autoria foi atribuída por Gustavo de Matos Sequeira aos pintores de azulejo Oliveira Bernardes. Todavia Santos Simões atribuiu-os ao Mestre P.M.P.

e) Estátua de S. João Baptista, da autoria de Simões de Almeida tio, colocada no frontispício da Igreja.

2. Colecção de arte sacra integrada no Convento de Nossa Senhora do Carmo:

a) Pintura sobre tela de Josefa de Óbidos, datada de 1673, que retrata a Aparição de Cristo a São João da Cruz.

b) Paineis de Azulejos de padrão azul e amarelo sobre esmalte branco datados do século XVII, que revestem a parede da capela do lado sul.

c) Paineis de azulejos em azul e branco com brutescos envolvendo medalhões com a representação de S. Paulo e de Santa Clara que também revestem a parede da capela do lado sul.

d) Lápide sepulcral de D. Pedro de Alcáçova.

e) Lápide sepulcral de D. Maria de Meneses (esposa de D. Pedro de Alcáçova).

f) Lápide sepulcral do Conde de Figueiró dos Vinhos D. Francisco de Vasconcelos.

g) Lápide sepulcral de D. Ana de Vasconcelos e Meneses (esposa de D. Francisco de Vasconcelos).

h) Santo Alberto. Escultura com cerca de 1,20m de altura, de estilo barroco, colocada no nicho esquerdo do piso superior do Retábulo-Mor: o livro aberto deitado

representa o grau de Doutor da Igreja e o conhecimento da ciência que Deus emprestara aos homens.

Santo Elias. Escultura com cerca de 1m de altura, colocada no nicho direito do piso superior do Retábulo-Mor. Exibe na mão esquerda um pequeno templo.

i) São João da Cruz. Escultura de estilo barroco, com cerca de 1,20m de altura, colocada no nicho direito do piso inferior do Retábulo-Mor. Tem um livro meio aberto na mão.

j) Santa Teresa de Jesus. Escultura com cerca de 1,20m de altura, colocada no nicho esquerdo do piso inferior do Retábulo-Mor, ostenta um livro aberto na mão esquerda.

l) Nossa Senhora do Carmo com o Menino. Escultura com cerca de 1,30m de altura, a que se acrescenta a coroa, colocada no centro do Retábulo-Mor e que tem no braço direito um escapulário do Carmo. Apresenta traços maneiristas, embora seja considerado do período barroco.

m) Imagem da Capela de Francisca Evangelha.

n) Capela de S. José, podendo observar-se, da esquerda para a direita, S. Joaquim, S. José e Santa Ana.

o) S. Sebastião. Escultura, com cerca de 0,90m de altura, colocada no retábulo esquerdo do transepto.

p) Nossa Senhora da Conceição. Escultura do barroco pleno, com cerca de 1,07m de altura, colocada no retábulo direito do transepto. A figura está a orar, de rosto voltado para o céu, ricamente vestida. A sua imagem está assente num globo dourado e numa meia lua também dourada. Esmaga uma serpente com o pé direito.

q) S. João Nepomuceno. Escultura, com cerca de 0,80m de altura, em barro policromado. Necessita de uma intervenção de conservação e restauro, encontrando-se em espaço resguardado. Estava originalmente localizada no lado esquerdo do retábulo de S. Sebastião.

3.2 Edifícios, realidades e projectos museológicos e para-museológicos do concelho de Figueiró dos Vinhos

Projecto do Museu Municipal

A Vila de Figueiró dos Vinhos foi, até aos anos quarenta do século passado, um ninho de artistas, de tal modo que a sua “Escola Naturalista” perdurou ao longo das décadas seguintes. Tal influência manifestou-se, em grande parte, através da realização de duas exposições temporárias, a primeira organizada por altura do septuagésimo quinto aniversário do nascimento de José Malhoa (1930) e a segunda no ano seguinte.

Tais exposições demonstraram bem a vitalidade da pintura nesta localidade e a remanescência dos valores artísticos deixados à comunidade por José Malhoa e Henrique Pinto.

Outro exemplo dessa remanescência são as discípulas de José Malhoa, como Beatriz Lacerda, e, mais recentemente, de pintores como José Viola, professor da Universidade Sénior local.

Por estas razões, a Câmara Municipal idealizou um Museu de Arte Naturalista, junto do Casulo José Malhoa, residência e atelier de trabalho do artista, um dos maiores pintores naturalistas portugueses do século XIX e XX.

Este projecto nasceu por inspiração do executivo camarário do quadriénio de 2005-2009, por vontade do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Engº Rui Silva e do seu Vice-Presidente, Dr. Álvaro Gonçalves (1959-2012). Ambos tinham pertencido à direcção do Centro Cultural.

Para a concretização deste projecto, seria necessário um espólio de dimensão adequada que pudesse constituir o acervo do Museu. Existe, de facto, espólio, nomeadamente pinturas de José Malhoa, na posse de particulares residentes no concelho e também um vasto espólio de Henrique Pinto, pertencente ao bisneto do pintor, residente em Leiria. Podemos até consultar as obras de Henrique Pinto no Catálogo da Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos. No entanto, tem-se verificado, até ao momento, muito difícil a aquisição deste espólio por parte da Câmara Municipal.

Face a estes condicionalismos, chegou-se à conclusão de que não existia espólio que pudesse constituir o acervo do Museu Municipal de Arte Naturalista.

O Dr. António José Silva (1962-2012), responsável pela subunidade de cultura da CMFV idealizou o Centro de Artes José Malhoa, que previa uma interligação entre este último, o Casulo José Malhoa e o Clube Figueirense-Casa da Cultura. Após a sua morte prematura, o projecto passou para a responsabilidade do Dr. Fernando Pires,

director do Clube Figueiroense-Casa da Cultura. O projecto actual denomina-se Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos, com inauguração prevista para Junho de 2013.

Equipamentos culturais do concelho

O **Clube Figueiroense-Casa da Cultura** tem mais de um século de existência. É um espaço de confraternização e preservação das manifestações culturais concelhias, considerado um espaço cultural por excelência. O edifício e a instituição são guardiões da memória dos seus fundadores, nomes sonantes das Artes e da Literatura. Estas personalidades (José Malhoa, Henrique Pinto, Simões de Almeida, tio e sobrinho, entre outros), naturais ou residentes em Figueiró dos Vinhos, deram um contributo decisivo à cultura portuguesa. No Clube Figueiroense-Casa da Cultura podemos usufruir de um Auditório, que permite uma utilização multifacetada: como sala de conferências, sala de cinema com projecções semanais, sala de teatro e como palco para a realização de espectáculos musicais e teatrais; e de uma Sala Polivalente, que pode ser utilizada para exhibir exposições de pintura, escultura, fotografia, desenho, banda desenhada e artesanato.



Ilustração 9 - Clube Figueiroense - Casa da Cultura⁸⁸

A **Casa Municipal da Juventude** é um espaço de lazer e de formação instalado num edifício amplo e moderno especialmente vocacionado para o desenvolvimento dos jovens. Dispõe de um Espaço Internet, onde são realizadas acções de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação e de uma Rede *Wireless* que se estende a todo o núcleo central da vila de Figueiró dos Vinhos, de uma sala multiusos, de uma

⁸⁸ Ver sítio em linha da CMFV: <http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/cultura-club-figueiroense.html> (consultado em Abril de 2013)

sala de trabalho e de uma sala polivalente. Tem uma programação anual com actividades de ocupação dos tempos livres levadas a cabo em parceria com o Instituto Português da Juventude: provas desportivas, exposições de pintura, de desenho, de máscaras e feiras de antiguidades e velharias.



Ilustração 10 - Casa Municipal da Juventude⁸⁹

A **Universidade Sénior de Figueiró dos Vinhos (USFIG)** está destinada a pessoas maiores de cinquenta anos. Oferece uma gama variada de actividades sócio-culturais, educativas, recreativas e de ensino informal em horário laboral e pós-laboral, ministrando aulas de segunda a sexta-feira nas disciplinas de Português, Inglês, Saúde e Bem-Estar, Cidadania, Informática, História Local, Regional e Património, Pintura, Artes Decorativas, Ginástica Sénior, Hidroginástica, Intercâmbios Culturais, Xadrez e Damas, Canto e Música.

A **Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio)** foi inaugurada em 21 de Outubro de 2001. Possui uma área útil de 745,85m² e um fundo documental de cerca de 12 000 volumes, 34 000 documentos, onde se incluem 4 000 audiovisuais. Está dividida em sete áreas funcionais: a recepção, a sala de adultos, a sala de multimédia, a sala infanto-juvenil, a sala polivalente, o anfiteatro ao ar livre e a área destinada aos serviços internos. Presta serviços de leitura, de educação, de cultura e de recolha, preservação e divulgação da história, cultura e tradições do concelho. Os seus princípios orientadores têm por base o Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas.



Ilustração 11 - Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio)⁹⁰

⁸⁹ Ver sítio em linha da CMFV: <http://cm-figueiroidosvinhos.pt/c/galerias.html> (consultado em Abril de 2013)

3.3 A ideia de Museu Municipal para Figueiró dos Vinhos

Esta instituição será, portanto, um mecanismo de promoção do desenvolvimento local, dotado de uma programação museológica que seja um reflexo da sua vocação e facilite a realização da sua missão e dos seus objectivos, em particular a comunicação, promoção e a divulgação do museu e do seu património para os vários géneros de públicos, crianças, jovens, estudantes universitários, investigadores e público sénior.

Neste sentido, a instituição museológica poderá entrar em contacto permanente com outros museus municipais, instituições de ensino superior e outras de objectivos similares, com a participação e co-responsabilização da sociedade civil, em particular da sociedade figueiroense, tendo em vista a valorização cultural e natural do concelho.

O museu deverá também promover a investigação histórica e arqueológica de várias áreas do antigo convento actualmente em ruínas, nomeadamente a Hospedaria, a Livraria, o Lagar, o Celeiro, o Telheiro, o Espaço do Jogo da Pela, o Sistema de Irrigação, os Tanques e o Poço de Santo Elias. Procederá também à conservação e restauro dos bens culturais que integrem as suas colecções e à organização de exposições temáticas, temporárias e permanentes para melhor fruição do público.

O património do concelho é constituído pelos seguintes elementos: o Centro Histórico, os vestígios arqueológicos, artísticos e históricos associados à presença humana no território do concelho durante a Pré-História, a presença romana e a Idade Média, Moderna e Contemporânea, o património antropológico e etnológico relacionado com o Carnaval, a Festa de S. João Baptista, a Feira de S. Simão e de S. Pantaleão, o património histórico e artístico que atesta a presença no concelho de grandes vultos da pintura, da escultura e da arquitectura como José Malhoa, Henrique Pinto, Simões de Almeida Tio e Sobrinho e Luís Reynaud e o seu impacto na consciência e na memória colectiva de Figueiró, o património etnográfico, técnico e industrial relacionado com as principais actividades económicas agrícolas e industriais do concelho ao longo da sua existência, tais como a indústria do ferro e do papel, a produção de vinho e de azeite e o comércio de lanifícios.

A ideia do MMFV assenta na missão, vocação e objectivos que explanarei de seguida.

⁹⁰Ver sítio em linha da Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio) <http://www.bmfigueiroduosvinhos.com.pt/> (consultado em Abril de 2013)

Quais deverão ser a Missão e a Vocação do MMFV?

A missão do MMFV consistirá, portanto, em ser testemunho da identidade, da memória, da história, da geografia, da população, da economia, do património, do território do concelho e da sua comunidade. Além disso, deverá garantir um destino unitário para o conjunto de bens culturais, valorizando-os através da sua incorporação, investigação, conservação, preservação, exposição e divulgação. E entre esses bens culturais salientamos, pela sua importância a vários níveis – artístico, cultural e histórico - a herança deixada pelos pintores José Malhoa, Manuel Henrique Pinto e Simões de Almeida tio e sobrinho.

Terá por missão, ainda, preservar o património material e imaterial associado às grandes actividades económicas do concelho: a produção de azeite e de vinho e a indústria do papel e do ferro; exercer um esforço permanente de construção das memórias sociais associadas às festas e feiras tradicionais; reconhecer, identificar, proteger e salvaguardar os bens culturais para que deles possa beneficiar a comunidade local, as comunidades circundantes, a região e o país; estabelecer a herança cultural que deverá ser preservada e transmitida para a posteridade.

O MMFV está vocacionado para a aquisição, investigação, conservação, divulgação e valorização dos testemunhos do homem na área do concelho, tendo uma perspectiva local e com os objectivos de reforçar a memória e a identidade locais e contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentado.

Que objectivos deve prosseguir?

O Museu, que se propõe, deve prosseguir objectivos, tanto de carácter social, como cultural e educativo, sem esquecer as suas responsabilidades a nível do desenvolvimento integrado e sustentado do município onde se insere.

Objectivos sociais:

1. Garantir a preservação da identidade e da memória colectiva do concelho e dos seus habitantes e dos vestígios arqueológicos, arquitectónicos, artísticos, históricos e etnográficos, materiais e imateriais associados à presença humana no actual território do concelho desde a Pré-História, passando pela presença romana e prosseguindo de forma cronológica pelo desenvolvimento do concelho através da Idade Média, Moderna

e Contemporânea até à actualidade e garantir a sua identificação, protecção, salvaguarda, valorização e divulgação.

2. Promover o contacto permanente através de parcerias e protocolos com outros museus municipais, com universidades, institutos politécnicos e outras instituições públicas e privadas que tenham propósitos similares.

3. Fomentar a participação e a co-responsabilização da sociedade civil, em particular da sociedade figueiroense, na valorização do património arquitectónico, artístico, cultural, histórico, arqueológico, etnográfico, gastronómico material e imaterial do concelho.

Objectivos culturais:

1. Efectuar o inventário, estudo, classificação e recuperação do património móvel e imóvel, material e imaterial do concelho.

2. Investigar, preservar e divulgar o património etnológico e antropológico do concelho, associados às festividades civis e religiosas como a Feira de S. Simão, a Feira de São Pantaleão, o Carnaval e a Festa de S. João, o Láinte, o artesanato e a gastronomia (a produção do mel serrano actualmente integrado na Região Demarcada da Serra da Lousã, a doçaria conventual e o Pão de Ló).

3. Valorizar, destacando-a presença de grandes vultos artísticos no concelho, como os pintores José Malhoa e Henrique Pinto, o arquitecto Luís Reynaud, os escultores Simões de Almeida tio, e sobrinho, e o seu impacto na consciência e na memória colectiva de Figueiró e nos vestígios móveis e imóveis da sua presença.

4. Proceder à investigação histórica sobre várias áreas do antigo convento hoje em ruína: a Hospedaria, a Livraria, o Lagar, o Celeiro, o Telheiro, o Espaço do Jogo da Pela, o Sistema de Irrigação, os Tanques e o Poço de Santo Elias.

5. Investigar, preservar, interpretar e divulgar a actividade industrial desenvolvida no território do concelho: a produção de azeite e papel (PORTELA, 2012), a transformação do ferro e os seus actuais vestígios (Ferrarias de Foz de Alge e da Machuca), a produção de electricidade na barragem da Bouçã pela Hidro-Eléctrica do Zêzere (actual EDP), ainda em laboração, a indústria do turismo, em particular a partir dos anos trinta do século XX, o comércio e a indústria dos lanifícios, a indústria das madeiras e, mais recentemente, a indústria da recauchutagem de pneus.

6. Coordenar a conservação e restauro dos bens culturais que integrem o seu acervo.

7. Organizar as exposições temáticas, temporárias e permanentes para melhor fruição do público.

Objectivos educativos:

1. Planificar e assegurar a prestação de informações sobre o museu;
2. Proceder à marcação de visitas;
3. Promover a cedência de materiais didácticos e pedagógicos;
4. Apoiar projectos na área da educação patrimonial;
5. Preparar e acompanhar a distribuição de materiais de divulgação sobre o MMFV;
6. Articular o MMFV com os restantes equipamentos culturais do concelho;
7. Organizar e promover um pacote anual de iniciativas, em interligação com outras áreas funcionais do Museu, dirigido aos diferentes tipos de públicos-alvo – escolar, juvenil, adulto e outros, com destaque para professores e alunos das escolas do concelho;
8. Fazer *Workshops* que transmitam e divulguem o saber fazer relacionado com as actividades artesanais do concelho;
9. Propor Visitas temáticas ao Centro Histórico, à Mata do Cabeço do Peão, à Igreja Matriz, ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, às Ruínas da Foz de Alge;
10. Organizar conferências, seminários e colóquios relacionados com a missão, a vocação, os objectivos e as colecções do Museu.

Em conclusão e sintetizando o que acabou de ser dito, o MMFV tem como missão preservar e divulgar a identidade e memória do território e da comunidade do concelho onde se insere; está vocacionado para a aquisição, investigação, conservação, divulgação e valorização do património de Figueiró dos Vinhos e persegue objectivos sociais, culturais e educativos devendo também promover o desenvolvimento local integrado e sustentado.

Capítulo 4. Como fazer o Museu de Figueiró dos Vinhos?

A concretização da ideia acima defendida para o MMFV exigiu também o seu enquadramento legal e institucional e a definição dos princípios orientadores do seu programa, plano e projectos museológicos, das funções a desempenhar e das colecções a integrar.

4.1 Instrumentos Legais e Enquadramento institucional.

A criação do MMFV deverá estar enquadrada em legislação nacional e internacional.

Instrumentos legais internacionais

Os museus municipais são regidos por um conjunto de instrumentos legais internacionais que apresentamos a seguir: a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de Outubro de 2003, vertida para a legislação portuguesa através da Resolução da Assembleia da República nº 12/2008, aprovada em 26 de Março, enquanto instrumento de salvaguarda do património cultural imaterial a nível local; o Código Deontológico do ICOM para Museus, de 2009, enquanto regulamento dos padrões éticos e princípios adoptados pela comunidade internacional de museus; a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, assinada em La Valletta, Malta, em 1992, integrada na legislação portuguesa pela Resolução da Assembleia da República nº 71/97, de 16 de Dezembro, instrumento de protecção do património arqueológico enquanto fonte da memória colectiva e ferramenta de estudo histórico e científico; a Convenção da Unesco sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da Unesco que teve lugar em Paris em 2 de Novembro de 2001, que reconhece a importância do património cultural subaquático enquanto parte integrante do património da humanidade e a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005 e aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 47/2008, de 12 de Setembro, que reconhece a responsabilidade individual e colectiva quanto ao património cultural e a importância da conservação do património para o desenvolvimento e qualidade de vida das populações.

Cartas e recomendações internacionais

O MMFV, enquanto instrumento de protecção do património do concelho, deverá proceder em conformidade com os princípios defendidos no seguinte conjunto de cartas e recomendações internacionais: Carta de Atenas de 1931, enquanto instrumento de definição de princípios gerais e doutrinas relativas à protecção de monumentos; Convenção de Paris no âmbito da Convenção Cultural da Europa do Conselho da Europa, de 19 de Dezembro de 1954; Carta de Veneza, que estabelece os princípios internacionais para a Conservação e a Restauro dos Monumentos e dos Sítios, de 31 de Maio de 1964; Convenção de Londres para a Protecção da Herança Arqueológica aprovada pelo Conselho da Europa a 6 de Maio de 1969; Convenção do Património Mundial para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural aprovada pela Unesco em Paris em 23 de Dezembro de 1972; Carta Europeia do Património Arquitectónico aprovada pelo Conselho da Europa de 26 de Setembro de 1975 e Proclamada no Congresso sobre o património Arquitectónico Europeu, em Amesterdão, de 21 a 25 de Outubro de 1975, onde se defende a importância do património arquitectónico existente em aldeias tradicionais; Carta do Turismo Cultural, aprovada pelo Icomos a 9 de Novembro de 1976; Carta de Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu papel na Vida Contemporânea aprovada pela Unesco em Nairobi a 26 de Novembro de 1976; Apelo de Granada para a Arquitectura Rural na Gestão do Território aprovada pelo Conselho da Europa em 1976; Carta de Florença para os Jardins Históricos aprovada pelo ICOMOS e pelo IFLA em 21 de Maio de 1981; Resolução 813 do Conselho da Europa, de 23 de Novembro de 1983, relativa à Arquitectura Contemporânea; Convenção de Granada para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa aprovada em 3 de Outubro de 1985; Carta das Vilas Históricas produzida pelo ICOMOS em Outubro de 1987; Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, produzida pelo ICOMOS em 1990; Simpósio de Cracóvia relativo à Herança Cultural dos países participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa do CSCE, em 6 de Junho de 1991; Convenção de Londres, revista em La Valetta, Malta, relativa à Protecção do Património Arqueológico aprovada pelo Conselho da Europa em 16 de Janeiro de 1992; Documento de Nara sobre a Noção de Autenticidade na Conservação do Património Cultural, realizada de 1 a 6 de Novembro de 1994; Carta de Cracóvia, de

26 de Outubro de 2000, relativa aos Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.

Instrumentos legais nacionais

O MMFV, enquanto museu municipal, deverá enquadrar-se nos princípios definidos pela legislação museológica nacional que rege os museus municipais e é constituída pelo conjunto de leis, decretos e portarias que apresentamos de seguida: a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural; a Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses e Despacho Normativo nº 3/2006, que define o processo de credenciação dos museus para a respectiva integração na Rede Portuguesa de Museus; o Decreto-Lei nº 19/2006, de 18 de Julho, que enumera os bens culturais móveis sob a tutela do Instituto Português de Museus classificados como bens de interesse nacional e procede à sua descrição; o Decreto-Lei nº 138/2009, de 15 de Junho, que estabelece a constituição do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural; o Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho, que define o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial; o Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 de Junho, que define o regime jurídico relativo aos estudos, projectos, obras ou intervenções em bens culturais classificados ou em vias de classificação; o Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro, que define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis; o Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de Maio, que estabelece a estrutura orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural e a Portaria nº 196/2010, de 9 de Abril, que aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do Património Cultural Imaterial (PCI) e as respectivas normas de preenchimento da ficha de inventário. Define também as condições do processo de identificação, estudo e documentação do PCI.

Enquadramento institucional internacional

O MMFV deverá estar enquadrado nos princípios postulados por um conjunto de instituições internacionais onde consta: o Conselho Internacional de Museus (ICOM); Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS); o Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial; a European Heritage Network; a European Route of Industrial Heritage; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Enquadramento instituições nacional

Os museus municipais, e mais particularmente o MMFV, deverão estar também enquadrado nos princípios defendidos por um conjunto de instituições nacionais que referimos de seguida: o Comité Nacional Português do ICOM (ICOM Portugal); a Secretaria de Estado da Cultura (SEC); a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), que resulta da fusão do IGESPAR e do IMC; a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e a Rede Portuguesa de Museus (RPM).

Associações de Amigos

As associações de amigos não são um instrumento legal ou uma instituição de referência. No caso de Figueiró dos Vinhos, a associação deverá pretender, acima de tudo, constituir-se enquanto apoio do futuro, como acontece em museus municipais que têm este tipo de associações.

Estas instituições podem ser constituídas por pessoas individuais e colectivas, sem fins lucrativos, que desenvolvem o estudo, o inventário, a preservação e a valorização dos bens culturais dos museus através do mecenato e do voluntariado por forma a enriquecer as colecções, a promover a investigação, a realizar exposições, a editar publicações, a desenvolver acções de formação, de defesa do património e de cooperação entre museus.

A existência destas associações é particularmente relevante em museus municipais⁹¹ como o futuro MMFV, para o cumprimento das funções museológicas e sociais e para a abertura do museu à comunidade envolvente e à sociedade em geral.

As associações de amigos dos museus devem ser instituições independentes do ponto de vista logístico e financeiro, possuir um plano estratégico de actuação que vá ao encontro do seu interesse superior e promover actividades próprias inseridas no seu plano de actividades.

Estas associações deverão ainda beneficiar de visibilidade e destaque oferecidos pelas instituições museológicas, através de espaços nas lojas, de vitrinas próprias e de páginas em linha.

⁹¹ Referimos a título de exemplo as Associações do Museu Municipal de Penafiel, do Museu da Olaria de Barcelos, do Museu Municipal de Benavente, do Museu da Chapelaria de S. João da madeira, do Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso, do Ecomeuseu Municipal do Seixal, do Museu Marítimo de Ílhavo

4.2 Projectos e Documentos

Programa Museológico

Denominação

O museu adoptará a seguinte designação: Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos (MMFV) e terá como objectivos dinamizar os seus recursos e patrimónios; criar projectos museográficos adequados aos espaços e recursos patrimoniais a ser integrados na estrutura museológica do concelho; aprovar o programa museológico dos diferentes espaços, funções e actividades do MMFV; adequar os projectos de arquitectura e museografia às expectativas dos públicos, à orientação programática do museu e às responsabilidades determinadas pela incorporação de bens patrimoniais e do acervo museológico; proceder à investigação, preservação, conservação, documentação e difusão, enquanto serviços e áreas funcionais essenciais à actividade museológica; construir espaços e adquirir equipamentos adequados para a instalação de reservas, do serviço de conservação e restauro e educativo, do centro de documentação, da biblioteca, das exposições permanentes e temporárias e da área técnica de museografia; potenciar o desenvolvimento local e a valorização do património cultural e das identidades e memórias colectivas; enquadrar o programa museológico no modelo territorial e funcional do Museu; desenvolver projectos de salvaguarda do património local, de requalificação do espaço urbano, de defesa ambiental e de promoção cultural e turística; mobilizar o interesse e o respeito das comunidades; adequar o projecto museológico às políticas museológicas nacionais e instalar os serviços centrais do museu.

Identificação dos Públicos

O MMFV pretende desenvolver actividades por intermédio dos seus serviços e áreas funcionais que sirvam a população do concelho e abarquem as seguintes tipologias de públicos: escolar (pré-escolar, do 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo, secundário e universitário), especializado e sénior.

Instalações e áreas funcionais

O MMFV deverá dispôr de espaços públicos, semi-públicos e privados. Os espaços públicos serão os seguintes: zona de entrada e de acolhimento, áreas de exposição permanente e de exposições temporárias, salas de serviço educativo, *ateliers*,

auditório, sala de reuniões, sala de consulta do Centro de Documentação, instalações sanitárias, restaurante, cafetaria e loja (de utilização independente da visita ao museu).

Os espaços semi-públicos do MMFV deverão ser: a zona central de acolhimento (servido de parque de estacionamento exterior), as salas de apoio administrativo, o espaço para a associação de amigos do museu, o gabinete de direcção; o espaço de Serviço Educativo; os espaços de investigação e de documentação (Serviço de Investigação, Serviço de Conservação e Centro de Documentação e Informação) e as instalações sanitárias.

O MMFV deverá também dispôr dos seguintes espaços privados: áreas técnicas e logísticas, cais de carga e descarga, espaços de circulação para as áreas de exposição, espaço/armazém de limpeza, sala de documentação, sala de embalagem, reservas (a merecerem um criteriosa programação e projecto), armazém/economato, espaços técnicos de conservação e restauro, salas de apoio administrativo, sala de arquivo e instalações sanitárias.

Recursos Humanos e Financeiros

A direcção técnica e científica do museu tem as seguintes competências: cumprir as funções museológicas, propôr o plano anual de actividades, propôr a contratação de pessoal técnico e administrativo necessário, definir um plano de acções de formação especializada do seu pessoal, estimular a constituição de associações de amigos do MMFV e a participação e colaboração da população e da comunidade do concelho, propôr um orçamento financeiro que contemple os recursos necessários à prossecução da missão, da vocação e dos objectivos do museu e a execução das funções museológicas e redigir um programa de actividades que possam merecer apoios mecenáticos que constituam receitas alternativas para o museu.

Plano Museológico

O Plano Museológico tem por objectivo estabelecer os instrumentos de planificação e gestão que possibilitem a constituição do MMFV e do seu acervo museológico e o cumprimento das funções museológicas a que estará comprometido.

O Plano Museológico apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

Redigir e submeter à aprovação da Câmara Municipal (CMFV) o Regulamento do MMFV que englobe os seguintes aspectos: enquadramento legal de criação do

Museu, âmbito de aplicação, perfil e modo de funcionamento, identificação, localização e logótipo, missão, vocação e objectivos, gestão e tipologia das colecções, o regime de incorporações, de depósitos e de inventário, publicações a editar, programação museológica, gestão de públicos e de acesso aos vários espaços e os diversos preçários, biblioteca e centro de documentação do MMFV e respectivos objectivos, regime de acesso à informação e fundos documentais, regime de exploração da loja, da cafetaria e do restaurante, estrutura orgânica dos serviços e dos recursos humanos e respectivas competências.

Constituir e propôr a aprovação do Plano de Conservação do MMFV que contemple os seguintes aspectos: a localização do MMFV e da sua área envolvente; o clima, o contexto territorial, a topografia, a geologia, a orografia, a flora, a rede hidrográfica e da susceptibilidade de riscos naturais; a malha urbana, os acessos ao museu, as infraestruturas de risco, de protecção civil e a caracterização sócio-económica do concelho; os espaços do futuro MMFV, as políticas de manutenção preventiva e correctiva, de segurança e de emergência; o acervo, as colecções e respectiva localização, protecção, caracterização material, propriedades comportamentais e estado de conservação; as áreas e equipamentos (área expositiva, área de reservas, zonas de circulação interna e externa de bens culturais); a formação profissional do pessoal afecto ao museu; a caracterização dos públicos; a avaliação e identificação dos riscos e respectivas medidas preventivas; as normas e procedimentos de monitorização e controlo ambiental e biológico, da humidade relativa, da temperatura, das radiações visíveis e invisíveis (UV), de poluentes internos e externos, da manutenção dos equipamentos técnicos, do ar condicionado, do alarme de incêndio e intrusão, dos meios de intervenção, dos materiais, dos equipamentos expositivos e de reserva; a caracterização dos espaços de exposição, de reserva e de circulação dos bens culturais e os mapas da localização e dos acessos ao MMFV, do concelho de Figueiró dos Vinhos e as plantas arquitectónicas do museu.

Constituir e submeter à aprovação da CMFV as Normas de Segurança do Museu que contemplem os seguintes aspectos: regras de segurança; regime de abertura e fecho do museu, normas de recepção e atendimento dos visitantes; funcionamento da central de telefones, da vigilância, de acesso às chaves de entrada e às restantes chaves.

Estabelecer e propôr a aprovação do Plano de Gestão de Colecções que contemple os seguintes aspectos: a política e as práticas de gestão de colecções; a política de desenvolvimento e incorporação de colecções e de depósitos; a organização das colecções; o regime de responsabilidades e os procedimentos de inventariação, de indexação, de abatimentos e de prioridades de conservação e restauro.

Redacção do Programa Museológico que fundamente a criação do MMFV e contemple os seguintes aspectos: a denominação prevista do museu; a identificação e a caracterização dos bens culturais existentes e a incorporar; as estratégias funcionais para o cumprimento das funções museológicas; a identificação dos públicos; a instalação das áreas funcionais; as condições de conservação e segurança e os recursos financeiros, pessoal e perfis profissionais correspondentes.

Projectos museológicos

O MMFV preconiza os seguintes projectos:

Constituição da sede do MMFV (incorpora o MCA).

A criação do MMFV deverá alicerçar-se na constituição de uma direcção e dos serviços de Estudo e Investigação, de Incorporações, de Inventário e Documentação, de Conservação e Restauro, de Segurança e Guardaria, de Interpretação e Exposição, Educativo, de Vigilância e Guardaria.

O MMFV segue o conceito de museu de arte e deverá delinear e apresentar ao público uma exposição permanente composta por uma selecção de pinturas e esculturas provenientes do seu acervo: “D. Luís” de José Malhoa, Sem título atribuído a Simões de Almeida Tio, “A Torre de Vigia” Irene Borges, “Casas em Pedra na Foz de Alge” de João Viola, “Clube” de Marina Prior, “Fragas de S. Simão” de Costa Santos, “Fernando Lacerda” de Túlio Vitorino, “Praia de Figueiró” de Fátima Gomes, “Homenagem a Malhoa” Margarida Silveiro, Sem título de A. Nobre, “Fragas de S. Simão” de Artur Franco, “Homenagem a Figueiró dos Vinhos” de Bordini, “Camões” de Simões de Almeida Tio, “Busto da República” de Simões de Almeida Sobrinho (Estudo em gesso) e Felino de Simões de Almeida Sobrinho. Esta exposição permanente pretende patentear ao público as obras de Malhoa e Simões de Almeida tio e sobrinho na posse da CMFV e também as pinturas alusivas ao concelho e às suas personalidades.

O MMFV pretende também constituir uma Reserva Museológica Municipal devidamente equipada no sentido da preservação do seu acervo. As obras aqui armazenadas poderão ser integradas em exposições de carácter temporário a realizar futuramente.

A criação do museu a nível autárquico exige a redacção de um documento com a ideia do museu e o programa, a criação do museu em vereação, uma discussão pública, a decisão em Assembleia Municipal e a publicação do acto fundador do museu.

4.3 Funções do Museu e a sua ligação à museologia municipal actual (públicos alvo)

O MMFV deverá ser instalado no edifício actualmente em construção em Figueiró dos Vinhos, construído de raíz para a função museológica. O projecto museográfico deverá ser elaborado de acordo com o programa museológico e o projecto arquitectónico já existente. O projecto museográfico pretende adequar a exposição ao espaço físico e edifício, criar estruturas expositoras adequadas, salvaguardar a sua protecção, conservação, iluminação, contextualização, manutenção, demonstração e didáctica, adequar a informação ao maior número de públicos, classes etárias e padrões de cultura, promover a interacção do visitante, utilizar monitores de vídeo, dispositivos interactivos e criar uma experiência que desperte no visitante o desejo de voltar.

Projecto Arquitectónico

O primeiro piso do edifício é constituído por um átrio de entrada, uma recepção, instalações sanitárias do pessoal, bengaleiro, área técnica, três salas para a exposição permanente, uma sala de arrumos, instalações sanitárias masculinas, de deficientes e femininas, espaços de circulação, átrio exterior, escadas e rampas interiores e escadas exteriores.

O segundo piso possui áreas destinadas a instalações sanitárias, um espaço internet, uma sala de arrumos, uma entrada de serviço, uma cafetaria, áreas de circulação, de exposições temporárias e um auditório e varanda exterior.

O MMFV, tendo por base o programa e as funções museológicas que se observaram noutros museus municipais e que são essenciais do ponto de vista da sua credenciação, deverá dispôr de uma estrutura orgânica onde estejam integrados os vários serviços necessários ao cumprimento das funções museológicas previstas na lei.

Estudo e Investigação

O Serviço de Estudo e Investigação do MMFV ficará incumbido das seguintes competências: definir a política de incorporações, conforme a missão, a vocação e os objectivos do museu; identificar e caracterizar os bens culturais susceptíveis de incorporação; promover actividades de investigação dos bens culturais a incorporar; planificar as exposições permanentes e temporárias; editar catálogos, roteiros e folhetos para divulgação do museu; cooperar com outros museus municipais e com organismos do ensino superior ou de investigação cultural; investigar a passagem e os vestígios ainda existentes de populações pré-históricas, de romanos e muçulmanos no território do concelho; contextualizar historicamente a construção do actual território concelhio desde o século XII; investigar o património imóvel do concelho com particular relevância para aquele que constitui o Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos, por forma a possibilitar a sua classificação como bem imóvel (conjunto) público ou municipal e também para sustentar documentalmente os processos de classificação de outros bens culturais imóveis existentes dentro da circunscrição da vila ou dispersos pelo concelho.

Incorporação

O Serviço de Incorporações do MMFV deverá redigir o documento base da Política de Incorporações do Museu. Este serviço deverá sempre privilegiar a incorporação de bens que se identifiquem com a reconstituição histórica e a memória do município, segundo critérios de natureza científica, artística e cultural; permitir a compreensão, ensino e divulgação das colecções a constituir do museu e do seu património arquitectónico, artístico, cultural e etnográfico e da cultura material e imaterial a eles associada; definir um Programa Anual de Incorporações que tenha em conta a capacidade técnica do museu para assegurar a conservação e a documentação dos bens culturais a incorporar, as limitações orçamentais e as condições de conservação preventiva e armazenamento adequadas; efectuar a incorporação de bens culturais de acordo com a política de incorporações do museu; promover o enriquecimento coerente do acervo de bens culturais do museu; proceder à incorporação de bens culturais mediante as seguintes formas: compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afectação permanente, preferência e dação em pagamento.

Inventário e Documentação

O Serviço de Inventário e Documentação deverá assegurar as seguintes competências: elaborar um Livro Geral de Inventário Museológico em suporte físico e digital; registar em ambos os suportes uma ficha de inventário individualizada que contenha o número de inventário, o nome da instituição, a denominação, a autoria, a datação, o material, as dimensões, a descrição, a localização, o historial e a modalidade e data de incorporação; propor a aquisição dos equipamentos necessários ao preenchimento informatizado do inventário museológico; redigir as fichas de inventário de acordo com as normas técnicas e directrizes da actual DGPC; proceder à documentação dos bens culturais inventariados; definir os parâmetros de criação do Centro de Documentação do MMFV (CDMMFV).

Conservação

O Serviço de Conservação e Restauro do MMFV terá como competências: garantir a conservação de todos os bens culturais incorporados no acervo do museu; redigir um documento onde estejam presentes as normas e procedimentos de conservação preventiva; avaliar as prioridades de conservação preventiva e os riscos existentes de acordo com as normas emanadas pela DGPC; monitorizar os níveis de iluminação, teor de ultravioletas, temperatura e humidade relativa ambiente; atribuir por contrato a monitorização dos poluentes a instituição ou laboratório devidamente credenciados (caso necessário); adaptar a montagem da climatização centralizada à conservação dos bens culturais; propôr a aquisição dos equipamentos e técnicos necessários à manutenção das condições ambientais adequadas à conservação dos diferentes bens culturais; propôr os parâmetros de constituição, organização e de aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários para as reservas museológicas do MMFV assim como a realização de intervenções de conservação e restauro nos bens culturais integrados no acervo do museu e a contratação de técnicos necessários para esse efeito (caso necessário).

Segurança

Serão competências do Serviço de Segurança e Guardaria do MMFV: redigir e propôr a aprovação do Plano de Segurança do museu em cooperação com as forças de segurança; monitorizar as condições de segurança necessárias à protecção e integridade dos bens culturais incorporados, dos visitantes, do pessoal e das instalações; propôr a aquisição dos meios mecânicos, físicos e electrónicos necessários; garantir a prevenção, a protecção, a vigilância, a detecção e o alarme de situações de infracção às regras definidas; testar regularmente o Plano de Segurança do MMFV; propôr os parâmetros de criação de uma área de acolhimento do museu onde possam ser guardados objectos que possam ser prejudiciais às condições de segurança e conservação dos bens culturais e das instalações; garantir a confidencialidade do Plano de Segurança do MMFV.

Interpretação e Exposição

O Serviço de Interpretação e Exposição terá as seguintes competências: redigir e submeter à aprovação um plano de exposições permanentes e temporárias e itinerantes; criar um plano de edições e publicações, de carácter científico e educativo; divulgar o Museu, o seu acervo e as suas publicações através de canais variados como a televisão, a rádio, a internet, os jornais e outros meios de comunicação social, de acordo com as disponibilidades orçamentais.

Educação

O Serviço Educativo do MMFV será incumbido das seguintes competências: planificar e assegurar a prestação de informações sobre o MMFV; proceder à marcação de visitas; promover a cedência de materiais didácticos e pedagógicos; apoiar projectos na área da educação patrimonial; preparar e acompanhar a distribuição de materiais de divulgação sobre o MMFV; organizar e promover um pacote anual de iniciativas - em interligação com outras áreas funcionais do Museu - dirigido aos diferentes tipos de públicos alvo – escolar, juvenil, adulto e outros, com destaque para professores e alunos das escolas do concelho.

4.4 Colecções museológicas a integrar

O MMFV integrará as colecções de pintura, escultura e cerâmica da CMFV, integradas no espólio municipal através de doação, compra e depósito. A constituição destas colecções prende-se com vários critérios, principalmente a autoria, em particular

no caso de Malhoa e Simões de Almeida tio e sobrinho, e a temática, no caso das obras que retratam o património do concelho. As restantes obras procuram destacar o trabalho de artistas locais ou que colaboraram com a CMFV.

A exposição permanente do MMFV tem por base uma selecção de obras pertencentes ao município e será organizada da seguinte forma:

- o primeiro núcleo da exposição permanente deverá ser constituído pelas obras de José Malhoa e Simões de Almeida Tio e Sobrinho enquanto grandes artistas de dimensão nacional que viveram e trabalharam no concelho;
- o segundo núcleo deverá ser composto por obras que retratam os monumentos e paisagens de Figueiró dos Vinhos;
- o terceiro núcleo abrange três pinturas de Túlio Victorino, artista natural da Sertã, e que retratam três figuras de enorme relevância para a história do concelho, em particular, da segunda metade do século XIX e século XX: Neutel de Abreu, Martinho Simões e Fernando Lacerda;
- o quarto núcleo representa uma colecção de fotografias de todos os presidentes da câmara do município, que pretende transmitir um sentido de evolução histórica do concelho;
- o quinto núcleo da exposição pretende representar a riqueza da produção do artesanato e da etnografia locais através de uma colecção de peças em cerâmicas de artistas locais;

A colecção de pintura é composta por: “D. Luís” de José Malhoa, sem título atribuído a Simões de Almeida tio, “A Torre de Vigia” Irene Borges, “Casas em Pedra na Foz de Alge” de João Viola, “Clube” de Marina Prior, “Fragas de S. Simão” de Costa Santos, “Fernando Lacerda” de Túlio Vitorino, “Praia de Figueiró” de Fátima Gomes, “Homenagem a Malhoa” Margarida Silveiro, Sem título de A. Nobre, “Fragas de S. Simão” de Artur Franco, “Homenagem a Figueiró dos Vinhos” de Bordini, “Retrato de Pimenta Nunes” de João Viola, Sem título de Anunciação Gomes, “A velhice de Vladimir de Hilário Silva Neto, Sem título de M. Fonseca, “L’ État des Choses” de Colette Vilatte, “Pantanal” de Lurdes Tucunduva, Sem título de Paula Dias, “A Ilha dos Amores de Margarida Silveiro, “Casas” de Helioselena, “A Paz” de Vera Gonzalez, “Viúva do Mar” de Carlos Alberto Santos, “Voluptuosidades” de Mário Silva, Sem título de Anna Francis, “Paisagem” de Fernando Gomes, “Ilha Bela” de

Dario Silva, “Recordação do dia 2-1-1964” de J. Galhardas, Retrato de Neutel de Abreu, Sem título de J. Galhardas, Sem título de Antonieta Alves, “Luta pela sobrevivência” de João Viola, Sem título de Lacerda, Sem título de Mário Silva, Sem título de Wagner Fráguas, Sem título de Vera Figueiredo, “Sol de Verão”, “Baianas” de Marice Prisco, “Capoeira” de Vasconcellos, “Retrato da Menina Matuá Karajá” de Majari Seidl, “Formas do Mar” de Vera Reis Veiga, “Minha Doce Gueixa” de Titina Corso, “Dançarino do Teatro Japonês”, Sem título de Siberia Sperle, “O índio na onda” Anatalia Rangel, “Simplesmente Rosas” de Isabel de Souza, “Páginas em branco” de T. Brasil, “Repouso sobre cores”, Sem título de Antonia Peixoto Herlander, “Serra das Araras” de Dalva Meirelles, “Praia do Leblom” de Zuleika Ribeiro.

A colecção de escultura integra as seguintes obras: “Camões” de Simões de Almeida Tio, “Busto da República” de Simões de Almeida Sobrinho (Estudo em gesso), Felino de Simões de Almeida Sobrinho, Sem título de António Laurenza, Busto de José Malhoa, “Baptismo de Cristo” e conjunto de cinco esculturas em cerâmica alusivas ao 25 de Abril de José de Almeida, Sem título de Luís Duarte e “O Justiceiro” de Hugo Martins Rio.

A colecção de cerâmica cujas obras são: “Grupo Coral de S. João Baptista” de João Carlos Azevedo, “Orfeão Dr. João Antunes Condeixa” de João Carlos Azevedo, “Brasão das Caldas da Rainha” produzida por LICA - Fábrica de Louça das Caldas, Lda.

O MMFV pretende ainda constituir e integrar futuramente colecções de bens culturais móveis etnográficos, artísticos e documentais relacionados com a Festa de S. João Baptista, a Feira de S. Pantaleão, a Feira das Nozes de S. Simão e o Carnaval do Concelho; colecções de bens culturais móveis provenientes de explorações arqueológicas a realizar no concelho, em particular no Convento de Nossa Senhora do Carmo e nas Ruínas das Ferrarias da Foz de Alge; colecções de bens culturais móveis industriais, documentais e técnicos representativos das principais actividades agrícolas, proto-industriais e industriais do concelho (produção de papel, azeite, mel, vinho e ferro) e colecções de bens culturais móveis artísticos, históricos e documentais relacionados com os pintores José Malhoa e Henrique Pinto e os escultores Simões de Almeida Tio e Sobrinho. O MMFV pretende ainda constituir colecções representativas

do Lainte (dialecto local de natureza sócio-profissional que constitui património imaterial relevante do concelho).



Ilustração 12 - O Desfile e a Feira do Artesanato



Ilustração 13 - Pormenores da Feira realizada em 2012



Ilustração 14 - A Ermida e a Feira



Ilustração 15 - O Desfile



Ilustração 16 - O Exterior e o Interior do Convento



Ilustração 17 - Pormenores das Ferrarias hoje parcialmente submersas

Conclusões

Este projecto museológico nasceu da necessidade que senti de criar uma instituição que salvaguardasse o património e preservasse a identidade e a memória do concelho e da sua população para as gerações futuras.

Para atingir o objectivo acima definido tornou-se necessário um conhecimento profundo da realidade museológica municipal quanto ao seu enquadramento legal e aos princípios de gestão das colecções, mas também relativamente ao impacto da RPM neste universo.

No Capítulo 1 deste Trabalho de Projecto procurei mostrar como o caminho para a construção teórica do Museu Municipal de Figueiró dos Vinhos foi percorrido através de um longo processo de investigação e maturação de ideias que procurou compreender a génese dos museus municipais em Portugal, desde os gabinetes de curiosidades, os coleccionadores e os vários tipos de colecção do século XVIII até ao aparecimento do museu municipal em Portugal já no século XIX. Este processo de análise da evolução dos museus municipais em Portugal foi feito de forma cronológica e teve em conta quatro períodos: a 2ª metade do século XIX; a 1ª República; o Estado Novo e o período democrático pós 25 de Abril de 1974.

O conhecimento da história da museologia municipal em Portugal, da sua realidade actual e dos seus principais exemplos constituíram uma base sólida para a construção do projecto museológico para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

O Capítulo 2 do Trabalho de projecto é constituído por cinco estudos de caso, a partir dos quais pretendi obter o conhecimento da realidade museológica. Este conhecimento não poderia restringir-se à sua evolução histórica, sendo imperiosa uma noção exacta da museologia municipal actual, observando-a à luz dos seus melhores exemplos nacionais.

Os museus municipais objecto dos estudos de caso, acima referidos, foram alvo de um processo de investigação documental, bibliográfico e presencial que consistiu em visitas e conversas ou entrevistas com elementos responsáveis. Foram estudados e comparados segundo uma estrutura de análise uniforme assente no conhecimento e na avaliação da sua identidade e memória, estrutura funcional e arquitectónica, colecções,

instrumentos de planeamento e programação, funções museológicas e serviços e alguns aspectos complementares.

No Capítulo 3 deste meu Trabalho de Projecto procurei, numa primeira fase, estabelecer a identidade e a memória do concelho a partir do seu retrato geográfico, populacional, económico, histórico e patrimonial e do conhecimento dos equipamentos culturais já em funcionamento e em construção.

O actual território concelhio possui um grande património cultural, histórico, industrial, artístico, monumental, etnográfico e arqueológico, que urge preservar para que dele possam beneficiar os figueiroenses, a sua região e o público em geral.

A construção do projecto levou-me, posteriormente, a procurar definir a missão, a vocação e os objectivos do MMFV.

No Capítulo 4 procurei enquadrar o MMFV na legislação nacional e internacional relevante, nas cartas e recomendações internacionais que irão reger o seu funcionamento e os seus objectivos e ainda nas organizações e instituições nacionais e internacionais onde se procurará integrar, documentos que identificarei em anexo.

Ainda no Capítulo 4 procedi à definição das funções museológicas previstas na lei - estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação, exposição e educação – assim como à identificação dos instrumentos de planificação e gestão do MMFV, o qual deverá ainda integrar, como dissemos, as colecções de pintura, escultura e cerâmica da CMFV.

Referimo-nos também, neste capítulo, ao programa do Museu que apresenta as seguintes ideias principais: definição da denominação do museu, dos públicos, das instalações e áreas funcionais e dos recursos humanos e financeiros.

Podemos dizer, em síntese, que o projecto assenta na necessidade de um museu municipal, equipamento inexistente no concelho, que se constitua como pólo de preservação, salvaguarda e divulgação deste património, em articulação com os equipamentos culturais já existentes, bem como na definição da sua sede, dos mecanismos de gestão e de planeamento que da melhor forma promovam a prossecução das funções museológicas e do acervo e colecções que representem a identidade e memória dos figueiroenses.

Bibliografia e Fontes: (organizadas por ordem alfabética)

Actas de las Primeras Jornadas de Formación Museológica (2008) - “*Museos y planificación: Estrategias de futuro*”, Ministerio de Cultura

AFONSO, Fátima (2010) – “*Do (re)conhecimento à salvaguarda e valorização do património corticeiro em Portugal: o Núcleo da Mundet do Ecomuseu Municipal do Seixal*”, Encontro Internacional Património Cultural, A Cortiça e os Museus, Auditório Municipal – Fórum Cultural do Seixal, 2 a 3 de Julho de 2010

AFONSO, Fátima (2012) – “*Conservação e valorização das Caldeiras Babcock e Wilcox da antiga fábrica da Mundet*” – Seixal, II encontro de Entidades com património Eléctrico, Centro de Ciência Viva do Lousal, Museu Mineiro

AIRES, Isabel, CID, José (1997) – “*Do projecto ao museu*”, in Revista Museologia.PT

ALMEIDA, Anabela, CASANOVAS, Luís Elias (2004) - “*Conservação Preventiva: “VadeMecum”*”, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro

BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2009) – “*Museus de Museus*”. Uma Reflexão, proposta para uma definição, Dissertação de Mestrado em Museologia, FCSH-UNL

Boletim da Rede Portuguesa de Museus (2010), “*Museus em Rede*”, Nº 37

BRIGOLA, João Carlos Pires (2003), “*Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*”, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior

BRIGOLA, João Carlos Pires (2010) – “*Programa de História e Teoria da Museologia do Curso de Mestrado em Museologia*”, Lisboa

BRIGOLA, João Carlos Pires, (Introdução e Coordenação Editorial) (2009) – “*Coleccionismo no século XVIII*”, Textos e Documentos, Colecção Ciência e Iluminismo, Porto Editora

Cadernos de Conservação e Restauro, ano 1, número 1, Instituto Português de Conservação e Restauro

Cartas e Convenções Internacionais, Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1996

CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999) - “*Renovação museológica e génese dos museus municipais da área metropolitana de Lisboa: 1974-90*” Tese mestrado Museologia e Património apresentada à Universidade Nova de Lisboa sob a orientação do Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia e da Professura Doutora Maria Olimpia Lameiras-Campagnolo, Lisboa, 1999

CASELLA, Gabriella Maria, PROVIDENCIA, Francisco, SANTOS, Maria, José e Marques, Rosário (2010) – “*Projecto Museográfico do Museu Municipal de Penafiel*”, in Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, pp 109 a 118.

Catálogo da exposição “*José Malhoa*”, realizada de 21 de Junho de 1997 a 6 de Julho de 1997, Gadel – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 1997

Catálogo da Exposição “*O Grupo de Leão*” realizada de 18 de Junho a 9 de Julho de 2005 no Clube Figueiroense-Casa da Cultura

Catálogo da Exposição “*O papel dos aerogramas*”, integrada no Projecto Educativo O Despertar dos Museus, realizada de 26 de Novembro de 2005 a 26 de Novembro de 2007 no Museu do Papel Terras de Santa Maria, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Catálogo da Exposição de Pintura “*Homenagem a Henrique Pinto*” realizada de 22 de Junho a 14 de Julho de 2002 na Sala Pimenta Nunes do Clube Figueiroense-Casa da Cultura

Comissão de Iniciativa de Turismo de Figueiró dos Vinhos (1934) – “*Álbum de Turismo*”, Lisboa, 1934

COUTO, João (1943) – “*Museus e Cidades*”, Conferência proferida no salão nobre dos paços do Concelho em 30 de Abril de 1943, Publicações Culturais Câmara Municipal de Lisboa, 1943

Critérios de Classificação de Bens Imóveis (1996), Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa

Crêterios para la elaboración del Plan Museológico (2006), Ministerio da Cultura Espanhol/Secretaria General Técnica, Subdirección General de Publicaciones y Información, Madrid

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (1979) - “*O património monumental de Santarém: fases da sua destruição*”, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (1993) - “*De Alexandre Herculano   carta de Veneza in Dar Futuro ao Passado*”, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (2001) – “*Medalh stica e municipalismo*”, Museu Municipal de Santarém, Câmara Municipal de Santarém

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (2008) - “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal durante a 1  República*”, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de  vora com orientação de Jorge Ferreira Virgolino, volume 1, tomos 1 e 2 e volume 2

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (coord) (1996) - “*Santarém, Candidatura de Santarém a património mundial*”, Câmara Municipal de Santarém

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (coordenação científica) (2010) - “*100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*”, Lisboa, Instituto de Gestão do Património

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, AMADO, Carlos, MATA, Luís (1999) – “*Torre das Cabaças, rel gio do município*”, Museu Municipal de Santarém, C mara Municipal de Santarém

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, MATA, Luís (2010) - “*Santarém: roteiros republicanos*”, QuidNovi, Lisboa

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, RODRIGUES, José Augusto, MATA, Luís (1997) - “*Santarém cidade do mundo*”, Câmara Municipal de Santarém

ECO, Umberto (1997) – “*Como de faz uma tese em Ciências Humanas*”, Editorial Presença

Encontros Científicos do IPCR, 1 Conservação Preventiva e as Exposições Temporárias: 1º Encontro do IPCR, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2001

FALCÃO, José António (Dir) (2009) - *“Atmosferas, Pessoas, Narrativas, Um relance sobre a Arte do Ocidente (Séculos XVII-XX)”*, Catálogo da Exposição realizada no Clube Figueiroense – Casa da Cultura de Figueiró dos Vinhos, de 20 de Junho de 2009 a 31 de Outubro de 2009, Município de Figueiró dos Vinhos, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja

FERREIRA, Ana Margarida Serra (1996) - *“Da teoria à prática da conservação nos museus municipais (património arqueológico e etnográfico)”*, Dissertação Final, Curso de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FERREIRA, Carlos Antero (1992) – *“Valorizar e desenvolver as áreas de património classificado”*, Porto

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves, VIDAL, Diana Gonçalves, (Organizadoras) (2005) - *“Museus, dos Gabinetes de Curiosidades ao Museu Moderno”*, Argumentum, Belo Horizonte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FILIPPE, Graça (2001) – *“Estruturas orgânicas de museus tutelados por autarquias”*, in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, Novembro de 2001

FILIPPE, Graça (2002) - *“Educação em Museus – alguns tópicos sobre a programação dos serviços e a formação dos profissionais”*, Museu Nacional de Arte Antiga, 5 de Dezembro de 2002

FILIPPE, Graça (2002) – *“Que fazer do Património Cultural Siderúrgico em Portugal?”* Ecomuseu Municipal do Seixal, Outubro de 2002

FILIPPE, Graça (2004) *“A Gestão do Património, os Museus e o Território”* – processo integrado e interacção com a Comunidade, II Jornadas de Património de Vila Viçosa

FILIPPE, Graça (2008) - *“Património e museologia, planeamento e gestão para o desenvolvimento. Conceitos e práticas em mudança no Ecomuseu Municipal do Seixal”* in Revista Museologia.PT nº 2, 2008

FILIPPE, Graça (2012) – *“Perspectivas de programação e de funcionamento de entidades museológicas com tutela municipal associadas ao património industrial”*, I Jornadas de Museologia – Indústria da Chapelaria, Câmara Municipal de S. João da Madeira

GAMEIRO, José (1997) - *“Um programa museológico para Portimão”*, in Revista Museologia.PT, 1997

GAMEIRO, José, Machado, Andreia (2007) - *“O Edifício do Museu de Portimão como elemento estratégico de conservação preventiva”* in Revista do Museu Municipal de Faro, 2007

GARRIDO, Álvaro (2012) - *“75 anos do Museu Marítimo de Ílhavo Programação”*, Museu Marítimo de Ílhavo

GASPAR, Jorge (Dir.), Gomes, Heitor, Vicente, Ana Cláudia, Vieira, Sónia (2004) - *“Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos”*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1997) - *“Museologia e Etnologia em Portugal, Instituições e Personalidades”*, Vols I e II, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia, área de museologia, Orientação de Professor Doutor Augusto Mesquitela Lima, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

GOUVEIA, Henrique Coutinho (2002) - *“Casa do Infante – Pólo do Museu da Cidade do Porto”* in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, Dezembro de 2002

Info Museu do Papel, Museu do Papel Terras de Santa Maria, 2011

Inventário conforme o Inquérito Determinado pelo Decreto nº 23 122 de 11 de Outubro de 1933 dos Pelourinhos, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1935

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (2007) – *“Analisar e Comparar entidades museológicas e paramuseológicas”*, Centre National de la Recherche Scientifique

LEBRE, Ângelo, Álvaro, Garrido (2007) – *“Museu Marítimo de Ílhavo, um museu com história”*, Âncora Editora, Câmara Municipal de Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo

Legislação Nacional, Património Arquitectónico e Arqueológico (1996) , Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa

LIPOVETSKY, Gilles, SERROY, Jean (2013) - “*A Cultura-Mundo Resposta a uma sociedade desorientada*”, Edições 70

LIRA, Sérgio, “*Museus no Estado Novo: continuidade ou mudança?*” in CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (coordenação científica) (2010) - “*100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*”, Lisboa, Instituto de Gestão do Património

LIRA, Sérgio, (1997) “*Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político.*”, comunicação apresentada ao V Colóquio Galego de Museus, Porto.

LUCAS, Margarida Herdade (2012) – “*A Liderança económica do Norte do Distrito de Leiria nos sécs. XVII e XVIII, Centro de Confluências ou de Influências*” Edição da autora

Machado, Ana Durão (2007) – “*Inventário Museológico e Digitalização de Coleções Fotográficas e Divulgação de Acervo Móvel e Imóvel*”, Ecomuseu Municipal do Seixal

MAIROT, Philippe (1991) *Musée et Technique*, Terrain

MALRAUX, André (2011) - “*O Museu Imaginário*”, Edições 70

MARQUES, Alexandra Bastos Rodrigues Sá (2009) – “*Descalços e de Burel Vestidos, Convento de Nossa Senhora do Carmo*”, Figueiró dos Vinhos, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

MEDEIROS, Carlos (2002) – “*Figueiró dos Vinhos, “Terra de Sonho*”, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

MEDEIROS, Carlos (2007) – “*Historial das Filarmónicas de Figueiró dos Vinhos*”, Edição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Museologia e Autarquias, Experiências e Perspectivas (1998) - Actas do VII Encontro Nacional, Câmara Municipal do Seixal

NEVES, Soares José, Santos, Jorge Alves (2001), “*Museus Portugueses: evolução recente do seu levantamento (1999-2001)*” in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus

- NEVES, Soares José, Santos, Jorge Alves (2006) – “*Os museus em Portugal no período 2000-2005: Dinâmicas e Tendências*”, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa
- NOGUEIRA, José Félix Henriques (1823-1858) (1851) “*Estudos sobre a reforma em Portugal*”, Lisboa, Typ. Social
- NOGUEIRA, José Félix Henriques (1856) – “*O municipio no século XIX*”, Lisboa, Typ. Progresso
- NUNES, Graça Soares (2007) – “*Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores do património*” in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus nº 25
- NUNES, José Abreu (1968) - “*Figueiró dos Vinhos e o Turismo*”, Coimbra Editora
- OLIVEIRA, César (1996) – “*História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*”, Grandes Temas da Nossa História, Círculo dos Leitores
- PAULO, Dália e GAMEIRO, José (2009) “*Rede de Museus do Algarve*”, in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus nº 31, Março de 2009
- PESSOA, Santos Fernando, GOUVEIA, Henrique Coutinho (2001) “*Reflexões sobre Ecomuseologia*”, Edições Afrontamento
- PIMENTEL, Cristina (2005) – “*O Sistema Museológico Português (1833-1991)*”, Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo, in Textos Universitários de Ciências Sociais e Humana Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e o do Ensino Superior
- PINTO, Eduardo Vera-Cruz (1996) – “*Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal*”
- PORTELA, Miguel (2008) – “*Ilustrar Figueiró, álbum fotográfico, uma colecção de imagens vividas*”, Coimbra
- PORTELA, Miguel (2012) – “*O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no séc. XVII*”, Edição do autor
- RAPOSO, Jorge Cordeiro (2005) – “*Carta do Património do Seixal, Inventariação do Património em Contexto Museal*” in Actas das Jornadas Realizadas em Arouca em 2004, Arouca, Câmara Municipal

RAPOSO, Jorge Cordeiro (2007) - “*Sistema de Informação e Preservação do Património Cultural e Museológico*”, Ecomuseu Municipal do Seixal

RAPOSO, Jorge Cordeiro (2008) – “*Ecomuseu Municipal do Seixal: Sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal*”, Encontro “Arqueologia e Autarquias”, Cascais, 26 a 27 de Setembro de 2008

RAPOSO, Jorge Cordeiro (2010) – “*O Ecomuseu Municipal do Seixal: política e prática museológica em contexto municipal*”, Colóquio APOM, Câmaras Municipais e Políticas Museológicas, Cascais, 10 de Outubro de 2010

RAPOSO, Jorge Cordeiro (2011) – “*Ecomuseu Municipal do Seixal: Sistema Integrado de Informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal*”, Cascais

RAPOSO, Jorge Cordeiro, SABINO, Fátima (2010), “*Mundet, Seixal: industrialização, patrimonialização, musealização*”

RAPOSO, Jorge Cordeiro; Oliveira, Adriano de Souza; Fabião, Carlos Soares; Catarino, Luís Brandão e Almeida, João Lopes (2009) - “*Surveying, Reconstructing, 3D Modelling and Digitally representing a roman era pottery kiln*”, Quinta do Rouxinol, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

RIBEIRO, Paula (2010) – “*Plano de Gestão de Colecções do Museu Marítimo de Ílhavo*”

RICO, Juan Carlos (2006) - “*Manual Práctico de museología, museografía y técnicas expositivas*”, Silex

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1993) – “*Iniciação à Museologia*”, Universidade Aberta

S. João de Alporão na história, arte e museologia (1994) - Exposição: Catálogo / (Org) Museu Municipal de Santarém, Câmara Municipal

SALDANHA, Nuno; LEANDRO, Sandra; FALCÃO, Isabel, PROENÇA, José António (2008) - Catálogo da Exposição, “*José Malhoa, 1855 – 1933, A Exaltação Da Luz*”, Município de Figueiró dos Vinhos

SANI, Margherita (2010) – “*Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior*”, in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus nº 37, Outubro de 2010

SANTOS, João Costa (2004) – “*Os Magalhães de Pedrogão Grande e Figueiró dos Vinhos*”

SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos Santos (1996) – “*Aspectos da Museologia em Portugal no século XIX*”, Edição da autora

SANTOS, Maria José Ferreira dos (1997) – “*A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)*”, Museu do Papel Terras de Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

SANTOS, Maria José Ferreira dos (2003) – “*Museu do Papel Terras de Santa Maria*” in Villa da Feira Terra de Santa Maria, ano II, número 4, Liga dos Amigos da Feira

SERRANO, Fernanda Ferreira (2010) – “*Entre o Museu e a Comunidade, Perspectivas de Trabalho do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal*”, II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, Museu de Cerâmica de Sacavém

SILVA, António Carlos Leal (1976) - “*Obra Completa seguida de marginália, esboço bibliográfico*”, apêndice documental e notas/José Felix Henriques Nogueira, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda

SILVA, Raquel Henriques, Cordeiro, Isabel, Pinho, Inês da Cunha Freitas, Carvalho, Anabela (2000) – “*Inquérito aos Museus em Portugal*”, Instituto Português dos Museus, Observatório das Actividades Culturais, Ministério da Cultura

SILVA, Tavares da Silva (2006) “*O que é nosso, nosso é*”, in Justiça Administrativa, nº 57, Maio/Junho de 2006

SIMÕES, António Augusto (2003), “*Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maçãs de D. Maria em 1848*”, Edição Fac-Similada, MinervaCoimbra

TAVARES, Cristina Alexandra Ferreira Castro (2009) – “*Programação Museológica do Museu Oliveira Ferreira*”, in Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 3, pp.100-113

TÉTREAULT, Jean (1992) – « *Matériaux de construction, Matériaux de destruction* », Paris

VARINE, Hughes de (2003) - “*Testemunhos de alguns museus e museólogos locais antes da Rede..*”.in Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus

WALSTON, Sue, BERTRAM, Brian (1992) – “*Estimating space for the storage of ethnographic collections*”, Paris

Fontes: (organizadas de forma alfabética)

Apelo de Granada para a Arquitectura Rural na Gestão do Território aprovada pelo Conselho da Europa em 1976

Carta das Vilas Históricas produzida pelo ICOMOS em Outubro de 1987

Carta de Atenas de 1931

Carta de Cracóvia, de 26 de Outubro de 2000, relativa aos Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído

Carta de Florença para os Jardins Históricos aprovada pelo ICOMOS e pelo IFLA em 21 de Maio de 1981

Carta de Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu papel na Vida Contemporânea aprovada pela Unesco em Nairobi a 26 de Novembro de 1976

Carta de Veneza para a Conservação e a Restauração dos Monumentos e dos Sítios, de 31 de Maio de 1964

Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal, Janeiro de 2011

Carta do Turismo Cultural, aprovada pelo Icomos a 9 de Novembro de 1976

Carta Educativa do Município de Figueiró dos Vinhos, 2008

Carta Europeia do Património Arquitectónico aprovada pelo Conselho da Europa de 26 de Setembro de 1975 e Proclamada no Congresso sobre o património Arquitectónico Europeu, em Amesterdão, de 21 a 25 de Outubro de 1975

Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, produzida pelo ICOMOS em 1990

Código Deontológico do ICOM para Museus, 2009

Convenção de Granada para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa aprovada em 3 de Outubro de 1985

Convenção de Haia para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 14 de Maio de 1954

Convenção de Londres para a Protecção da Herança Arqueológica aprovada pelo Conselho da Europa a 6 de Maio de 1969

Convenção de Londres, revista em La Valetta, Malta, relativa à Protecção do Património Arqueológico aprovada pelo Conselho da Europa em 16 de Janeiro de 1992

Convenção de Paris no âmbito da Convenção Cultural da Europa do Conselho da Europa, de 19 de Dezembro de 1954

Convenção do Património Mundial para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural aprovada pela Unesco em Paris em 23 de Dezembro de 1972

Correio do Ribatejo, 4 de Abril de 2012

Documento de Nara sobre a Noção de Autenticidade na Conservação do Património Cultural, realizada de 1 a 6 de Novembro de 1994

Ficha de Inventário de Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040001

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040009

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040005

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040008

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040002

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040003

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040011

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040010

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040010

Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais nº 1008040004

Folheto da Exposição Temporária Quinta do Rouxinol, Uma Olaria Romana no Estuário do Tejo, Corroios, Seixal presente no Museu Nacional de Arqueologia desde Março de 2009

Folheto da Extensão do Ecomuseu na Antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto da Necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro em Corroios, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto das Embarcações Tradicionais do Tejo, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto de Navegação no Estuário do Tejo a bordo das embarcações tradicionais Amoroso, Baía do Seixal e Gaivotas, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Centro de Documentação e Informação (CDI), Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Circuito Museológico Industrial do Concelho do Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal, Rede Portuguesa de Museus

Folheto do Espaço Memória – Tipografia Popular, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Núcleo da Mundet, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Núcleo da Quinta da Trindade, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Núcleo do Moinho de Maré de Corroios, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Folheto do Núcleo Naval na Arrentela, Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Guia do Utilizador do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal

Guia do Utilizador do Ecomuseu Municipal do Seixal, 2010

Jornal “Diário de Notícias”, caderno DN Artes, edição online de 13 de Dezembro de 2011

Jornal “Expresso”, edição online de 19 de Abril de 2012

Jornal “Público”, edição online de 13 de Dezembro de 2011

Mangas, Sérgio, “*Regulamento da Biblioteca Municipal Simões de Almeida*” (Tio)

Normas para a Utilização das Embarcações Tradicionais do Ecomuseu Municipal do Seixal

Objectivos Programáticos para o Centro de Artes, para o Casulo José Malhoa e para a Casa da Cultura da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Plano de Actividades do Museu Municipal de Santarém para 2011

Plano de Conservação Preventiva do Museu Marítimo de Ílhavo, Ílhavo, 17 de Julho de 2009

Plano Museológico de Santarém Política de Incorporações do Museu Municipal de Portimão

Política de Referência da Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio)

Programa de Interpretação e Valorização da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, Departamento de património Histórico e Natural do Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Abril de 2010

Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Seixal, Outubro de 2000 a Março de 2001

Programa de Qualificação e Desenvolvimento do Ecomuseu Municipal do Seixal

Programa Museológico do Museu Municipal de Portimão

Programa Museológico Preliminar do Museu Municipal de Portimão, Caderno de Encargos do Concurso Público para a elaboração do Estudo Prévio do Projecto do Museu Municipal de Portimão, Câmara Municipal de Portimão, 1999

Proposta de Política de Incorporações de Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Regulamento da Carta do património do Seixal (Proposta)

Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Regulamento do Museu Districtal de Santarém Aprovado pela Junta Geral em sua sessão de 8 de maio de 1885

Regulamento do Museu Districtal de Santarém publicado no Boletim Official do Districto Administrativo de Santarém a 26 de Março de 1876

Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo

Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo

Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Seixal, publicado no Diário da República II Série, nº 103 – 4-5-1993, Artigo 82º, página 4723

Regulamento Interno do Museu Municipal de Portimão

Regulamento Interno para o Museu Municipal de Santarém

Resolução 813 do Conselho da Europa, de 23 de Novembro de 1983, relativa à Arquitectura Contemporânea

Revista “Visão”, edição online de 12 de Dezembro de 2011

Simpósio de Cracóvia relativo à Herança Cultural dos países participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa do CSCE, em 6 de Junho de 1991

Legislação Consultada Em Diário da República:

Alvará do Governo Civil do Distrito de Santarém publicado no Boletim Official do Districto Administrativo de Santarém a 16 de Março de 1876

Decreto Lei nº 55/2001 de 15 de Fevereiro que define o regime das carreiras do pessoal que exerce a sua actividade no domínio da museologia e no domínio da conservação e do restauro

Decreto nº 1 do Governo Provisório, de 26/05/1911

Decreto nº 11:445 de 13 de Fevereiro de 1926

Decreto nº 2 de 6 de Março de 1996

Decreto nº 2/96, DR, Série B, nº 56, de 6-03-1996

Decreto nº 20:985 de 7 de Março de 1932

Decreto nº 22:109 de 12 de Janeiro de 1933

Decreto nº 23 122, DG, I Série, nº 231, de 11-10-1933 de classificação do Pelourinho da Aguda como Imóvel de Interesse Público

Decreto nº 28 de 26 de Fevereiro de 1982

Decreto nº 28/82, DR, I Série, nº 47 de 26-02-1982 que classifica a Torre da Cadeia Comarcã de Figueiró dos Vinhos como Imóvel de Interesse Público

Decreto nº 28/82, I Série, nº 47, de 26-02-1982 que classifica a Casa mandada construir pelo pintor José Malhoa e conhecida por “O Casulo” como Imóvel de Valor cultural e Interesse Municipal

Decreto nº 39116 de 27 de Janeiro de 1953

Decreto nº 46758 de 18 de Dezembro de 1965 que estabelece o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia

Decreto nº 8331 de 17 de Agosto de 1922

Decreto nº 8331, DG, I série, nº 167, de 17-08-1922 que classifica a Igreja de São João Baptista de Figueiró dos Vinhos como Monumento Nacional

Decreto-Lei nº 161/97 de 26 de Junho que estabelece a actualização da Lei Orgânica do Instituto Português de Museus

Decreto-Lei nº 220/2008 de 12 de Novembro

Decreto-Lei nº 278/91 de 9 de Agosto que estabelece a criação do Instituto Português dos Museus

Decreto-Lei nº 398/99 de 13 de Outubro que aprova a orgânica do Instituto Português de Museus

Decreto-Lei nº 45/80 de 20 de Março que estabelece a Direcção-Geral do Património Cultural

Despacho Conjunto nº 616/2000 que define a Rede Portuguesa de Museus

Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos, Regulamento, Diário da República, II Série, 25-08-1992, Lisboa

Portaria nº 1532/2008 de 29 de Dezembro

Resolução da Assembleia da República nº 12/2008 que aprova a Convenção para a salvaguarda do património Cultural Imaterial adoptada na 32ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de Outubro de 2003

Webgrafia:

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre a Casa mandada construir pelo pintor José Malhoa e conhecida por “Casulo” consultado online em <http://www.igespar.pt> (Julho de 2012)

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre a Igreja de São João Baptista, paroquial de Figueiró dos Vinhos consultado online em <http://www.igespar.pt> (Julho de 2012)

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre a Torre da Cadeia Comarcã consultado online em <http://www.igespar.pt> (Julho de 2012)

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre o Casal de S. João (Conjunto Arquitectónico consultado online em <http://www.igespar.pt> (Julho de 2012)

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre o Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços, incluindo a Igreja e construções anexas consultado online em <http://www.igespar.pt> (Julho de 2012)

Detalhe da Pesquisa de Património do IGESPAR sobre o Pelourinho da Aguda consultado online em <http://www.igespar.pt> no dia Julho de 2012

<http://booklandia.pt/tozesilva/> (Julho de 2012)

<http://dre.pt/> (Julho de 2012)

<http://nucleo-naval.blogspot.pt/> (Março de 2013)

<http://usfig.blogspot.pt/> (Março de 2013)

<http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt> (Março de 2013)

<http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt> (Março de 2013)

<http://www.cm-figueirodosvinhos.pt> (Março de 2013)

<http://www.cm-portimao.pt/> (Julho de 2012)

<http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/sets/> (Agosto de 2012)

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/results/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2886&records=10> (Julho de 2010)

<http://www.ine.pt> (Março de 2013)

<http://www.ipa.min-cultura.pt> (Março de 2013)

<http://www.ipmuseus.pt/> (Julho de 2012)

<http://www.ippar.pt> (Março de 2013)

<http://www.monumentos.pt> (Março de 2013)

<http://www.museudopapel.org/> (Julho de 2012)

<http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/> (Março de 2013)

<http://www.museu-santarem.org/> (Julho de 2012)

<http://www.societyofcontrol.com/whitecube/insidewc.htm>, (Março de 2010)

<http://www.societyofcontrol.com/whitecube/insidewc2.htm>, (Março de 2010)

<http://www2.cm-seixal.pt/> (Julho de 2012)

http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_hpage (Março de 2013)

Índice de Figuras⁹²

Figura 1 - Museus RPM de tutela municipal e de outras tutelas	32
Figura 2 - Museus Municipais RPM por região	33
Figura 3 - Percentagem de cada região face ao total de museus municipais RPM	34

⁹² Ver <http://www.ipmuseus.pt/> (consultado em Setembro de 2012)

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estudo de Caso - Museu do Papel Terras de Santa Maria.....	46
Tabela 2 - Estudo de Caso - Museu Marítimo de Ílhavo.....	55
Tabela 3 - Estudo de Caso - Museu Municipal de Santarém	62
Tabela 4 - Estudo de Caso - Ecomuseu Municipal do Seixal.....	69
Tabela 5 - Estudo de Caso - Museu Municipal de Portimão	77
Tabela 6 - Tabela comparativa dos cinco estudos de caso	82

Índice de Ilustrações⁹³

Ilustração 1 - Fotografia do MPTSM	38
Ilustração 2 - Fotografia do MMI.....	47
Ilustração 3 - Fotografia do MMS	56
Ilustração 4 - Vista Aérea da Mundet, EMS.....	63
Ilustração 5 - Vista Aérea do MMP.....	70
Ilustração 6 - "Igreja de Figueiró" - Pintura de José Malhoa, Ano de 1921.....	91
Ilustração 7 - " <i>Convento de Figueiró dos Vinhos</i> ", Pintura de Manuel Henrique Pinto, Ano de 1897/98	92
Ilustração 8 - "Torre da Cadeia Velha" - Pintura de Manuel Henrique Pinto - Ano de 1909	94
Ilustração 9 - Clube Figueiroense - Casa da Cultura	100
Ilustração 10 - Casa Municipal da Juventude.....	101
Ilustração 11 - Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio).....	101
Ilustração 12 - O Desfile e a Feira do Artesanato.....	121
Ilustração 13 - Pormenores da Feira realizada em 2012.....	121
Ilustração 14 - A Ermida e a Feira.....	121
Ilustração 15 - O Desfile.....	121
Ilustração 16 - O Exterior e o Interior do Convento.....	122
Ilustração 17 - Pormenores das Ferrarias hoje parcialmente submersas	122

O presente Trabalho de Projecto está redigido segundo as regras anteriores ao Acordo Ortográfico.

⁹³ Ver <http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/sets/> (consultado em Agosto de 2012) e <http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/inicio.html> (consultado Novembro de 2012)

Índice de Anexos

Anexo 1 – Plano de Gestão de Colecções do Museu Marítimo de Ílhavo

Anexo 2 – Política de Incorporações do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Anexo 3 – Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Anexo 4 – Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo

Anexo 5 – Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém

Anexo 6 – Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos

Anexos

Anexo 1

Plano de Gestão de Colecções do Museu Marítimo de Ílhavo

Anexo 2

Política de Incorporações do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Anexo 3

Regulamento do Ecomuseu Municipal do Seixal (Proposta)

Anexo 4

Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo

Anexo 5

Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém

Anexo 6

Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos